



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

INÁCIO JÚLIO MACAMO

**QUEM SÃO OS DEPUTADOS MOÇAMBICANOS:
Uma pesquisa sobre o perfil dos deputados da Assembleia da República
de Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014)**

**Belém/PA
2018**

INÁCIO JÚLIO MACAMO

**QUEM SÃO OS DEPUTADOS MOÇAMBICANOS?:
Uma pesquisa sobre o perfil dos deputados da Assembleia da República
de Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eugênia Rosa Cabral.

Área de Concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas.

**Belém/PA
2018**

Dados Internacionais de Catalogação na
Publicação (CIP) Sistema de Bibliotecas da
Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos
pelo(a) autor(a)

- M113q Macamo, Inácio Júlio
QUEM SÃO OS DEPUTADOS MOÇAMBICANOS: uma pesquisa sobre o perfil
dos deputados da Assembleia da República de Moçambique (1994, 1999, 2004 e
2014) / Inácio Júlio Macamo. — 2018
127 f. : il.
- Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Ciência Política (PPGCP),
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
Orientação: Prof. Dr. Eugênia Rosa Cabral
1. Perfil dos Deputados. 2. Assembleia da República. 3. Moçambique. I. Cabral , Eugênia
Rosa , *orient.*
II. Título
-

**QUEM SÃO OS DEPUTADOS MOÇAMBICANOS?:
uma pesquisa sobre o perfil dos deputados da Assembleia da República de
Moçambique (1994, 1999, 2004 e 2014)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Eugênia Rosa Cabral.

Área de Concentração: Instituições Políticas e Políticas Públicas.

Julgada e aprovada em ____/____ de 2018.

Conceito: _____

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Eugênia Rosa Cabral – Orientadora (PPGCP / UFPA).

Prof. Dr. Bruno de Castro Rubiatti – Examinador Interno (PPGCP / UFPA).

Prof. Dr. Sérgio Castro Gomes – Examinador Externo (PPAD / UNAMA)

**Belém/PA
2018**

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao meu irmão caçula, Júlio Macamo Junior, e ao meu amigo de infância, Lázaro Mabunda, por terem desempenhado um papel fundamental em toda a minha formação acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo dom da vida, força e inteligência, que me possibilitou superar todos os obstáculos do dia-a-dia.

Em segundo lugar agradeço a toda minha família pelo apoio moral e material, ao longo da minha caminhada acadêmica.

Agradeço ao Governo brasileiro; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-CNPq; à Universidade Federal de Pará e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), pela oportunidade de estudar no Brasil.

Agradeço a todos os professores do PPGCP, em especial a minha orientadora Professora Eugênia Cabral. Agradeço, de modo especial, ao Professor Carlos Augusto Souza (PPGCP) e ao Professor Sérgio Gomes (Universidade da Amazônia). A todo o pessoal do corpo administrativo do Programa e aos meus colegas da turma, o meu muito obrigado!

Aos meus colegas e amigos Francisco Rente, André Buna, Rodrigo Maia, Luiz Eduardo, Zito Pedro, Acrísio Pereira, Fidel Terenciano, Edson Gafanhoto, Marjorie Matos, Nilsinho Filho, Josefina da Silva, Nhachone Marcia, o meu obrigado a todos vocês!

Os agradecimentos estendem-se ao Professor João Miguel, companheiro de todas as batalhas. À família Mabunda (Lázaro e esposa Marize Alberto), à família Mucache (Cornélio e esposa, Maria) e aos meninos da infância Gue-Gue e Mucuanaze.

Por fim, agradeço a todos que, diretamente ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

ΕΠΙΓΡΑΦΕ

RESUMO

MACAMO, Inácio J. Quem são os deputados moçambicanos: uma pesquisa sobre o perfil dos deputados da Assembleia da República de Moçambique (1994; 1999; 2004; 2014). Dissertação. Belém, Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFPA, 2018.

A restauração da democracia representativa é um imperativo que se impõe a todas as esferas sociais e a efetivação desse processo passa não só pelo estudo das instituições, entendido neste contexto como conjunto de regras do jogo que regem as sociedades democráticas, mas também faz-se urgente o estudo dos jogadores que atuam na arena política, pois é deles que pode ser garantida a restauração da qualidade da democracia representativa. Tal fato pode permitir que as instituições sejam legítimos canais das preferências da sociedade, como um todo. Existe uma tese entre pesquisadores do campo da Ciência Política de que as instituições políticas, em particular as instituições legislativas, apenas podem ganhar a perfeição se estas forem espelhos das suas sociedades. É com esse propósito que este trabalho se propõe a estudar o perfil dos legisladores em Moçambique, procurando identificar o perfil dos deputados, bem como a relação entre o perfil social dos deputados e a influência do sistema eleitoral no contexto moçambicano. Sob o ponto de vista metodológico o trabalho está inserido na interface dos métodos quali-quantitativos, trabalhando-se com os dados de quatro legislaturas da Assembleia da República de Moçambique, designadamente: 1994, 1999, 2004 e 2014. Os resultados mostram uma tendência própria da realidade, diferente daquilo que tem sido apresentado pelas pesquisas, ou seja, o deputado da Assembleia da República moçambicana é caracterizado por ser homem na faixa dos 41 a 50 anos, menos escolarizado e funcionário público. Outros elementos não menos importantes têm a ver com o fato de a FRELIMO ser um partido receptivo à questão do gênero, enquanto os partidos da oposição são mais fechados para com as mulheres; a RENAMO consegue eleger os seus deputados em províncias com menor IDH, enquanto o partido no poder elege em todo o país. Por último, as mulheres têm maior possibilidade de se elegerem em províncias com magnitude eleitoral maior.

Palavras-Chave: Perfil dos Deputados. Assembleia da República. Moçambique.

ABSTRACT

The restoration of representative democracy is an imperative that is imposed on all social spheres and the implementation of this process goes not only through the study of institutions, understood in this context as a set of rules of the game governing democratic societies, but also becomes urgent the study of the players who work in the political arena, since it is from them that the restoration of the quality of representative democracy can be guaranteed, a factor that can allow institutions to be legitimate channels of the preferences of society as a whole. There is a thesis among researchers in the field of Political Science that political institutions, particularly legislative institutions, can only gain perfection if they are mirrors of their societies. It is in this spirit that this paper intends to study the profile of legislators in Mozambique, trying to identify the profile of the deputies, as well as the causal relationship between the social profile of the deputies and the influence of the electoral system and socioeconomic variables in the process of recruitment of Members, in the Mozambican context. From the methodological point of view, it is intended that the work be part of the interface of qualitative and quantitative methods, working with data from four legislatures of the Assembly of the Republic of Mozambique, namely: 1994, 1999, 2004 and 2014. The results show a tendency of the reality, different from what has been presented by the researches, that is to say, the deputy of the Mozambican Assembly of the Republic is characterized for being man in the range of 41 to 50 years, less scholar and civil servant. Other elements that are no less important have to do with the fact that FRELIMO is a gender-responsive party while the opposition parties are more closed to women; RENAMO is able to elect its deputies in provinces with lower HDI, while the ruling party elects throughout the country. Finally, women are more likely to be elected in provinces with a greater electoral magnitude.

KEYWORDS: Profile of Members. Assembly of the Republic. Mozambique.

LISTA DE SIGLAS

CNE - Comissão Nacional de Eleições

FADM - Forças Armadas de Defesa de Moçambique

FIR - Forças de Intervenção Rápida

FMI - Fundo Monetário Internacional

FRELIMO - Frente de Libertação de Moçambique

FUMO - Frente Unidade Moçambique

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

MONAMO - Movimento Nacional de Moçambique

OIIL - Orçamento de Investimento de Iniciativa local

OJM - Organização da Juventude Moçambicana

OMM - Organização da Mulher Moçambicana

PACODE - Partido Congresso Democrático

PADELIMO - Partido Democrático para a Libertação de Mozambique

PADEMO - Partido Democrático de Moçambique

PALMO - Partido Liberal e Democrático de Mozambique

PAMOMO - Partido Democrático para a Reconciliação Nacional

PANADE - Partido Nacional Democrático

PANAMO - Partido Nacional de Moçambique

PANAOC - Partido Nacional dos Trabalhadores e Camponeses

PARENA - Partido para a Reconciliação Nacional

PASOMO - Partido para o Alargamento Social de Moçambique

PAZS - Partido da Solidariedade e Liberdade

PCN - Partido da Convenção Nacional

PDD - Partido para a Democracia e Desenvolvimento

PEC-MT - Partido-Movimento da Terra

PIMO - Partido Independente de Moçambique

PMSD - Partido Moçambicano Social Democrático

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPD - Partido Popular Democrático

PPPM - Partido Progresso Popular de Moçambique

PRD - Partido para a Renovação Democrática

PRE - Programa de Reabilitação Económica

PT - Partido Trabalhista

PUN - Partido Unido Nacional

PVM - Partido Verde Moçambicano

RENAMO - Resistência Nacional Moçambicana

SOL - Partido Social Liberal e Democrático

UD - União Democrática

UDENAMO - União Democrática Nacional de Moçambique

UNAMI - União Nacional de Moçambique Independente

UNAMO - União Nacional de Moçambique

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAMO - União para a Salvação de Moçambique

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Resultados das Eleições Presidenciais de Moçambique, em 1994.	48
Tabela 2. Resultados das Eleições Presidenciais, em Moçambique – 1999.	50
Tabela 3. Resultado das Eleições Presidenciais em Moçambique, 2004.	53
Tabela 4. Resultados das eleições de 2009.	55
Tabela 5: Participação e Abstenção Eleitoral, Votos Válidos, Votos Nulos, Votos em Branco, em Moçambique, nas Eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.	57
Tabela 6: Magnitude Eleitoral, segundo as Regiões, as Províncias, nas Eleições de 1994 a 2014	67
Tabela 7. Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero, nas eleições de 1977 a 2014.	71
Tabela 8. Percentual de Parlamentares eleitos nas eleições de 1994, 1999 e 2004, segundo a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos.	75
Tabela 9. Deputados eleitos segundo a Região, a Província e o Número de Eleitos naturais e não naturais da Província – Eleições de 1994, 1999 e 2004.	77
Tabela 10. Grau de escolaridade dos deputados eleitos em Moçambique, nas eleições de 1994, 1999 e 2004	80
Tabela 11. Grau de escolaridade (agregado) dos deputados eleitos em Moçambique, nas eleições de 1994, 1999 e 2004	81
Tabela 12. Grau de Escolaridade e Partido Político dos Deputados Eleitos em 1994.	82
Tabela 13. Grau de escolaridade e os partidos políticos na legislatura de 1999 em Moçambique	84

Tabela 12. Grau de escolaridade e os partidos políticos na legislatura de 2004 em Moçambique	82
Tabela 13. Perfil dos Deputados eleitos em Moçambique, segundo o Grau de Escolaridade e a Magnitude Eleitoral, nas legislaturas de 1994, 1999 e 2004.	84
Tabela 14. Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero e a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014 – Números absolutos e relativos.	85
Tabela 15. Participação relativa dos Deputados e Deputadas eleitas em Moçambique, segundo a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999 e 2004.	87
Tabela 16. Participação dos Parlamentares eleitos em Moçambique, segundo o Partido Político e o Gênero, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014.	89
Tabela 17. Participação absoluta e relativa dos Parlamentares eleitos em Moçambique, segundo a Profissão - 1994, 1999 e 2004.	91
Tabela 18. Participação Absoluta e Relativa dos Deputados Eleitos, segundo a Profissão, nas três legislaturas - 1994, 1999 e 2004.	93
Tabela 19. Deputados eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 1994	97
Tabela 20. Deputados eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 1999	99
Tabela 21. Deputados eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 2004	102
Tabela 22. Participação dos Deputados Eleitos quanto à Condição Político Profissional	103
Tabela 23. Total de Parlamentares Eleitos de Moçambique, segundo o Partido Político e a Classificação do IDH das Províncias onde foram eleitos, em 1994, 1999, 2004 e 2014.	104
Tabela 24. Total de Parlamentares Eleitos de Moçambique, segundo o Partido Político e a Classificação do IDH das Províncias onde foram eleitos, em 1994, 1999, 2004 e 2014.	106

Tabela 25. Peso da Magnitude do Distrito Eleitoral na Eleição das Mulheres, nas eleições de 1994 a 2014.	108
Tabela 26. Parlamentares Eleitos nas eleições de 1994, 1999 e 2004, segundo a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos: números absolutos e relativos.	110
Tabela 27. Peso da Magnitude do Distrito Eleitoral na Eleição das Mulheres, nas eleições de 1994 a 2014.	114
Tabela 28. Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero e a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014 – Números absolutos e relativos	126
Tabela 29. Parlamentares eleitos nas eleições de 1994, 1999 e 2004, segundo a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos.	127

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Distribuição de Assentos dos Partidos Políticos no Parlamento (1994-2014).	23
Gráfico 2. Participação e Abstenção Eleitoral em Moçambique, nas Eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.	23
Gráfico 3. Percentual de deputados naturais e não naturais da Província onde foi eleito – Eleições de 1994, 1999 e 2004.	78
Gráfico 4. Deputados Eleitos, segundo o Gênero, nas Eleições de 1977 a 2009	90
Gráfico 5. Participação Relativa dos Deputados Eleitos, segundo a Profissão, nas três legislaturas - 1994, 1999 e 2004.	100
Gráfico 6. Teste de Coeficiente de Determinação da Correlação entre Magnitude do Distrito Eleitoral, IDH, PIB e Eleição das mulheres.	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Volatilidade Eleitoral em Moçambique	42
Quadro 2. Variáveis do Estudo	61
Quadro 3. Número de Cadeiras e de Casos Analisados, segundo a Eleição.	62
Quadro 4. Representatividade dos Deputados por Provincial, Eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014	76
Quadro 5. Dispersão dos Deputados nas Eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014.	77
Quadro 6. Teste Qui-quadrado: Relação entre as variáveis ‘Partidos Políticos’ e o ‘Grau de Escolaridade’	86
Quadro 7. Teste Qui-quadrado Escolaridade x Magnitude Eleitoral	87
Quadro 8. Testes Qui-quadrado: Relação entre as variáveis Partido Político e Gênero	95
Quadro 9. Testes Qui-quadrado – Relação entre as variáveis ‘Partidos Políticos e o IDH’	110
Quadro 10. Correlação Linear Múltipla das Variáveis: Gênero feminino e Magnitude Eleitoral; Índice do Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto..	112
Quadro 11. Regressão Linear Múltipla das variáveis: Gênero Feminino e Magnitude do Distrito Eleitoral, Índice do Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto.	112
Quadro 12. Testes Qui-quadrado – Relação entre as variáveis ‘Naturalidade e a Província onde foram Eleitos os Deputados, em 1994, 1999 e 2004.’	126

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Mapa Geográfico do Continente Africano. 36

Figura 2. Mapa Linguístico de Moçambique 38

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	18
1.2	PANORAMA POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE	22
2	QUADRO TEÓRICO	25
2.1	SELEÇÃO EM TRÊS DIMENSÕES: TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL, NEOINTITUCIONALISMO E CAPITAL SOCIAL	25
2.2	ESTUDOS DAS ELITES POLÍTICAS: PARA UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO	29
2.3	SELEÇÃO EM TRÊS DIMENSÕES: TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL, NEOINTITUCIONALISMO E CAPITAL SOCIAL	31
3	SISTEMA POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE: ESTADO, SISTEMA DO GOVERNO, SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO	36
3.1	A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MOÇAMBICANO	36
3.2	FORMA E SISTEMA DE GOVERNO EM MOÇAMBIQUE	39
3.3	NACIONALISMO POLÍTICO E LUTA PELA INDEPENDÊNCIA	43
3.3.1	Um só povo, uma só Nação, uma só Cultura de Rovuma a Maputo	44
3.4	SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOÇAMBIQUE: DE PARTIDO-ESTADO AO MULTIPARTIDARISMO	46
3.4.1	A 3ª República: a Era da Democratização	47
4	HIPÓTESES E METOLOGIA DA PESQUISA	57
4.1	HIPÓTESES	57
4.2	METODOLOGIA DA PESQUISA	60
4.2.1	VARIÁVEIS DA PESQUISA	60
4.2.2	BASE DE DADOS	61
4.2.3	INSTRUMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS	61
4.2.4	UNIVERSO DA PESQUISA	61
4.2.5	APRESENTAÇÃO DE DADOS	62
4.2.6	OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS	62
4.2.7	OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS	63
	4.2.7.1 Perfil Político	63
	4.2.7.2 Perfil Demográfico	63

4.2.7.3	Perfil Social	64
4.2.7.4	Socioeconômico	65
4.2.7.5	Institucional	65
4.2.8	ANÁLISE DOS DADOS	66
4.2.8.1	Medida Estatística	67
5.2.8.2	Técnicas de Análise dos Dados	67
5	QUEM SÃO OS DEPUTADOS ELEITOS EM MOÇAMBIQUE, DE 1994 A 2014?	69
5.1	PERFIL DOS DEPUTADOS ELEITOS QUANTO AOS ASPECTOS POLÍTICOS, DEMOGRÁFICOS E SOCIAL	70
5.1.1	Naturalidade	70
5.1.2	Dimensão Demográfica	76
5.1.3	Dimensão Social	93
5.1.4	Dimensão Política	101
5.2	RELAÇÃO ENTRE O PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS ELEITOS E O IDH DAS PROVÍNCIAS	102
5.3	INFLUÊNCIA DA MAGNITUDE ELEITORAL NO PERFIL DOS DEPUTADOS ELEITOS, EM CADA UMA DAS LEGISLATURAS REFERIDAS	107
6	CONCLUSÕES	111
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	114
	APÊNDICES	120

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, o mundo vive uma era caracterizada por fortes clivagens políticas e sociais que tem minado o desempenho da democracia representativa em nível global. Esse cenário levou pensadores como Castells (1999) e Manin (1995) a falarem da crise da democracia representativa. O estudo de Castells (1999) mostra os baixos índices de participação eleitoral como prova inequívoca da crise que a democracia representativa está a atravessar. Em Moçambique, espaço geográfico onde se realizou a pesquisa de mestrado que resultou neste estudo, os baixos índices de participação, também, são evidentes, tal como aponta Sanches (2014).

Várias explicações são elaboradas e várias “fórmulas” são apontadas para a solução ou recuperação da qualidade da democracia. Argumentos desenvolvidos por estudiosos das elites parlamentares, a exemplo de Perissinoto e Miríade (2009) mostram que deve-se ter em conta as características dos parlamentares, pois é a partir deles que se pode perceber as dinâmicas e articulações da máquina política.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar o perfil das elites parlamentares em Moçambique, no período compreendido entre 1994, 1999, 2004 e 2014. São três os objetivos específicos: 1) identificar o perfil dos deputados quanto aos aspectos políticos (político profissional, partidos políticos), demográficos (gênero, idade e escolaridade) e social (profissão); 2) Verificar a relação entre perfil social dos deputados eleitos e o IDH das Províncias em Moçambique; 3) Identificar a influência da Magnitude Eleitoral no perfil dos deputados eleitos em cada uma das legislaturas referidas.

Este estudo procura responder a seguinte questão: qual é o padrão do perfil dos deputados na arena da Assembleia da República nas legislaturas de 1994, 1999, 2004 e 2014? A busca de respostas à referida pergunta baseou-se em hipóteses teóricas e empíricas, melhor descritas no item 1.3 deste trabalho, aqui sintetizadas: i) há uma reduzida participação das mulheres e de jovens na arena da representação política em relação aos homens adultos na Assembleia da República em Moçambique; ii) a maioria dos representantes possui curso superior em relação aos representantes menos escolarizados; iii) ser homem, ter ensino superior, ser político profissional aumentam as taxas de sucesso eleitoral ao deputado da Assembleia da República de Moçambique; iv) os professores constituem a profissão da elite entre os deputados da Assembleia da República de Moçambique, por sua vez, profissões como comerciante, trabalhos manuais estão sub-representados; v) os políticos profissionais

têm mais possibilidades de renovação dos mandatos em relação aos políticos não profissionais, ou políticos ocasionais; vi) o partido FRELIMO, tendencialmente, recruta na função pública, enquanto que os partidos da oposição recrutam entre os professores com nível superior de escolaridade; vii) quanto mais cresce a magnitude do distrito eleitoral mais cresce a taxa de sucesso da eleição das mulheres; ix) quanto maior o IDH das Províncias, menor a taxa de sucesso eleitoral das mulheres, ou seja, menor a taxa de mulheres eleitas a deputadas.

O trabalho está organizado em quatro sessões, além desta introdução e das conclusões. Na introdução são apresentadas as questões ligadas ao problema da pesquisa, sua delimitação espacial e temporal, bem como os objetivos e a importância de se estudar o problema levantado. O quadro teórico faz parte da segunda sessão do trabalho, onde se fala do mapeamento teórico dos estudos das elites parlamentares, no geral, e em particular do perfil dos deputados. A sessão três aborda o sistema político de Moçambique, com ênfase no Estado, no sistema do governo, no sistema eleitoral e partidário. Na sessão quatro são apresentadas as hipóteses e a metodologia da pesquisa, incluindo uma descrição das variáveis, as técnicas de levantamento dos dados, de processamento, análise e apresentação dos resultados. Na sessão cinco são apresentados os resultados da pesquisa, que apontam para uma tendência própria da realidade, diferente daquilo que tem sido apresentado pelas pesquisas, ou seja, o deputado da Assembleia da República moçambicana é caracterizado por ser homem na faixa dos 41 a 50 anos, menos escolarizado e funcionário público. Outros elementos não menos importantes têm a ver com o fato de a FRELIMO ser um partido receptivo à questão do género enquanto os partidos da oposição são mais fechados para com as mulheres; a RENAMO consegue eleger os seus deputados em províncias com menor IDH, enquanto o partido no poder elege em todo o país. Por último, as mulheres têm maior possibilidade de se elegerem em províncias com magnitude eleitoral maior.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

Os números referentes à participação eleitoral e abstenção em Moçambique mostram que o país não está alheio ou imune aos problemas que afetam o sistema democrático, em nível global, tornando-se deste modo imperioso identificar na realidade Moçambicana os problemas que afetam a qualidade da sua democracia, olhando para os padrões de perfil dos parlamentares. Nesta perspectiva, questiona-se o seguinte: qual é o padrão do perfil dos deputados na arena da Assembleia da República nas legislaturas de 1994, 1999, 2004 e 2014?

A Democracia é o regime que muitos países dela se apropriam na construção da relação entre o Estado enquanto provedor das políticas públicas que garantam a inclusão de todos os atores sociais, e a sociedade entendida como conjunto de atores com preferências (MACUANE, 2000). Muitos países ou povos adotam a democracia como regime político, pois com ela são acolhidas as preferências ligadas à promoção da dignidade do ser humano, tais como a liberdade de expressão, de opinião de reunião, além de garantir a inclusão das minorias (raciais, grupos linguísticos) e a questão do gênero.

Entretanto, longe de querer aprofundar a trajetória da Democracia, ao longo do tempo, desde a sua emergência na sociedade Ateniense, o que fica exposto é que o modelo de democracia representativa está passando por avaliação popular. Apesar do número de países que adotaram o modelo democrático ter aumentado, nas últimas décadas, fato impulsionado pela queda de regimes autoritários (O'DONNELL, 1993; MOISES, 2014), vários estudos mostram que este regime político está passando por momentos de crise ou de reestruturação (CASTELLS, 1999; URBINATI; 2013; COSTA, 2014; MONTEIRO, 2015). Ou seja, muitos países estão caminhando para a sua não institucionalização, conforme argumenta O'Donnell (1993). O retrocesso no avanço da democratização tem-se manifestado, em múltiplos cenários, tais como: baixa participação nos processos eleitorais, abstenção eleitoral, fraca institucionalização partidária, provocado, em muitos casos, pelo nível elevado de volatilidade eleitoral.

Em relação à participação eleitoral, Castells (1999, p. 406) mostra como a participação eleitoral decresceu de 1980-1990: nos EUA, nas eleições presidenciais realizadas em 1980, a participação situou-se nos 91,8%, enquanto nas eleições de 1993, a participação caiu para 80,4%; na Alemanha, nas eleições realizadas em 1983, registou-se uma participação de 94%, enquanto nas eleições de 1994, a participação baixou para 84,4%; na França, nas eleições de 1982, registou-se uma participação de 77,4%, enquanto nas eleições de 1993, caiu para 58%.

Desse modo, face à derrocada do sistema democrático, várias são as proposições feitas com vistas ao seu aprimoramento e inversão dessa situação, ou seja, propostas que têm em vista a captura de uma democracia de qualidade, necessária para a estabilidade das sociedades atuais, conforme destaque a seguir:

A abordagem ultrapassa a definição usual minimalista das democracias, centrada unilateralmente na dimensão eleitoral, e envolve perspectivas analíticas e metodológicas inovadoras que recorrem, ao mesmo tempo, ao uso de técnicas de análise qualitativa e quantitativa para fazer avançar a comparação entre os diferentes tipos de democracias realmente existentes e, em especial, o funcionamento de suas instituições políticas específicas (MOISES, 2014, p.12).

Nesta perspectiva, a luta pelo incremento da qualidade da democracia passa, em primeiro lugar, pela criação de mecanismos institucionais normativos e políticos que obriguem governantes a justificarem as suas políticas a todas as esferas políticas, econômicas, sociais, organizadas, ou não, institucionalmente; em segundo lugar, pela criação de capacidade institucional que permita com que o sistema legislativo possa encaminhar as preferências do cidadão; por fim, pela criação de condições de possibilidades para que o cidadão possa participar do jogo político, por via da escolha dos seus representantes nos processos eleitorais (*accountability* horizontal e vertical), conforme argumentam Diomond e Morlino (2004); Moisés (2014) e Mucinhato (2014). Isso pressupõe que o alcance da qualidade da democracia não se limita ao estudo das instituições eleitorais e partidárias, tradição predominante na Ciência Política, ou seja, que o debate acerca da qualidade da democracia deve ser ampliado, dando mais espaço a outras possibilidades como é o caso do padrão de recrutamento dos deputados e senadores. Pois, como já foi ressaltado em parágrafos anteriores, entende-se que "é através dos parlamentares que as preferências da sociedade serão incorporadas pelo sistema de representação e o perfil destes parlamentares influencia, diretamente, nas políticas públicas que serão apresentadas e apreciadas pelo Poder Legislativo" (MUCINHATO, 2014, p.63). Ou seja, o Parlamento tem que se preocupar em criar e reproduzir as condições adequadas para que o processo decisório seja a expressão e a resultante do debate e da deliberação pública e não a mera agregação de preferências dadas (INÁCIO, 2010, p.39). É por esse motivo que se advoga que o parlamento deve ser espelho da sociedade (PITKIN, 1967; PHILIPS, 2001; SIMONI JUNIOR, 2006).

A realização deste estudo, que analisa o perfil dos parlamentares em Moçambique, tem a sua importância em duas dimensões: dimensão científica e dimensão social.

Sob o ponto de vista científico, com este trabalho procura-se incrementar o debate sobre o perfil dos deputados, pois, "estudos a respeito dos perfis dos parlamentares brasileiros costumam ter um escopo bastante restrito na Ciência Política brasileira e ainda não representam uma agenda de pesquisa tão consolidada quanto em outras áreas" (MUCINHATO, 2014, p.64). Compreende-se que, em um contexto no qual o sistema de representação atravessa um período de crise (CASTELLS, 1999; URBINATI, 2013; COSTA, 2014; MONTEIRO, 2015), a Ciência Política precisa ampliar o debate sobre a qualidade da representação, centrado na representação parlamentar, uma vez que "é através dos parlamentares que as preferências da sociedade serão incorporadas pelo sistema de representação e o perfil destes parlamentares influencia, diretamente, nas políticas públicas que serão apresentadas e apreciadas pelo Poder Legislativo" (MUCINHATO, 2014, p.63).

Ademais, há de se considerar uma tese do tipo sociológico, difundida entre a comunidade acadêmica, para a qual o passado, o percurso e as experiências dos deputados se refletem nas decisões que estes tomam no exercício das funções parlamentares (EDINGER; SEARING, 1967; QUANDT, 1969; NORRIS, 2005; ARAUJO, 2013).

Por seu turno, os estudos que concentram suas atenções nas elites políticos "levam em conta as características das elites políticas para se compreender adequadamente o funcionamento dos sistemas políticos" (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2009, p.301). Esses autores vão mais longe, mostrando que "se as regras do jogo são importantes, os jogadores também o são. Partindo-se desse pressuposto, um estudo sobre o processo de recrutamento das elites políticas poderia contribuir para melhor compreender o funcionamento das poliarquias [**grifo do autor**]" (Ibid).

Outro elemento que contribui para justificar a relevância científica deste estudo, não menos importante, é oferecido por Marengo (2007, p.95) quando mostra que a "análise das posições sociais originárias dos políticos contribui para esclarecer as bases sociais de recrutamento de dirigentes dos partidos e da classe política, e para fazer uma aproximação das relações entre a representação política e a representação de grupos e categorias sociais".

Tal como mostram Perissinotto e Bolognesi (2010, p.11) "*whatever the theoretical perspective in question, the distinction of the recruitment process and the production of "professionals" is a fundamental moment in the [institutionalization of an organization]*", a importância dos estudos das elites parlamentares, em particular de perfil dos deputados estende-se para sistemas partidários, enquanto veículos de seleção e reprodução da classe política. Ou seja, para que os partidos sejam os verdadeiros espaços de encaminhamento das preferências dos cidadãos dependem em grande medida dos profissionais que selecionados no mercado.

Sob o ponto de vista social, espera-se que este trabalho possa influenciar na discussão sobre os padrões de seleção de representantes na Assembleia da República de Moçambique. Considerando que este é o primeiro trabalho, em nível de dissertação de mestrado, no contexto moçambicano, espera-se que seja o ponto de partida do debate sobre o perfil dos parlamentares eleitos em Moçambique, muito em particular em matéria ligado à problemática de seleção dos deputados em Moçambique. Isto é, que este seja um instrumento que liga vários quadrantes da esfera pública moçambicana, universidades, estudantes, partidos políticos e movimentos cívicos.

1.2 PANORAMA POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE

A década de 1990 carrega um simbolismo grande na história política de Moçambique, desde a independência nacional, proclamada em 1975. O primeiro episódio marcante foi a abertura constitucional, com a introdução da primeira constituição democrática no país, em 1990. Esta realização, sob o ponto de vista formal, coloca o ponto final no relacionamento ideológico entre Moçambique e o bloco socialista, liderado pela extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Em 1992, fruto de esforços de democratização, Moçambique alcança a paz, depois de 16 anos de confrontações armadas. A assinatura, em Roma, do Acordo Geral de Paz, envolveu o ex-presidente da república, Joaquim Chissano e o líder da RENAMO¹, Afonso Dhlakama. O processo de democratização transformou-se em ato, em 1994, com a realização das primeiras eleições no país, ganhas pela FRELIMO e o seu candidato Joaquim Chissano, que tornou-se, assim, o primeiro presidente democraticamente eleito em Moçambique.

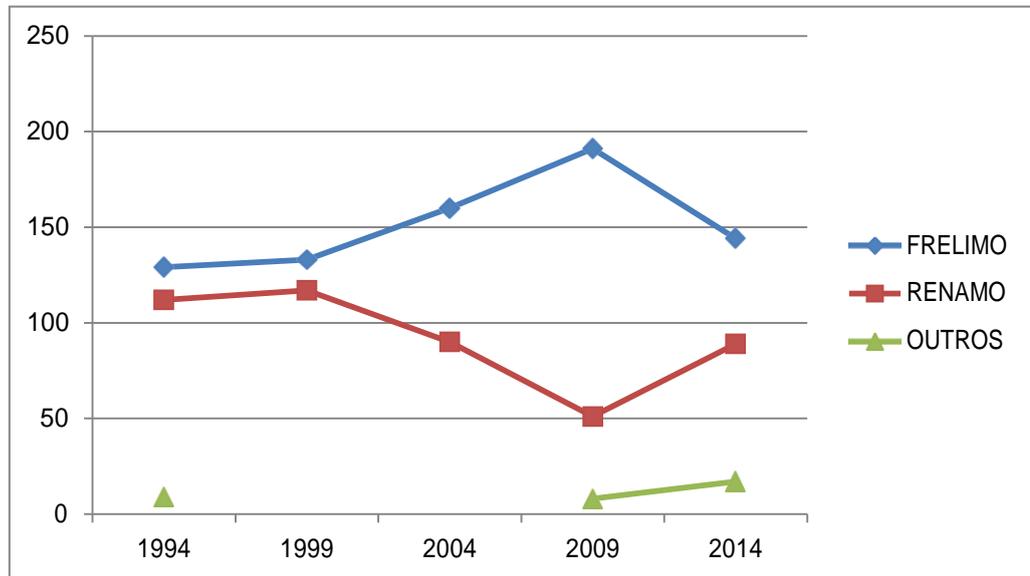
Convém ressaltar que a democratização de Moçambique também encontra a sua explicação na queda do regime ditatorial, liderado pela URSS em 1989, bem como a adesão de Moçambique a duas importantes instituições capitalistas (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional) que tem seu ponto operacional no Programa de Reabilitação Económica (PRE), com início em 1987 (MIGUEL, 2008).

Quase três décadas após o início do processo de democratização, o sistema político nacional ainda não se abriu para a entrada de novos atores, além dos dois maiores e mais fortes partidos políticos: a FRELIMO – partido que está no poder; e a RENAMO, partido que na condição de movimento armado lutou contra o governo, durante 16 anos, tendo conseguido se inserir no sistema político, por via da luta armada, que tem o seu término com os Acordos de Paz, assinado em Roma, conforme já ressaltado em parágrafos anteriores.

A força parlamentar dos dois maiores partidos, a FRELIMO e a RENAMO, pode ser vista nos dados do Gráfico 1, a seguir.

¹ Movimento armado que durante 16 anos lutou contra o governo do liderado pela FRELIMO. A RENAMO viria a se tornar maior partido da oposição.

Gráfico 1: Distribuição de Assentos dos Partidos Políticos no Parlamento (1994-2014).

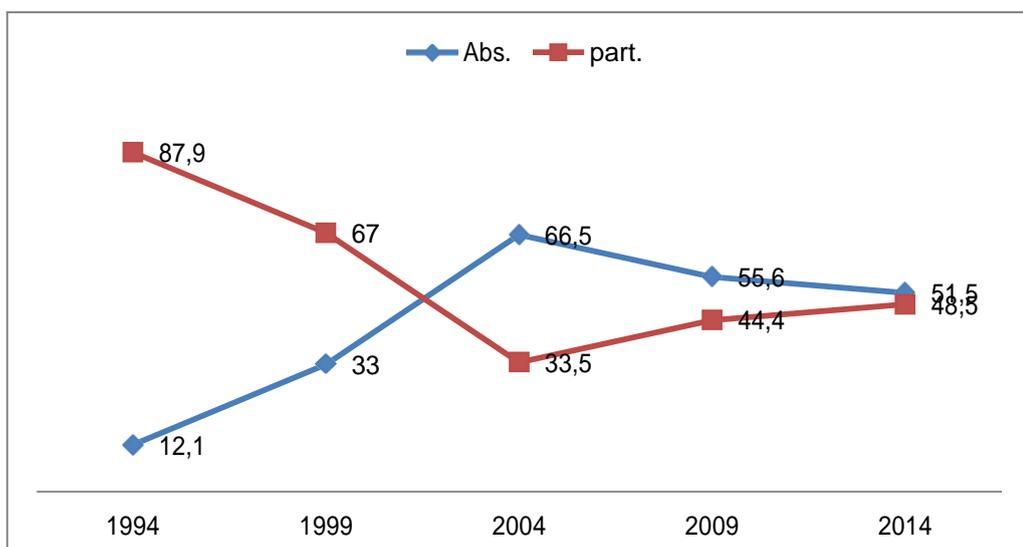


Fonte: Sanches (2014). Elaboração do autor.

Conforme mostra o Gráfico 1, em cinco processos eleitorais apenas dois partidos conseguiram força necessária para dominar no sistema político do país.

Outro elemento, não menos importante, tem a ver com a questão da dicotomia participação/abstenção. Para o caso de Moçambique, a participação em pleitos eleitorais tem vindo a reduzir-se, dando lugar à problemática da abstenção eleitoral, fenômeno que cresce desde as primeiras eleições e teve o seu pico nas eleições de 2004, com uma percentagem que atingem 66,5%, conforme mostra o gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2: Participação e Abstenção Eleitoral em Moçambique, nas Eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014



Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017).

As eleições gerais realizadas em 1994 foram as mais concorridas na história recente do País, com uma participação a rondar os 88% dos eleitores, que depositaram o seu voto naquele processo eleitoral². Há um conjunto de fatores que explicam aquele fenómeno. É preciso entender que os primeiros anos da democratização do país refletiram-se na redução dos índices de pobreza no país, que se situavam acima dos 80% antes do final da guerra, para níveis que rondam os 69,4% em 1997, três anos depois da realização das primeiras eleições, segundo consta nos dados do Relatório sobre os Objetivos de Milênio, na sua edição de 2010.³ As eleições de 2014, que consagraram Filipe Nyusi como Presidente da República de Moçambique realizaram-se dentro de clima de descrédito caracterizado pelas abstenções, fenómeno que se regista desde as eleições de 1999:

Desde as primeiras eleições multipartidárias de 1994, tem-se registado uma diminuição da participação dos eleitores, com o nível de abstenção nos últimos três processos eleitorais a situar-se por volta dos 60%. Este número sobe para cerca de 70%, se considerarmos não apenas os eleitores oficialmente recenseados, mas a totalidade dos potenciais eleitores, isto é, o conjunto dos cidadãos nacionais com idade igual ou superior a 18 anos.⁴

²UNDIN, Iraê Baptista, Eleições Gerais 2004 – Um eleitorado Ausente. In: In: MAZULA, Brazão, Moçambique: ELEIÇÕES GERAIS 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral, Maputo, 2006, p.85.

³MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Relatório sobre os objectivos de milénio, Moçambique, 2010.p.6,8.

⁴BRITO, Luís et al, Crónicas de uma Eleição Falhada Moçambique, Outubro de 2014, Relatório de Investigação nº1, Maputo' 2015. Disponível em: «www.iese.ac.mz/noticias/IESE_RR1». Acesso em: 11 nov. 2015.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 PERFIL DAS ELITES PARLAMENTARES: PADRÕES E TENDÊNCIAS DOS ESTUDOS

Pesquisas sobre o perfil dos deputados têm conquistado espaço com uma multiplicidade de variáveis, que permite a operacionalização dos estudos inseridos neste campo. A idade; (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2006; RODRIGUES, 1987; SANTOS, 2000; LEMOS e RANINCHESKI, 2008); a escolaridade (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2006; RODRIGUES, 1987, 2000; SANTOS, 2000; LEMOS; RANINCHESKI, 2008; MUCINHATO, 2014); o gênero (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2006; SANTOS, 2000; LEMOS e RANINCHESKI, 2008); a ocupação (PERISSINOTO; MIRÍADE, 2006; RODRIGUES, 1987, 2002); patrimônio (BRAGA; MIRÍADE, 2009; RODRIGUES, 2002); formação (RODRIGUES, 2002), são as variáveis por meio das quais a ciência tem navegado, na tentativa de explicar a situação dos perfis, ao longo da história da representação democrática.

Em termos de estudos nesta área pode-se notar uma multiplicidade de redimensionamento de escopos de investigação. Araújo (2013) estuda as duas casas da representação, neste caso, o senado e a câmara, mas também não só estuda o perfil dos senadores e deputados, como também, olha para os aspirantes àqueles cargos. O argumento que o autor levanta é de que todo o institucionalismo da escolha racional acredita que as instituições condicionam as preferências dos atores no jogo político e esse condicionamento afeta os que já estão no jogo político e os que dele pretende alcançar, pois, para o autor "não é necessário que as regras proíbam certas jogadas para que os potenciais jogadores abandonem o campo; muitos abandonarão a disputa simplesmente por entenderem que as normas são adversas, que os custos de competição são altos e as chances de vitória são mínimas", (ARAÚJO, 2013, p.6).

Merece ênfase neste trabalho a forma como tem sido pesquisada a temática dos estudos das elites parlamentares, desde os estudos comparados entre os países da América Latina. No conjunto de estudos se destaca a pesquisa de Marengo e Serna (2007), que comparam três países, nomeadamente Brasil, Chile e Uruguai. Marengo e Serna (2007) são, também, referências para os estudos sobre os padrões de perfis das elites parlamentares. Em suas pesquisas muitos dos autores aqui referenciados as buscas vão além dos estudos de perfis dos deputados, entretanto, porque dificilmente pode-se estudar outros focos dentro das elites parlamentares, sem antes traçar o perfil dos deputados, desse modo, Marengo e Serna (2007)

analisando os padrões de recrutamento no contexto dos três países estudados, . notam um perfil que se subscreve na presença substancial dos advogados nos parlamentos dos países em estudo, com exceção do Uruguai, no que se refere à variável ocupação profissional: "Pode-se observar algumas mudanças em relação às profissões que vivem "para a política" (no sentido de Max Weber). De um lado, a redução da participação de advogados e a ascensão de médicos entre as profissões liberais de outro, a crescente relevância das profissões ligadas à educação e ao sindicalismo" (MARENCO; SERNA 2007, p.98). Os achados dos autores, em uma perspectiva genérica, coincidem com os resultados de Mucinhato (2014), embora nesse estudo, Mucinhato, mostra intromissão dos professores e agronegócios entre as profissões das elite, "empresários, 22,50%; advogados, 21,60%; professores, 20,90%; agronegócios, 10,90% e médicos, 10,50%" (MUCINHATO, 2014, p. 75) .

Outro elemento, não menos importante, contido nos achados da pesquisa de Marengo e Serna (2007, p.96), é que os partidos da direita tendencialmente recrutam "nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agroindustrial e comércio". Por seu turno, os partidos da esquerda tem a tendência de recrutar na classe média e na classe dos trabalhadores, e por último, os partidos mais ao centro apresentam um modelo de recrutamento mais pluralista (Ibid).

Perissinotto e Miríade, (2009) trazem uma proposta diferente no seu estudo intitulado "Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006", publicado em 2009, os autores objetivam estudar os *gatekeeper* dos processos seletivos das elites políticas, nas eleições de 2006, tanto nos eleitos, assim como naqueles que não lograram chances de entrar no congresso. Em termos de resultados, o trabalho de Perissinotto e Miríade (2009) que aborda a dimensão da ocupação profissional vai ao encontro dos achados de Marengo e Serna (2007) e Mucinhato (2014), para os quais os advogados e os empresários registram um decréscimo, nos três estudos, contudo, estas profissões continuam a dominar os parlamentos. Estas pesquisas confirmam as proposições de Webber (1994) que diz que existem profissões talhados para política, falando, nesse caso, dos profissionais do direito e da comunicação social, ou seja, confirma-se em parte na medida em que, apenas os advogados respondem cabalmente aos ditames da teoria do pensador alemão. Nesta lista acrescentam-se, também, os engenheiros, médicos e economistas, nas profissões com maior presença no congresso (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010).

A pesquisa de Perissinotto e Miríade (2009) mostra uma tendência de sub-representação dos funcionários públicos, assalariados urbanos, comerciantes, reforçando-se a ideia dos autores, que na verdade é uma constatação universal: "Esses dados reforçam os

achados de vários estudos sobre elites políticas. Por exemplo, em geral, esses estudos mostram que quase não há trabalhadores manuais nas elites políticas das democracias ocidentais" (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p.305).

Os estudos de Perissinotto e Miríade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010) revelam detalhes no contexto dos estudos de recrutamento das elites e perfil socioeconômico dos deputados, ou seja, ser homem, ser político profissional, ter ensino superior, ser empresário, pertencer aos partidos do centro ou de maior expressão na arena política, são variáveis que mais explicam o padrão dos estudos das elites parlamentares. No caso de Brasil, por sua vez, ser comerciante, funcionário público são condições associadas a índices muito baixos para que um proponente seja eleito.

A variável "político profissional" é a que mais importância assume os estudos das elites parlamentares (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Contudo, apesar da importância que a variável político profissional assume nos estudos das elites parlamentares, pesquisas indicam que poucos são os políticos que se dedicam exclusivamente para a política, funcionando a maior parte como políticos ocasionais, conforme argumentam Perissinotto e Veiga (2014). Por sua vez, Rodrigues (2009, p.23) procurando mostrar a exclusão da classe pobre na política diz que "políticos profissionais são sempre condições bem mais baixas para pessoas das classes baixas e mais altas para as de classes altas".

O estudo de Perissinotto e Miríade (2009) estabelece um importante diálogo com a pesquisa de Marengo e Serna (2007), no que diz respeito à distribuição das variáveis societárias em posições ideológicas dos partidos, ou seja, nas duas pesquisas os partidos da direita apresentam uma tendência de congressistas da classe alta, enquanto que, os partidos à esquerda apresentam uma tendência de maior número de congressistas provenientes da classe média e classe trabalhadora, Rodrigues (2009, p.99) diz que:

As pessoas de famílias ricas (ou que enriqueceram por esforço próprio antes de entrar para a política) muito dificilmente procuram, para sua iniciação na política, partidos considerados de esquerda. A adesão a um desses partidos iria prejudicá-las nas relações com seus círculos sociais e dificultar sua ascensão na vida pública. Inversamente, os que vêm das classes assalariadas ou das classes populares não procuram partidos considerados de direita, em que, no caso brasileiro, predominam políticos e candidatos das classes ricas.

Ademais, os empresários estão mais representados nos partidos da direita; engenheiros aparecem com mais frequência nos partidos do centro e da direita, e os médicos registam uma maior presença na esquerda (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009;

PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Por sua vez, os trabalhadores agropecuários, na direita e na esquerda, produzem alta taxa de sucesso, conforme argumentam Perissinotto e Miríade (2009).

Ainda em relação às variáveis explicativas, Perissinotto e Miríade (2009, p.320) mostram que aqueles candidatos que têm uma experiência prévia de cargos políticos têm a maior chance de se elegerem:

Esses dados sugerem que, tanto nos partidos de direita quanto nos partidos de centro e de esquerda, a lógica da competição política da democracia representativa não admite amadorismo. Profissionalizar-se é um imperativo que se coloca a todos os partidos como o resultado lógico da dinâmica eleitoral institucionalizada.

As chances de sucesso diminuem da passagem do gênero masculino para feminino, conforme estudos de Perissinotto e Miríade (2009) e Perissinotto e Bolognesi (2010). As instituições são apontadas como sendo uma das causas deste fenômeno, ou seja, o chamado sistema eleitoral de listas abertas é considerada hostil à eleição das mulheres, mesmo em situações em que se estabelece cotas como mecanismo de equilíbrio de gênero. Por seu turno, os sistemas eleitorais de listas fechadas são acolhedoras para a eleição das mulheres (C. ARAÚJO; J. ALVES, 2007, p. 538).

É praticamente um consenso que os sistemas proporcionais tendem a facilitar mais as eleições femininas, seguidos dos sistemas mistos e, por último, dos sistemas majoritários (...). (...) há certa tendência a se considerar que os sistemas pluripartidários que não contam apenas com dois ou três grandes partidos e com maior estabilidade institucional tendem a apresentar proporção mais elevada de eleitas.

Em relação à variável gênero pesquisas apontam para o domínio dos homens em relação às mulheres (SERGIO et al, 2016; ARAÚJO, 2013). Pesquisas indicam que as mulheres têm mais probabilidades de serem eleitas deputadas se concorrem a partir dos partidos da ideologia da esquerda. Há de se ressaltar, também, a relação entre magnitude eleitoral e a eleição de mulheres, como argumentam Araújo e Alves (2007, p.539):

A associação entre distritos de alta magnitude e maiores chances de eleição de mulheres é considerada importante pela literatura. Distritos grandes, portanto com maior número de candidatos e maior proporcionalidade, tenderiam a maior diversificação e inclusão de candidatos outsiders.

No que diz respeito ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), esta variável foi testada para explicar as condições pelas quais as mulheres conseguem se eleger, tendo

demonstrado que "as chances de as mulheres serem eleitas em Estados com menores IDH tende a ser bem mais elevada" (ARAÚJO; ALVES, 2007, p. 555).

Sob o ponto de vista de estudos descritivos, há que registrar uma tendência de hegemonia dos advogados (em queda), engenheiros, médicos (em crescimento) e pouco espaço para funcionários públicos, trabalhos manuais (SERGIO et al, 2016; RODRIGUES, 2009; NEIVA; IZUMI, 2014; CODATO, 2014).

No que se refere à variável escolaridade, há uma tendência de predominância de ensino superior no Congresso e um baixo número dos cursos médios e técnicos médios (SERGIO et al, 2016; MUCINHATO, 2014; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009).

Por último, no que diz respeito à variável idade, Araújo e Alves (2007, p. 554-555) mostram que:

É possível notar que, enquanto para os homens a chance de ser eleito é ligeiramente maior até os 35 anos, no caso das mulheres, a chance cresce bastante após os 35 anos, o que, provavelmente, revela o ingresso mais tardio, possíveis interrupções de carreiras e a necessidade de acumular capitais políticos maiores do que os homens. Essas tendências também tendem a aparecer nos dados de 2006. Assim, apenas 4,0% dos parlamentares eleitos para a Câmara dos Deputados tinham até 30 anos de idade, ao passo que 81% tinham entre 31 e 60 anos.

Ainda em relação à variável idade, Perissinotto e Miríade (2009, p. 308) mostram que "ter mais de 40 anos e ser homem não são variáveis que afetam significativamente as chances de sucesso eleitoral".

2.2 ESTUDOS DAS ELITES POLÍTICAS: PARA UM DIÁLOGO EPISTEMOLÓGICO

Perissinotto e Miríade (2009) e Bolognesi, et al (2016), levantam um debate importante de âmbito epistemológico que pode contribuir para os estudos das elites políticas. Tem havido muitos problemas na categorização dos trabalhos que são produzidos dentro desta linha de pensamento, na medida em que se confundem pesquisas que se situam na lógica de "recrutamento das elites políticos", com as que se enquadram no âmbito dos estudos do perfil socioeconômico e profissional. O trabalho intitulado "Caminhos para o Parlamento: candidatos e eleitos nas eleições para deputado federal em 2006", de autoria de Perissinotto e Miríade (2009), mostra que existe uma diferença entre as duas dimensões dos estudos:

Estudos sobre “recrutamento político”, no entanto, precisam analisar todos os filtros que configuram o processo seletivo de uma elite política. Nesse sentido, não é suficiente apresentar um perfil dos vitoriosos e, a partir das suas características, produzir inferências sobre que grupos sociais são prejudicados ou privilegiados no longo caminho até as posições de elite. (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p.302).

A pesquisa que se situa na linha de "recrutamento das elites políticos" não se esgota, somente, no estudo do perfil dos deputados eleitos, como tem vindo acontecer, mas sim, tem que dar conta, também, dos perdedores na medida em que "Ao traçar o perfil da elite política brasileira, é possível, por exemplo, constatar a baixa presença de mulheres nesse grupo. Contudo, isso, por si só, não nos autoriza a dizer que as mulheres foram excluídas do grupo, pois elas simplesmente podem não se candidatar a essas posições" (Ibid).

Os estudos sobre recrutamento devem fornecer informações preditivas de todos os processos que criam condições de possibilidades de diferenciação social entre as elites parlamentares e a grande maioria do público (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Ou seja, o carácter preditivo dos estudos deve-se mover no sentido de dar pistas de como se relacionam o perfil (socioeconómico e profissional) e os *gatekeeper* ou filtros, como são denominados pelos autores (Ibid.).

Em um artigo publicado em 2010, intitulado "*Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 e 2006)*", publicado por Perissinotto e Bolognesi, reforça a ideia da distinção entre o recrutamento político dos parlamentares e os estudos das elites. Neste trabalho, estudo das elites tem o mesmo sentido de estudo de perfis socioeconómicos, que na perspectiva dos autores tem como fundamentos a descrição e o mapeamento das qualidades (econômicos, sociais e profissionais) dos ocupantes de posições na arena política.

2.3 SELEÇÃO EM TRÊS DIMENSÕES: TEORIA DA ESCOLHA RACIONAL, NEOINTITUCIONALISMO E CAPITAL SOCIAL

Tal como sugere Bolognesi et al (2016), entre os estudos sobre as elites parlamentares (perfil socioeconômico e recrutamento) existem três paradigmas que procuram refletir sobre o assunto, designadamente: a teoria da ação racional; o neointitucionalismo e a discussão centrada nas qualidades individuais das elites parlamentares.

A teoria da ação racional destaca o aspirante ao cargo legislativo em uma perspectiva de que a sua ambição "*cumple en su carrera hacia posiciones cada vez más destacadas en términos de prestigio y poder*" (BOLOGNESI, et al 2016, p.250). São defensores desta perspectiva: Black (1972), Fowler e McClure (1990), que estudando as eleições no Congresso do Estado de Nova Iorque (EUA), em 1984 e 1986, primeiro procuram encontrar os pressupostos que influenciam os políticos a decidirem ou não pela candidatura nas eleições legislativas e chegam à ideia de que a complexidade do percurso que os candidatos têm que enfrentar até à eleição no congresso, determina que apenas os ambiciosos acabam conquistando o espaço no parlamento. Ou seja, os políticos e não os partidos políticos são influenciados pelo contexto político vigente a tomarem uma atitude de concorrer ou a sua negação nas eleições legislativas (Ibid).

Tomando como referência os questionamentos de Fowler e McClure (1990), em relação a como os políticos decidem se devem ou não concorrer ao Congresso? [tradução nossa], Stone, Walter J. e Maisel, L. Sandy, em artigo publicado em 2003, intitulado "*The Not-So-Simple Calculus of Winning: Potential U.S. House Candidates' Nomination and General Election Chances*", respondem a questão situando como elemento estruturante a consciência seletiva do candidato na escolha de momento certo para concorrer às eleições, ou seja, quanto mais forem as chances do proponente ser eleito, maiores serão as possibilidades de disputar uma eleição, por seu turno, quanto menos probabilidades de eleição, também menos probabilidade de concorrer (STONE; MAISEL, 2003). Este pensamento estabelece a ponte entre a literatura sobre políticos estratégicos e ambição de assumir cargos políticos.

Por seu turno, Brown e Jacobson (2007) colocam a problemática da eleição dos deputados em uma perspectiva de que o contexto político e econômico organiza as intenções dos candidatos ao congresso. Os autores mostram esse achado no seu estudo, voltado para o estudo das eleições dos senadores e governadores nos Estados Unidos de América em 2006: "*Both national and local conditions affected the strength of the challenges to senators and*

governors, but the effects were generally more pronounced among Senate challengers", (BROWN, A.; JACOBSON G, 2007, p.27).

A segunda linha de investigação nos estudos sobre a seleção das elites, conforme aponta Bolognesi, et al (2016), é influenciada, em grande parte, pelo pensamento neointitucionalista. Sob o ponto de vista conceitual, pensadores neoinstitucionalistas compreendem instituição "como procedimentos, protocolos, normas e convenções oficiais e oficiosas inerentes à estrutura organizacional da comunidade política" (PETER; TAYLOR, 2003, p.196).

De acordo com os preceitos básicos do institucionalismo da escolha racional deve-se considerar que:

O papel da interação estratégica na determinação das situações políticas. Suas intuições fundamentais são: primeiro, que é plausível que o comportamento de um ator seja determinado, não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico; e, segundo, que esse cálculo é fortemente influenciado pelas expectativas do ator, relativas ao comportamento provável dos outros atores (HALL; TAYLOR, 2003, p. 205-206).

Por último, sob o ponto de vista da extensão do debate da perspectiva do neointitucionalismo ao campo das elites significaria, como diz Bolognesi et al (2016), que, tanto, em relação aos candidatos, quanto aos eleitos, as suas ações estariam sujeitas aos condicionantes institucionais, ou seja, às regras do jogo.

Entre os estudos sobre recrutamento das elites que se apoiam no neoinstitucionalismo destacam-se Braga (2008), Norris (1997; 2005) e Amorim Neto (2006).

Norris (2005) no seu trabalho intitulado "*Building political parties: Reforming legal regulations and internal rules*", mostra como a instituição influencia nas características socioeconomias das elites parlamentares no congresso. Processos liderados pelos partidos políticos envolvem três momentos, de acordo com a autora: certificação, nomeação e eleição. A certificação, constitui o primeiro momento que "*involving electoral law, party rules, and informal social norms defining the criteria for eligible candidacy*" (NORRIS, 2005, p.19); a segunda etapa tem a ver com nomeação que "*involving the supply of eligibles seeking office and the demand from selectors when deciding who is nominated*" (Ibid., 2005, p.19); e por último, é o processo de eleição que "*determining which nominees win legislative office*", (Ibid., 2005, p.19).

Outro elemento que a autora destaca tem a ver com os impedimentos legais que influencia no processo seletivo, neste caso a fixação da idade, e a obrigatoriedade da apresentação da nacionalidade Norris (2005). A autora destaca, ainda, a problemática de quem decide dentro da organização, e quanto a esta variável a ideia é saber se o processo seletivo está concentrado aos órgãos centrais do partido ou é um processo que se espalha até à unidade básica do partido.

Um dos grandes problemas com que se debate a Ciência Política brasileira está ancorado na fraca institucionalização e na alta fragmentação partidária, que na perspectiva de muitos autores levaria o país a um cenário de ingovernabilidade, ou seja, tem sido apontado o sistema eleitoral e partidário que combinam o sistema de representação proporcional com a lista aberta. Braga (2008) alerta para o facto de pouco ter sido feito para se conhecer as organizações partidárias enquanto agentes de mobilização e recrutamento e estruturação das características das elites parlamentares no congresso. É dentro deste contexto que a autora entra nos estudos das elites parlamentares, enquanto defensora do papel das instituições no processo de estudo das elites parlamentares. Em sua pesquisa, Braga tem como objetivo estudar o mecanismo pelo qual os partidos políticos detêm o poder de organizar e controlar os processos de representação bem como a "formação e manutenção da estrutura organizacional e a seleção de candidatos à Câmara dos Deputados realizados pelo PFL, PP, PMDB, PSDB e PT no estado de São Paulo" (BRAGA, 2008, p.454).

O neoinstitucionalismo está presente no trabalho da Braga (2008), refletindo-se, sobretudo, construção das variáveis norteadoras da pesquisa:

Para avaliar os mecanismos de seleção de candidatos usados pelos partidos e suas consequências, focalizamos nas dimensões analíticas relacionadas ao tipo de candidato, de selecionadores e do método de escolha. A análise é realizada com base tanto nas regras formais determinadas pela legislação eleitoral e partidária, quanto naquelas estabelecidas nos estatutos dos partidos. As regras formais são ainda confrontadas com procedimentos informais observados nas convenções partidárias realizadas no primeiro semestre de 2006 (BRAGA, 2008, p.468).

A pesquisa de Araújo e Borges (2013) intitulada “Trajetórias políticas e chances eleitorais: analisando o ‘gênero’ das candidaturas em 2010”, apresenta profundas marcas do neoinstitucionalismo, na medida em que as autoras buscam relacionar as variáveis institucionais, neste caso, em concreto, com as condições de possibilidade da eleição das mulheres no Congresso: "Perguntamo-nos sobre aspectos endógenos e exógenos ao sistema eleitoral, (...) e que influenciam as decisões dos indivíduos a tornarem-se candidatas, (...) e,

quando observados na perspectiva de gênero, operam para viabilizar ou obstaculizar o ingresso de mulheres (...)" (ARAÚJO; BORGES, 2013, p. 70).

Em outro trabalho, Clara Araújo, desta feita em coautoria de José Alves, destaca fatores que concorrem para fraca eleição das mulheres em arenas decisórias: "destacamos, particularmente, a fragilidade da legislação, com a ausência de restrições e/ou punições aos partidos que não cumprem as cotas, tornando-as iníquas no que diz respeito aos percentuais", (ARAÚJO; ALVES, 2007, p. 535).

Por último, o terceiro modelo de análise nos estudos das elites parlamentares é aquela que coloca o capital social (formação, ocupação), qualidades naturais (sexo, idade) como parâmetros explicativos do processo seletivo dos parlamentares, conforme Bolognesi, et al (2016). São defensores deste pensamento: Marengo e Serna (2007), Perissinoto e Bolognesi (2010) e Coradini (2012).

Coradini (2012, p.121) estudando a relação entre os recursos sociais e as possibilidades de eleição a cargo político neste caso a posição legislativa, estabelece a seguinte conexão "há um grau de associação relativamente forte, em primeiro lugar, entre a distribuição por categorias ocupacionais e por titulação escolar com os cargos em disputa e com as chances de sucesso eleitoral." Perissinoto e Bolognesi (2010, p.27), trabalhando com variáveis ligadas a capital social conseguem explicar a relação entre estas variáveis e as chances de sucesso eleitoral "*the completion of higher education impacts significantly on the chances of electoral success in all the elections and ideological positions, without exception*".

A ideia de capital social, entendido como qualidades inatas ou contingentes que se traduzem em uma vantagem no processo de seleção dos parlamentares, está alinhada com o pensamento do Max Weber, no seu texto intitulado "*The profession and vocation of politics*", que mais tarde será retomado por diversos autores, com destaque nesta pesquisa para Codato (2014) que afirma que um profissional para que tenha sucesso nas suas atividades tem que apresentar certas qualidades: "o indivíduo em questão deve possuir meios (terras, por exemplo) que lhe proporcionem renda independentemente de seu trabalho e de seu envolvimento cotidiano nos negócios para que fique livre para dedicar-se apenas ao negócio da política" (WEBER, 1994, p. 318-319; CODATO, 2014, p.347).

Codato (2014), retomando a perspectiva do pensador alemão, mostra quais as qualidades que podem traduzir-se em uma vantagem no processo de seleção das elites parlamentares:

Certas profissões são autênticos viveiros de ‘vocações políticas’ (OFFERLÉ, 1999, p. 10). O exercício da advocacia, por exemplo. Todo advogado deve saber se expressar bem em público, precisa ter familiaridade com a linguagem legal na qual são elaborados os textos legislativos, mas, sobretudo, ele deve mostrar perante um juiz ou um júri a mesma capacidade de convencimento (ou de manipulação) que é exigida do político profissional perante uma assembleia. A permuta entre as virtudes profissionais de um e de outro deve ser levada em conta para explicar a expressiva participação de advogados entre os eleitos nos parlamentos ocidentais (CODATO, 2014, p.349).

Importa referenciar que, após uma ampla apresentação das discussões teórico-metodológicas que se desenvolvem no campo dos estudos das elites parlamentares, este trabalho toma como referência teórica a perspectiva que concebe o capital social como parâmetro necessário para compreensão em estudo. Contudo, estabelece um diálogo com outras perspectivas teóricas, a exemplo do neoinstitucionalismo, quando se recorre a variáveis institucionais (magnitude do distrito eleitoral) como referência na pesquisa.

3 SISTEMA POLÍTICO DE MOÇAMBIQUE: ESTADO, SISTEMA DO GOVERNO, SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO

3.1 A CONSTRUÇÃO DO ESTADO MOÇAMBICANO

O contato entre o povo moçambicano e os portugueses, data de 1498, quando Vasco da Gama e a sua comitiva atracaram em Moçambique, quando estes procuravam o caminho para chegar a Índia na busca de parcerias comerciais, Gomes e Bastos, (2012). Contudo, a construção do estado moçambicano como tal, tem que ser pensado depois da conferência de Berlim. A conferência de Berlim realizou-se entre Novembro de 1884 e Fevereiro de 1885 tendo como grande objetivo conquista e dominação do continente africano (RUI COSTA, 2003). O mapa abaixo ilustra a distribuição do continente africano pelas potências imperialistas.



Figura 1. Mapa Geográfico do Continente Africano.

Fonte: *Sarravalle na Africa do Sul Blogspot*. Disponível em: <https://serravallenafricadosul.blogspot.com.br/2013/05/25-de-maio-dia-da-africa-um-pouco-da.html>.

A delimitação das fronteiras dos países teve em conta os interesses dos países capitalistas, nomeadamente: Inglaterra, França, Portugal, Alemanha, Espanha, Itália e Bélgica, sem ter em conta os interesses políticos, económicos e sobretudo interesses culturais dos povos africanos. No caso concreto de Moçambique vários eram os grupos tribais que habitava dentro e fora dos limites fronteiriços, no norte de Moçambique, concretamente a norte do Rio Zambeze, vários estados se estabeleceram naquela região, entre os séculos XVI e XVII com destaque para o Império Marave e o reino Yao que agrupava vários grupos linguísticos desde os Makua e lomwe, quase que no mesmo período na região central de Moçambique e uma parte da atual República do Zimbabwe, formava-se o império de Mutapa que agrupava vários grupos linguísticos dentre as quais os Shonas e os Ndaus, no sul de Moçambique, já no século XIX, vigorava o império de Gaza, que era habitada por diversos grupos linguísticos, com destaque para Changanas, Zulus, Rhongas, Chopes, Bitongas, Phiri, et al (2010).

Guimarães (2008), mostra que a formação dos Estados nacionais europeus seguiu a mesma lógica, onde havia muitos grupos linguísticos. O autor destaca o papel da igreja como unificador.

Assim se formaram os Estados Nacionais europeus, os quais, na realidade, não correspondiam a nações homogêneas, mas agrupavam populações de distintas origens étnicas, com diferentes graus de miscigenação, com distintas tradições e, às vezes, religiões. Nesses Estados vigiam regimes absolutistas cujo fundamento era a doutrina do direito divino dos reis sobre todos os seus súditos (incluindo os nobres descendentes dos senhores feudais), monarcas que se apoiavam mutuamente nessa pretensão. Esses monarcas absolutos tinham o suporte ideológico de Roma, até que o protestantismo veio a opor ferozmente, em guerras sangrentas, alguns desses Estados, que continuavam, todavia, a acreditar e a defender a doutrina do direito divino dos reis. (GUIMARÃES, 2008,147-148).

A diferença no contexto moçambicano é que o nacionalismo que funda o Estado emerge enquanto espírito contestatório da exploração do colonialismo português, ou seja, vários grupos tribais se unem através do partido FRELIMO, como vemos mais adiante, para combater o inimigo comum, neste caso o colonialismo português dentro da esfera da sua jurisdicional. Ou seja, o surgimento do estado moçambicano aglutinou muitos grupos linguísticos, nos dias atuais em número que ronda 41 grupos linguísticos (NGUNGA, 2001). Os 41 grupos linguísticos fazem-se sentir, atualmente, na cultura moçambicana (ver Mapa 2).

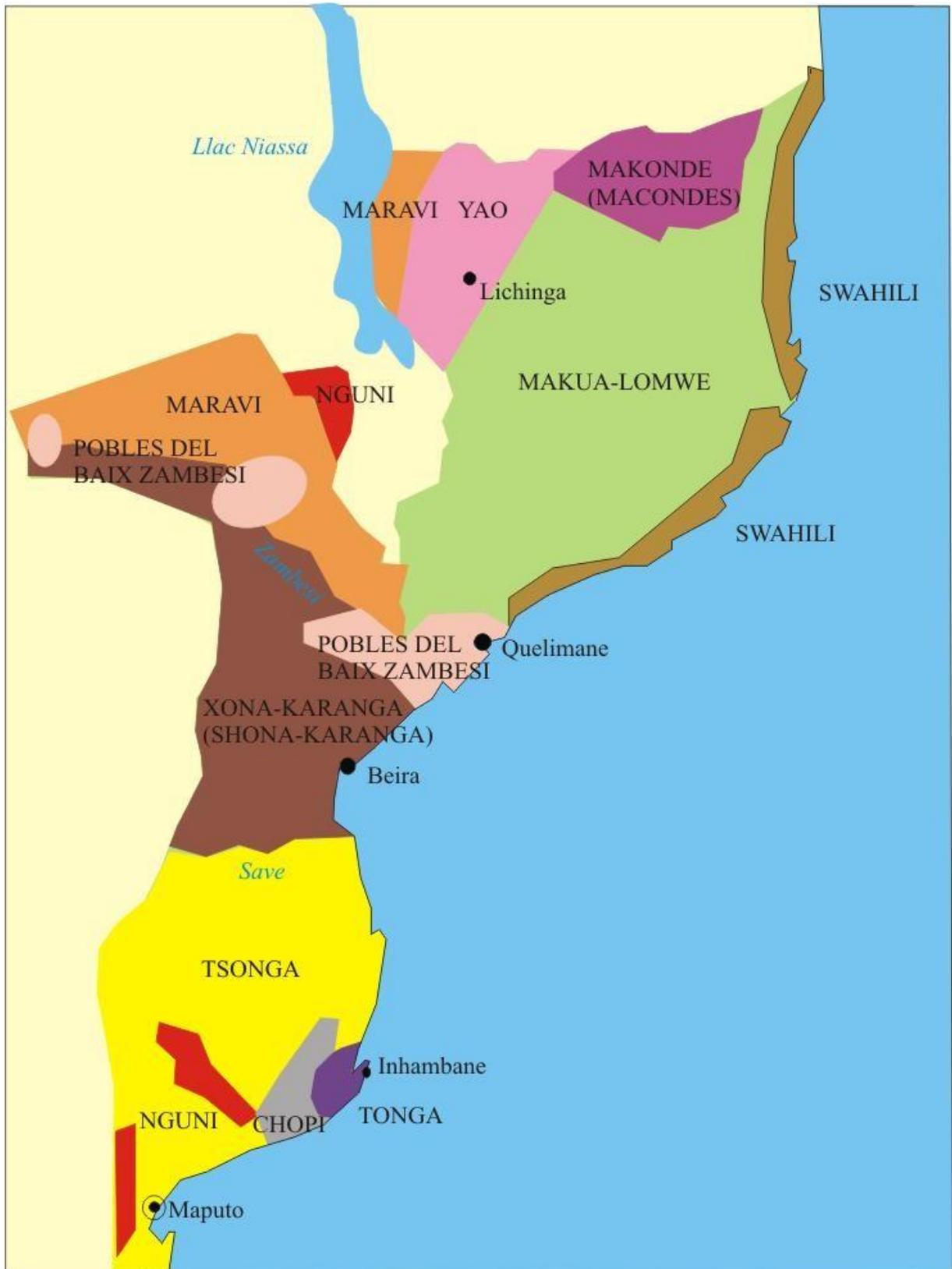


Figura 2: Mapa linguístico de Moçambique⁵

Fonte: wikipedia.org. Disponível em:

"https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/0/0c/Mz_etnies.PNG". Acesso em: 22 fev. 18.

⁵ O mapa representa a distribuição linguística no território moçambicano.

Moçambique, como todas as outras Colônias portuguesas, era considerado província ultramarina de Portugal e os seus habitantes eram considerados portugueses.

A 24 de Fevereiro de 1956 o Secretário-Geral das Nações Unidas lhe dirigiu carta, bem como aos demais dezesseis novos Estados-Membros, na qual lembrava as obrigações exigidas pelo Capítulo XI dos que possuíssem territórios não-autônomos. Respondeu-lhe Portugal que seus territórios eram províncias ultramarinas, partes integrantes da Metrópole, não sujeitos, portanto, aquelas determinações. (DE MELLO, 1974, p.8).

Contudo, na realidade o povo moçambicano foi sempre subjugado à exploração e dominação colonial por parte dos portugueses (DE MELLO, 1974; WUYTS, 1980).

A administração do território moçambicano obedeceu duas lógicas, em primeiro lugar uma administração direta do governo português, através do governador de Moçambique, isso na região sul do país, nomeadamente: Maputo, Gaza e Inhambane, e uma administração indireta na região centro através da Companhia de Moçambique, e por último a companhia de Niassa que foi incumbida a missão de administrar a região de Moçambique (WUYTS, 1980; DIREITO, 2013).

3.2 FORMA E SISTEMA DE GOVERNO EM MOÇAMBIQUE

Quando o debate está centrado nas formas do governo, a ideia é discutir os mecanismos que norteiam a escolha dos presidentes, que no caso dos Estados monárquicos o processo obedece a regras de sucessão hereditária, entre as personalidades da família real, por sua vez, em Estados republicanos de orientação democrática, tem como procedimento de escolha centrada na corrida eleitoral (LIJPHART, 2003; ANASTASIA; NUNES, 2006; MENDES e ANASTASIA, 2009).

Entretanto, quando a discussão é centrada nos sistemas do governo, a ideia é perceber os contornos que permite o cidadão intervir ou não na escolha das personalidades que vão ocupar cargos executivos, que podem assumir a forma de república presidencialista quando o cidadão intervém diretamente na eleição do seu presidente, e república parlamentarista quando o cidadão não elege diretamente para os cargos executivos os seus representantes (LIJPHART, 2003; ANASTASIA; NUNES, 2006; MENDES; ANASTASIA, 2009). No entanto, existem alguns casos de repúblicas presidencialistas que os cargos executivos não saem de uma eleição direta, o caso mais emblemático é dos Estados Unidos da América onde o presidente é eleito indiretamente pelo cidadão:

Na Bolívia, no entanto, o Parlamento escolhe entre os três primeiros colocados no pleito popular (tanto em 1985 quanto em 1989, o selecionado foi o segundo colocado), configurando-se, portanto, um caso ambíguo de eleições semidiretas. Na Finlândia, por outro lado, as eleições são decididamente indiretas: um colégio eleitoral eleito, que possui uma liberdade de escolha irrestrita, realmente faz o presidente (SARTORI, 1993, p.4).

Neste quesito, Moçambique é uma república presidencialista, na medida em que, o presidente é eleito diretamente pelo cidadão em um modelo de 51% mais um, em dois turnos.

Sob o ponto de vista de organização administrativa, Moçambique é um Estado unitário com 11 províncias, nomeadamente Niassa, Cabo Delgado e Nampula, na região norte; Zambézia, Tete, Manica e Sofala na região central do país, e por último, Inhambane, Gaza, Maputo Província e Maputo Cidade no extremo sul do país. Os governadores das províncias são nomeados pelo Presidente da República, confirmando-se assim a ideia de que nos Estados unitários o poder está concentrado no topo, ou no governo central, contrariamente aos Estados federalistas onde o poder se espraia do topo para base e os órgãos de decisão ficam mais perto do cidadão (LIJPHART, 2003; ANASTASIA; NUNES, 2006; MENDES; ANASTASIA, 2009).

O sistema eleitoral, aplicado no contexto moçambicano, é de representação proporcional às eleições legislativas, que nos primeiros três pleitos eleitorais foi combinado com a cláusula de barreira, que se situava em torno dos 5%. Esse cenário beneficiou os partidos negociadores do Acordo de Paz, neste caso a FRELIMO e RENAMO.

A bipolarização das negociações do acordo de paz foi relevante de duas maneiras. Em primeiro lugar, a FRELIMO e a RENAMO tiveram margem de manobra para escolher as condições que lhes eram mais favoráveis. Por exemplo, a proposta de definição de uma cláusula barreira entre 5% e 20% e de um fundo para financiar as atividades dos partidos políticos beneficiou claramente estes (SANCHES, 2014, p.64).

Os partidos políticos detém o poder de controlo das listas, na medida em que Moçambique adota no seu sistema eleitoral, o mecanismo de listas fechadas. Uma nota interessante quanto à questão das listas, no entender da Mendes e Anastasia (2009), o monopólio partidário de representação é uma medida consensual da democracia, na medida em que os partidos ainda são legítimos canalizadores das preferências do eleitorado, contudo, o facto das listas fechadas não permitir ao eleitorado organizar as suas preferências através hierarquização dos elegíveis na lista essa medida coaduna com a democracia majoritária.

Como apontam diversas pesquisas, o sistema de representação proporcional permite a dispersão do poder, sobretudo, para partidos de menor expressão, contudo, as coisas não acontecem, tão linear, pois, as formas de transformação de voto em cadeira representativa, acabam retirando a capacidade de dispersão do poder que o sistema de representação proporcional ostenta, ou seja, existe três fórmulas mais usadas, o *D'Hondt e Sainte-laguë modificado* pelas suas lógicas de cálculos acabam beneficiando os maiores partidos e *Sainte-laguë* é a fórmula que beneficia os pequenos partidos (TAVARES, 1994; NICOLAU, 1995; NICOLAU, 1999). Neste quesito, Moçambique se apoia no modelo *D'Hondt*.

No que concerne às eleições presidenciais, o sistema aplicado é de 51 mais um, em dois turnos. Moçambique, sob o ponto de vista dos distritos eleitorais, encontra-se organizado em 13 distritos, com uma magnitude que varia de 11 a 50 cadeiras parlamentares (Quadro 5, p. 68).

Em termos do sistema partidário, partindo-se da ideia de que o sistema de partido dominante é aquele no qual um partido consegue alcançar mais de 50% das cadeiras no parlamento (SANCHES, 2014), então em Moçambique o sistema político está muito próximo disso, ou seja, a FRELIMO já conquistou em cinco eleições consecutivas: 44% em 1994; 49% em 1999; 62% em 2004; 74% em 2009 e por último 56% em 2014. Esses resultados colocam Moçambique em um sistema de partido dominante.

Entretanto, apesar de ser importante, a classificação dos sistemas partidários não se limita à questão do partido dominante, ou seja, existem outras variáveis importantes que ajudam a clarificar os sistemas partidários, tais como o tamanho; a compatibilidade ideológica e o número de partidos dentro de um determinado sistema partidário. E tal como aponta Nuvunga (2007, p.55), em Moçambique "as eleições fundadoras da democracia em Outubro de 1994 cristalizaram a tendência bipartidária no xadrez político moçambicano. A partir das eleições gerais de 1999, registra-se um movimento ascendente da FRELIMO que foi reocupando os seus espaços no meio rural." O aparecimento na arena política moçambicana do partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), em 2009, como consequência lógica da eliminação da cláusula de barreira, que era de 5%, em 2006, gradualmente está demandando a reeleitura e classificação do sistema partidário moçambicano. Se, em 2009, o MDM conquistou apenas oito assentos no parlamento, em 2014, o poder de influência deste partido cresceu e começou a mexer com os paradigmas de classificação dos sistemas partidários. Ou seja, Moçambique se situa nos dois partidos e meio, sem deixar de frisar o papel dominante do partido no sistema partidário moçambicano.

Em termos da volatilidade eleitoral, existem províncias mais e outras menos voláteis. Deste modo, A volatilidade de tipo A é resultado de entrada de partidos (que por definição não tem eleitores na eleição anterior) e/ou saída de partidos do jogo político. Esta volatilidade está intrinsecamente associada à instabilidade do sistema partidário, (POWER e TUCKER, 2012; SILVA, 2014). Por sua vez, a volatilidade de tipo B ocorre quando os eleitores escolhem os seus representantes entre os partidos existentes, (POWER e TUCKER, 2012; SILVA, 2014).

A província de Tete é mais volátil, seguido de Niassa e Manica, nas volatilidades do tipo “B” e total, enquanto isso, Gaza, Maputo Província, Maputo Cidade e Cabo Delgado foram as Províncias menos voláteis na dimensão da volatilidade do tipo “B” e total. No que diz respeito à volatilidade do tipo “A”, Sofala foi mais volátil e a província de Gaza foi a menos volátil.

Quadro 1 – Volatilidade Eleitoral em Moçambique

PROVÍNCIA	VOLATILIDADE POR PROVÍNCIA SEGUNDO ANOS ELEITORAIS											
	1999-2004			2004-2009			1999-2014			VOLATILIDADE MÉDIA		
	Tipo A	Tipo B	Total	Tipo A	Tipo B	Total	Tipo A	Tipo B	Total	Tipo A	Tipo B	Total
Niassa	3.46	27.14	30.6	5.49	14.83	20.33	1.8	32.01	33.81	3.58	24.66	28.25
C. Delgado	2.87	15.51	18.38	3.07	4.67	7.74	3.7	3.99	7.69	3.21	8.06	11.27
Nampula	4.88	11.92	16.8	6.43	14.77	21.27	6.29	19.59	25.88	5.87	15.43	21.32
Zambézia	4.37	14.01	18.38	5.92	15.01	20.94	7.23	11.66	18.89	5.84	13.56	19.40
Tete	3.52	37.16	40.68	2.97	12.47	15.44	3.89	38.91	42.8	3.46	29.51	32.97
Manica	3.99	16.8	20.79	4.56	23.47	28.01	4.37	22.95	27.32	4.31	21.07	25.37
Sofala	4.27	9.9	14.17	15.37	0.96	16.33	1.28	24.85	26.13	6.97	11.90	18.88
Inhambane	6.92	17.41	24.33	8.72	5.37	14.09	3.13	12.24	15.37	6.26	11.67	17.93
Gaza	2.48	5.33	7.81	2.13	1.88	4.01	2.86	3.51	6.37	2.49	3.57	6.06
Maputo P.	3.08	2.4	5.48	2.63	2.13	4.76	7.51	16.03	23.54	4.41	6.85	11.26
Maputo C.	2.31	1.44	3.75	9.58	7.69	17.27	0.54	15.23	15.77	4.14	8.12	12.26

Fonte: Elaboração do autor.

Em nível regional, tanto em relação à volatilidade do tipo B quanto à volatilidade total, a Região Centro foi a mais volátil, seguida da Região Norte e a Região Sul foi a menos volátil. Em relação à volatilidade do Tipo A as três regiões andaram equilibradas. Quanto à volatilidade ao longo do tempo, pode-se dizer que a volatilidade do tipo B e a volatilidade total caminharam lado-a-lado, ou seja, começaram em alto no período 1999-2004, sofreram oscilação no segundo período, voltando a subir no último período, neste caso 2009-2014. Enquanto a volatilidade do tipo A começou em baixo, subiu no segundo momento vindo a decrescer no último momento.

Uma vez que a volatilidade do tipo A tem a ver com a oferta das alternativas que o

sistema partidário oferece e a volatilidade do tipo B estar ligado à procura das alternativas por parte do cidadão (POWER; TUCKER, 2012; SILVA, 2014), conjugado com o facto da volatilidade do tipo “A” ter andado baixo e a volatilidade do tipo “B” ter assumido valores

altos, pode-se afirmar que volatilidade em Moçambique é provocada pela procura das alternativas por parte do cidadão e não a oferta que o sistema partidário oferece.

Por último, nas províncias onde as disputas eleitorais são fortes entre os partidos (FRELIMO, RENAMO e MDM) – Tete, Niassa, Manica e Sofala, Zambézia e Nampula a volatilidade é maior; enquanto que em zonas como Gaza, Maputo Província e Cidade, Inhambane e Cabo Delgado, dominadas pela FRELIMO, a volatilidade é menor. Assume-se, também, por hipótese que a Região Centro, seguida da Região Norte são as mais voláteis, enquanto que a região Sul é a menos volátil. Por último, assume-se que no período de 2009-2014 a volatilidade foi maior.

3.3 NACIONALISMO POLÍTICO E LUTA PELA INDEPENDÊNCIA

Tal como foi discutido em parágrafos anteriores, Moçambique é um país constituído por uma multiplicidade de grupos linguísticos. Os trabalhos forçados e a falta de direitos políticos e civis despoletou a ideia de nacional, ou seja, o inimigo comum uniu uma multiplicidade de comunidades em um espírito nacionalista com objetivo da conquista da independência nacional. A materialização do nacionalismo veio a acontecer em 1962, com a fundação de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

A FRELIMO, inicialmente movimento armado de libertação de Moçambique mais tarde partido político, emergiu como resultado da sua de três movimentos nacionalistas, designadamente: *African National Union* (MANU); a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO) e a União Nacional de Moçambique Independente (UNAMI) (NUVUNGA, 2007; BRITO, 2010; PEREIRA; SHENGA, 2005).

Um grupo compreendia essencialmente jovens estudantes do sul do país com educação secundária ou até mais elevada (alguns estudavam na Europa). Foi deste grupo, e a volta da figura de Eduardo Mondlane, que se extraiu liderança da FRELIMO. O segundo grupo era composto essencialmente por jovens camponeses, que tinham fugido para a Tanzania afim de escaparem a repressão Portuguesa no planalto de Mueda. Deste grupo viria a sair parte da liderança da FRELIMO, e a maior parte dos combatentes que viriam lançar a luta armada em 1964 (PEREIRA; SHENGA, 2005, p.12).

Este fator associado à expulsão, em maio de 1970, e posterior fuzilamento de Urías Simango⁶, pelo Comitê Central da FRELIMO, sob a acusação de estar ligado à conspiração secessionista de Lázaro Ncavandame, Macagno (2009), pode explicar em parte comportamento eleitoral em Moçambique, na medida em que, como mostram Pereira e Shenga (2005) que os membros da FRELIMO, vindos do sul e norte de Moçambique, tomaram a dianteira na liderança do partido. Esse cenário ainda se reflete nas eleições, ou seja, a região Norte, particularmente, Cabo Delgado e Niassa, que fazem fronteira com a Tanzânia, local onde a FRELIMO iniciou a luta armada de libertação nacional, até datas hodiernas a intenção do voto é favorável à FRELIMO. Por seu turno, no contexto das disputas pela liderança da FRELIMO, (Norte e Sul versus o centro), onde o Norte e Sul levaram o melhor, com o agravante de fuzilamento de Urías Simango, natural do centro, a FRELIMO não ganha no centro do país, e este episódio foi capitalizado pelos filhos de Urías Simango, neste caso, Deviz Simango que juntamente com o seu irmão mais velho fundaram o partido Movimento Democrático de Moçambique, que tem vindo a se constituir como a terceira força política no país com 17 cadeiras parlamentares na Assembleia da República e com impacto muito forte nos municípios, governando a segunda e a terceira cidades mais importantes de Moçambique.

3.3.1 Um só Povo, uma só Nação, uma só Cultura de Rovuma a Maputo

Se o governo português conseguia controlar o vasto território moçambicano usando a técnica repressiva dos seus habitantes "indígenas", a legitimidade da autoridade da FRELIMO tinha que se fundar em outros critérios, também, não era suficiente o facto de ter libertado o país para agregar todas as tendências e preferências dentro de um projeto político maduro e duradouro. Ou seja, era necessário uma narrativa que juntasse todos os interesses tribais em um projeto nacionalista. A partir dessa perspectiva, depois da conquista da independência em 1975, após 10 anos de luta armada com o colonialismo português, a FRELIMO transformou-se, em 1977, em um partido político declarando-se um partido "vanguarda marxista-leninista" (BRITO, 2010, p.20). Sob o ponto vista político, Moçambique tornou-se um estado centralizado, sob a direção do partido FRELIMO. Na política externa, toma a vanguarda no apoio da luta pelas independências do Zimbábue e África do Sul. No entanto, como retaliação o governo de Apartheid e Zimbábue de Ian Smith vão abrigar

⁶ Membro fundador da FRELIMO, natural de centro de Moçambique, pai do Deviz Simango, atual presidente do partido Movimento Democrático de Moçambique, sediado na cidade de Beira centro de Moçambique.

equipar os homens armados da RENAMO que havia iniciado a guerra em 1976, que só terminou com os acordos de Roma em 1992. No plano económico, a FRELIMO introduziu em 1980 um modelo 'socialista' centralizado de economia, chamado Plano Indicativo de Perspectiva (PIP) (PEREIRA; SHENGA, 2005, p.7).

Sob o ponto de vista ideológico, a FRELIMO já tinha experimentado, ao longo da luta de libertação nacional a problemática de divisões internas movidas por questões tribais e regionais que podiam constituir entrave na construção da nova nação "começaram a verificar-se rupturas e expulsões que prosseguiram até aos fins da década de 1960, afetando os representantes da pequena elite do centro e norte do país. O último relevante líder da FRELIMO pertencente a este grupo, o vice-presidente Urias Simango, foi afastado em 1969", Pereira e Shenga (2005, p.13). Para evitar o flagelo de questões tribais, à luz das ideias marxistas os líderes da FRELIMO tentaram criar uma ideologia pautada na ideia de superação de Homem tribal para o Homem coletivo, isto é o povo moçambicano. A respeito desta nova abordagem ideológica da FRELIMO, Sérgio Viera, veterano de luta de libertação armada dizia o seguinte:

Eu deixei de desprezar aquele porque é Changana, porque é Maconde, porque é Ajawa, porque é Nhungué ou porque é Sena... Começa-se a entrar nesta noção de que do Rovuma ao Maputo somos um só povo. E não há tribo grande nem pequena. Não há tribo, somos o povo moçambicano (Macagno, 2009, p.22).

O Estado tinha que se empenhar através da educação na construção deste Homem novo. Este constitui a terceira fase da génese e evolução da construção do estado moçambicano. A primeira fase corresponde ao traçado das fronteiras que mais tarde determinação o escopo das clivagens, importa referir que a segunda e a terceira etapa estão pressupostos na primeira, na medida em que, as outras fases da construção do Estado moçambicano aparecem como desenvolvimento lógico do primeiro momento. A segunda fase consistiu na aproximação dos diversos grupos tribais, que na verdade, há muito tempo que esses grupos estavam unidos, ou seja, desde o desenho geográfico daquilo que seria a República de Moçambique, o processo de unificação das tribos jamais foi interrompido, a anção destes grupos para se libertar do inimigo comum, neste caso, o colonialismo português, foi mais um processo de uma trajetória que começa com a delimitação das fronteiras; e a terceira fase consistiu na exaltação da 'moçambicanidade'. No entanto, como resultado da tentativa da superação da tribo a FRELIMO montou um Estado à sua imagem controlando todas as atividades dentro do país, tornando-se impossível a separação entre partido e o Estado. Isso foi possível por meio da criação de grupos de intervenção social, neste caso, os

grupos dinamizadores, bem como os chamados ‘células do partido’. Tais grupos operavam tanto no lugar do trabalho, quanto nos ambientes privados (BRITO, 2010).

Por conta desta imbricação Estado-Partido, durante muito tempo tornou-se difícil identificar as fronteiras entre o Estado e o partido FRELIMO, ou seja, até aos dias hodiernos os partidos da oposição têm-se queixado de que o partido FRELIMO tem-se apropriado desse legado histórico para ganhos eleitorais na atual fase, caracterizada por competitividade eleitoral.

3.4 SISTEMA ELEITORAL E PARTIDÁRIO DE MOÇAMBIQUE: DE PARTIDO-ESTADO AO MULTIPARTIDARISMO

As escolhas da FRELIMO, durante o percurso rumo à independência, não foram felizes em sua totalidade, ou seja, a escolha da ideia do partido-estado e de economia centralizado à moda das ideias comunistas, pressupunham uma estreita relação com o bloco socialista liderada pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), contudo, por conta dos encargos da guerra fria, este bloco encontrava enormes dificuldades para distribuir a ajuda financeira que Moçambique, com muita urgência necessitava. É verdade que em uma primeira fase a economia de Moçambique conheceu um ligeiro crescimento nos anos 1980:

O sector agrícola registou um crescimento de 3,8% ao ano, o que representa uma melhoria quando comparado com os períodos imediatamente antes e depois da independência. Os sectores das pescas, dos transportes e da energia registaram substanciais taxas de crescimento e as elites urbanas começaram a acreditar que era de facto possível acabar com o subdesenvolvimento num prazo de dez anos (PEREIRA; SHENGA, 2005, P.7).

Contudo, por conta dos fatores ligados ao quase colapso do bloco socialista, do qual Moçambique fazia parte, conjugado com a problemática da guerra civil que afetava o país logo depois da independência em 1975, a economia do país desabou em 1983 (Ibid.).

Em 1983, a FRELIMO tratou de preparar a sua adesão às instituições da Bretton Woods, nomeadamente Banco Mundial e fundo Monetário Internacional (FMI), cenário que veio se materializar o Programa de Reabilitação Econômica (PRE) (PEREIRA e SHENGA, 2005; MIGUEL, 2008; CHINWEIZU, 2010; MACAMO, 2016).

Sob o ponto de vista político, as fissuras que foram se cristalizando de FRELIMO, que levaram a morte de quadros importantes dentro do próprio movimento e expulsão e fuzilamento de outros tantos, levaram a FRELIMO a ter uma atitude de desconfiança,

sobretudo, com a zona centro do país. A nova organização política introduzida pela FRELIMO deixou pouco espaço.

Para o desenvolvimento e organização de OSCs independentes, particularmente na zona central do país, uma vez que esta tinha sido a base das forças Moçambicanas que contra si lutaram. A FRELIMO desenvolveu uma atitude de grande falta de confiança e repressão para nesta zona, tendo mesmo alguns soldados Moçambicanos das Forças Especiais procurado refúgio na então Rodésia na altura da independência: estes viriam a ser a base inicial para o recrutamento do que, anos mais tarde se transformaria na RENAMO (PEREIRA; SHENGA, 2005, p.14).

Na sua política externa, Moçambique empenhou-se no apoio aos movimentos independentistas do Zimbábue, neste caso, o ZANU-PF de Robert Mugabe e ANC de Nelson Mandela da África do Sul. Esta política conjugado com o fato de pouca abertura aos movimentos da sociedade civil, sobretudo na zona centro, tal como contam Pereira e Shenga (2005) abriu um terreno fértil para emergência e desenvolvimento do movimento armado que se tornaria no maior partido da oposição na era democrática, neste caso, a RENAMO, que teve maior apoio tanto do governo sul africano (apartheid) e do governo de Ian Smith no Zimbábue.

A fúria da antiga Rodésia e da África do Sul de *apartheid*, não se limitou no acolhimento do movimento armado, como também estes dois países participaram diretamente na agressão armada ao território moçambicano. Tal como fizera com a política económica, no que diz respeito à guerra que o Estado moçambicano enfrentava com RENAMO, apoiado pelo governo sul-africano (apartheid) e do governo de Ian Smith no Zimbábue, a FRELIMO procurou outras soluções amigáveis para pôr término ao conflito. Foi assim que em 1984, o presidente Samora Machel, juntamente com o presidente sul-africano Pieter Willem Botha assinaram o acordo de Incomati, para pôr fim ao conflito (BRAGANÇA; DEPELCHIN, 1986; NUVUNGA, 2007; BRITO, 2010; PEREIRA e SHENGA, 2005; BOUENE, 2005). Apesar dos acordos Incomati que foram rubricados em 1984, a paz viria ser encontrado em 1992, nos acordos de Roma, desta vez, entre o então Presidente da República Joaquim Chissano e o líder da RENAMO Afonso Dlhakhama.

3.4.1 A 3ª República: a Era da Democratização

Os ventos da democratização atingem Moçambique, em 1990, com a primeira Constituição democrática, simbolizando a inauguração da terceira república. Ou seja, a primeira República caracteriza-se como o período da dominação colonial, que se estende da

ocupação efetiva de Moçambique, em 1914, até à conquista da independência, em 1975 (ISAACMAN; VANSINA, 2010). A segunda República representa o período do Partido-Estado, que vai de 1975 até 1990, quando entra em vigor a primeira constituição democrática.

São vários fatores que contribuíram para a penetração dos ventos da democratização no contexto moçambicano, desde logo, o desgaste pela guerra civil que já durava 14 anos, por outro lado os compromissos assumidos com as instituições da *Bretton Woods* que o primeiro projeto entrou em ação em 1987, preconizava a abertura do mercado moçambicano e do sistema político. Por sua vez, a RENAMO, perdia o seu espaço de manobra, quando o presidente sul-africano Frederick de Klerk, anuncia em Março de 1990, o fim do apoio à RENAMO (BOUENE, 2005, p.80). Este conjunto de fatores acelerou o processo de negociações, até que se alcançasse o acordo em 1992. Em 1994 realizaram-se as primeiras eleições democráticas em Moçambique ganhas pela FRELIMO e o seu candidato Joaquim Chissano⁷, que foi o primeiro presidente democrático e o segundo de Moçambique, independente (Tabela 1).

Tabela 1: Resultados das Eleições Presidenciais de Moçambique, em 1994.

PARTIDOS POLÍTICOS	NÚMERO DE VOTOS	
	Nº Absoluto	%
AP	93.031	1.95
UD	245.793	5.15
FRELIMO	2.115.793	44.33
RENAMO	1.803.506	37.78
SOL	79.622	1.67
PCN	0.635	1.27
PIMO	58.59	1.23
PACODE	52.446	1.10
PPPM	50.793	1.06
FUMO-PCD	66.527	1.39
SOL	79.622	1.67
PRD	4.803	1.01
PADEMO	36.689	0.77
UNAMO	34.809	0.73
PT	26.961	0.56
Eleitores registados	6.148.842	100
Total de votos	5.404.199	100
Votos nulos/branco	630.973	11.68
Votos válidos	4.773.225	88.32

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017). Elaboração do autor.

As eleições de 1994, neste caso as primeiras eleições democráticas a realizarem-se no território moçambicano, foram as mais participadas: 87,8% participou naquele processo

⁷ O presidente chegou ao poder em 1986, após a morte do Presidente Samora Machel, que perdeu a vida em um acidente aéreo.

eleitoral. Várias foram as interpretações de participação massiva da população nas eleições de 1994:

A comunidade internacional, particularmente, o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional e o próprio departamento dos Estados Norte-Americano, por intermédio das organizações Não-Governamentais nacionais e estrangeiras operando em Moçambique, os grupos sociais de interesse e/ou de pressão. Todos estes formadores e difusores de opinião contribuíram para cimentar no seio da população moçambicana a crença de que a paz passava necessária e indissociavelmente pela democracia pluripartidária. Assim a democracia pluripartidária assumiu o sentido quase linear de sinónimo de reconciliação nacional, estabilidade social e política. Essa crença também uma passagem instrumental e necessária pelo exercício de voto (SITOE, 2006, p.156).

A participação massiva do público nas eleições de 1994 é explicada também pela ideia de que o término da guerra contribuiu para o decréscimo da pobreza no país, que se situou em 54,1 em 2003, enquanto no período do confronto armado chegou a atingir os 80% (MACAMO, 2016).

Em termos da competição política, tal como já se fez referência, FRELIMO ganhou as eleições de 1994, contudo, teve um adversário à sua altura. Na região norte, tanto a FRELIMO, assim como a RENAMO saíram empatados com 42 cadeiras cada, na região centro do país ficou evidente a pujança que a RENAMO ostenta naquele ponto do país tendo saído com 65 cadeiras, contra, 30 da FRELIMO e 3 cadeiras para UD. A população da região centro sente-se marginalizada pela FRELIMO, cenário que remontam desde a luta pela independência nacional, que tem como caso mais emblemático a execução de Urias Simango, que era oriundo do centro do país.

A FRELIMO mostrou-se forte na região sul do país e em Cabo Delgado e Niassa (região norte), locais que tradicionalmente o partido no poder tem uma estreita ligação, em Gaza a oposição não conseguiu se quer conquistar uma cadeira, tendo a FRELIMO ganho todas as vagas em disputas naquele ponto do país, basta lembrar que desde a luta pela independência as pessoas mais influentes nas lideranças da FRELIMO, sempre foram das regiões Norte, concretamente nas províncias de Cabo Delgado, e Sul de Moçambique, não só, Eduardo Mondlane o primeiro presidente da FRELIMO, Samora Machel, segundo presidente da FRELIMO e primeiro presidente da República, Joaquim Chissano terceiro presidente da FRELIMO e segundo presidente da República, Armando Guebuza, quarto presidente da FRELIMO e terceiro presidente da República são todos oriundos da região sul e os três primeiros naturais de Gaza e o último, neste caso, Armando Guebuza⁸ é natural de Maputo, a

⁸ É verdade que Armando Guebuza, no seu primeiro mandato em 2004, como estratégia de marketing político declarou-se como natural de Nampula (ele nasceu em Nampula porque os pais estavam a trabalhar naquele

sua mãe é natural de Gaza. Estes elementos explicam em parte a pujança que a FRELIMO tem no sul de Moçambique.

As eleições de 1999 voltaram a conferir vitória a FRELIMO e o seu candidato Joaquim Chissano. A RENAMO o seu candidato Afonso Dlhakhama ocuparam a segunda posição (Tabela 2). Estas eleições foram as mais renhidas entre a FRELIMO e a RENAMO, e também entre Joaquim Chissano e Afonso Dlhakhama. Os dois partidos dividiram-se o protagonismo na Assembleia da República a FRELIMO tendo ficado com 133 cadeiras e por sua vez a RENAMO com 117. Chissano ganhou as eleições com 52% e Dlhakhama saiu com 47% dos votos, Pereira e Shenga (2005).

Tabela 2: Resultados das Eleições Presidenciais, em Moçambique - 1999

PARTIDOS	NÚMERO DE VOTOS	
	Nº Absoluto	%
UD	58.493	1.44
FRELIMO	1.985.261	49.00
RENAMO	1.579.487	39.00
SOL	80.057	1.98
PIMO	45.415	1.12
PASOMO	2.111	0.05
PADELIMO	5.423	0.13
PPPM	9.569	0.24
PALMO	97.719	2.41
UMO	6.153	1.52
PT	107.492	2.65
Eleitores registrados	7.099.105	100,0
Total de votos	4.753.394	
Votos válidos	4.051.211	

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017). Elaboração dos autores.

É importante fazer referência que "primeira Constituição Multipartidária de 1990 definia o sistema majoritário como o mecanismo para o apuramento dos resultados eleitorais. Nas discussões de Roma, com vista ao Acordo Geral de Paz, a RENAMO recusou o sistema majoritário e defendeu a aplicação do sistema proporcional" (NUVUNGA, 2007, p.59). Se o sistema eleitoral de Moçambique nas eleições de 1999, fosse sistema majoritário conferiria a vitórias a RENAMO na medida em que este conquistou mais distritos eleitorais em relação ao partido no poder. O mesmo podia ter acontecido com a FRELIMO nas eleições de 2004. A escolha de sistema representação proporcional foi sensata.

ponto do país, mas logo depois voltaram às suas origens), na medida em que a contestação pela alternância no poder pelas elites vindas das outras etnias era muito forte, em um país que tem mais de 40 grupos tribais.

Outro elemento não menos importante tem que ver com existência da cláusula da barreira no sistema eleitoral no país, nos dois primeiros pleitos eleitorais (1994, 1999), o que de certa forma contribuiu para que os pequenos partidos não conseguissem adentrar na arena política nacional (Tabelas 1 e 2). Ou seja a combinação do sistema de representação proporcional com a cláusula de barreira e D'Hondt, como já foi provado em pesquisas, não permite a dispersão do poder, sobretudo, para partidos de menor expressão, ou seja, nesse modelo, a transformação de votos em cadeiras representativas na Assembleia da República, acabam retirando a capacidade de dispersão do poder que o sistema de representação proporcional ostenta (TAVARES, 1994; NICOLAU, 1995; NICOLAU, 1999). Para os autores acima citados o Sainte-laguë é a fórmula que beneficia os pequenos partidos, que seria mais apropriado para a realidade moçambique que grande parte dos partidos políticos são de menor expressão. No caso de Moçambique, nas eleições de 1999, caso o sistema eleitoral combinasse a representação proporcional, sem cláusula da barreira, bem como a aplicação Sainte-laguë na transformação de votos em cadeiras, no mínimo os partidos como PALMO e PT que conseguiram 2.41% e 2,65%, bem como, PDD que conseguiu 2% nas eleições de 2004, teriam disputado as vagas na Assembleia da República.

Ora, com o andar do tempo, os efeitos de PRE, que tinha dentre vários objetivos a reforma administrativa, fiscal, cambial, entre outros conforme destaca Ibraimo (2002), gradualmente, começavam a se fazer sentir na vida do cidadão, isto porque, o governo desde a entrada em vigor do programa da reforma o governo entrou na onda das privatizações das empresas públicas (MASSINGUE, 2008). Os índices da pobreza que vinham conhecendo decréscimo desde o término da guerra de 80% para 54.1% em 2003, como já foi referenciado em parágrafos anteriores, começaram a gravar-se. O desgaste do Presidente Chissano era evidente, era necessária e urgente uma nova abordagem de governação, é dentro desta lógica que a FRELIMO vai apostar em Armando Guebuza nas eleições de 2004, é verdade que Chissano não voltaria a concorrer por conta do impedimento constitucional por ter atingido os dois mandatos exigidos para o exercício daquele cargo.

Nas eleições de 2004, Armando Guebuza vai ganhar as eleições com 63%, uma vantagem muito folgada em relação ao seu direto opositor político Afonso Dlhakhama que ficou com 31% dos votos. Por seu turno a FRELIMO ganhou as eleições com 62% e a RENAMO ficou na segunda posição com 29%. Mas o que terá reerguido a FRELIMO e o conseqüente colapso da oposição? Armando Guebuza, veterano da luta armada, terá estudo com profundidade as fragilidades da governação anterior. Chissano durante a sua governação ter-se-á distanciado com aquilo que é cultura do partido FRELIMO que consistia na

proximidade entre as lideranças do partido e as suas bases, estratégia resgatada pelo Armando Guebuza, através do qual ficou conhecido como presidências abertas, em que o Presidente da República percorreu todos os cantos do país dialogando de perto com o eleitorado; resgatou o papel dos líderes comunitários; inaugurou a política pública denominada "Orçamento de Investimento de Iniciativa local (OIL)", popularmente conhecido por "7 milhões", que tinha como fundamento financiar projetos de geração de riqueza entre as populações mais pobres. O processo de OIL consistiu na alocação, anualmente, de 7 milhões de meticais (aproximadamente 700 mil reais) pelos 128 distritos⁹ do país, orientados para responder os problemas da pobreza. A política dos "7 milhões", foi também reforçada pelos discursos do então Presidente da República, Armando Guebuza:

(...) 7 Milhões são direcionados aos nossos compatriotas pobres que através de reembolsos permite que outros pobres tenham acesso a estes recursos e, ao mesmo tempo, aumentem a capacidade de empréstimo a mais pobres. São recursos que contribuem para elevar a sua auto-estima e para combater a prática de mão estendida, (presidente Guebuza, citado por Zande, 2011, p. 214).

Neste contexto, duas narrativas foram construídas em volta da política dos "7 milhões", uma que olha para o processo com optimismo, este grupo é representado pelo discurso do Victor Bernardo, Vice-Ministro de Planificação Desenvolvimento, quando dizia no semanário Domingo, que o Fundo do Desenvolvimento do Distrito era *Uma iniciativa condenada ao sucesso*, na medida em que este projeto permitiria uma interação entre o governo e os cidadãos. O discurso do Vice-Ministro representa toda aquela visão optimista sobre o impacto da política dos "7 milhões", no combate à pobreza em Moçambique.

Por outro lado, existe a corrente que é representado pelo pesquisador Salvador Forquilha em estudo intitulado "Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial", publicado em 2010, e em outro trabalho que realiza com Aslak Orre, publicado em 2011, intitulado "Transformações sem mudanças? os conselhos locais e o desafio da institucionalização democrática em Moçambique".

Ora, partindo dos seus estudos, Forquilha, mesmo sem tirar o mérito do processo, aponta desvios que podem minar o processo de florescimento da democracia no país:

Embora os dispositivos legais vigentes sobre os conselhos locais façam transparecer a inexistência de interesses político-partidários dentro destes espaços de consulta e de participação comunitárias, na prática é possível identificar aspectos importantes que cristalizam as lógicas de ocupação de espaço político dentro dos conselhos

⁹FORQUILHA, Salvador Cadete, Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial. In: Britos, Luís et al (org.). Pobreza, desigualdades e vulnerabilidade em Moçambique, IESE, Maputo, 2010, p. 19.

locais. Um estudo sobre experiências de participação e consulta comunitária na planificação distrital, levado a cabo em sete províncias de Moçambique em 2009, identifica quatro categorias de representantes no seio dos conselhos locais, nomeadamente governo, autoridades comunitárias, secretários do partido FRELIMO, sociedade civil no geral incluindo camponeses e pescadores, trabalhadores de saúde, educação, indivíduos influentes, líderes religiosos, representantes do sector privado, membros da OMM, OJM, ex-combatentes e outros.¹⁰

É preciso destacar, entretanto, que a vitória expressiva da FRELIMO e de Armando Guebuza, nas eleições de 2004, também teve a chancela da RENAMO, maior partido da oposição em Moçambique, que quando menos se esperava começa com guerras internas que culminam com a expulsão do Raul Domingos, em 2000. Raul Domingos foi mandatário a RENAMO nas negociações que culminaram com a assinatura de acordos de Roma, em 1992, que permitiram a cessação da guerra civil em Moçambique. Raul Domingos criou o seu partido, neste caso, PDD, que dividiu o eleitorado da RENAMO (Tabela 3). Pois era uma figura importante dentro da RENAMO e com uma popularidade tremenda dentro do partido, ou seja, era o número dois da RENAMO.

Tabela 3: Resultado das Eleições Presidenciais em Moçambique, 2004

PARTIDOS	NÚMERO DE VOTOS	
	Nº Absoluto	%
UD	10.310	0.34
FRELIMO	1.889.054	62.03
RENAMO	905.289	29.73
PDD	60.758	2.00
PARENA	18.220	0.60
SOL	13.915	0.46
PEC-MT	12.285	0.40
PIMO	17.960	0.59
PASOMO	15.740	0.52
PADELIMO	3.720	0.12
PAREDE	9.026	0.30
PVM	9.950	0.33
USAMO	8.661	0.24
PALMO	9.263	0.30
PAZS	26.686	0.88
CDU	1.252	0.04
MBG	11.059	0.36
FAO	7.591	0.25
PPD	448	0.01
PT	14.242	0.47
Eleitores registados	9.909.054	
Total de votos	3.322.051	
Votos válidos	3.045.429	

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017). Elaboração dos autores.

A onda de fissuras nas RENAMO, estendeu-se até 2008, quando à beira das eleições

¹⁰ FORQUILHA, Salvador Cadete; ORRE, Aslak, Op. cit. (2011, p.43).

autárquicas de 2008 e eleições gerais de 2009, mais uma vez, a RENAMO resolve expulsar Daviz Simango, que na altura era o Presidente do município da Beira, o segundo mais importante do país depois de Maputo. Daviz Simango viria concorrer como independente, tendo conseguido ganhar as eleições municipais, quebrando pela segunda vez a popularidade da RENAMO, no seu principal reduto.

Apesar de a FRELIMO ter-se reerguido com a chegada de Armando Guebuza e ter ganhado as eleições de 2004 de forma categórica, contudo, o maior desafio do país permaneceu intacta, neste caso a questão da pobreza. Já se fez referências em parágrafos anteriores que desde o final da guerra a tendência dos índices da pobreza era de abrandamento, contudo a partir de 2008, a lógica evertu-se, as estatísticas, não só estagnaram como também voltaram a mostrar tendência de subida, deixando mais de 54% da população abaixo da pobreza absoluta. Esta problemática tem dividido os que detêm o poder político e o público, no país. Pelo menos, há sinais inequívocos, por parte do público, de que não está alinhado, no mínimo, com a estratégia de combate à pobreza que tem sido levado a cabo, pelos sucessivos governos da FRELIMO, no país. O primeiro sinal foi dado nas eleições de 2004, quando 66,5% dos eleitores inscritos não compareceram para votar. A insatisfação popular estendeu-se para os motins de 05 de Fevereiro de 2008, e 01 e 02 de Setembro de 2010, quando os cidadãos paralisaram as cidades de Maputo e Matola, reclamando a subida do custo de vida.¹¹ A insatisfação pública com o fenómeno da pobreza no país tem-se refletido, também, nas sucessivas abstenções nos pleitos eleitorais. Basta lembrar que desde as eleições de 1994 que o país registou 88% de participação nas urnas, a tendência, nos processos subsequentes foi de grau elevado de abstenção, com destaque para as 2004 que detém o pior registo de participação do cidadão nas urnas, neste caso, 36%.¹²

Voltando à questão da pobreza, o que tem indignado o público é que o país, com as descobertas e exploração dos recursos minerais tem vindo a conhecer níveis assinaláveis de crescimento económico. Para sustentar esta informação, em 2010, o crescimento económico em Moçambique situou-se na ordem dos 6.6%¹³, nos anos subsequentes a economia cresceu na ordem dos 7,1%, e as previsões do FMI indicavam para um crescimento económico na

¹¹ FRANCISCO, António, Sociedade Civil em Moçambique: Expectativas e Desafios, Não há duas sem três? *Do bad things come in threes?* Apresentação no Centro Cultural da ISPM, Chimoio, 01 de Setembro, 2010, p. 03-05. Disponível em: «[www.iese.ac.mz/lib>noticias>2010](http://www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010)». Acesso em: 15 nov. 2015.

¹² SITOE, Eduardo, Op. Cit., 2006, p.155.

¹³ PLANO DE ACÇÃO PARA REDUÇÃO DA POBREZA (PARP), Op. cit., 2011, p.8.

ordem dos 8,3% para 2014.¹⁴ Contudo, a pobreza nunca desde 2003 indicou sinais de abrandamento.

Tal como já se fez referência em parágrafos anteriores, a cláusula de barreira fixada em 5% que vigorava no país desde as primeiras eleições no país, neste caso, desde 1994, foi removido em 2006, esse facto permitiu com que o recém-criado partido Movimento Democrático de Moçambique de Daviz Simango conseguisse nove cadeiras no parlamento, na legislatura de 2009-2014, fruto de 3.93% nas eleições gerais de 2009 (Tabela 4).

Tabela 4: Resultados das eleições de 2009

PARTIDOS	NÚMERO DE VOTOS	
	Nº Absoluto	%
FRELIMO	2.907.335	74.66
RENAMO	688.782	17.69
ALIMO	14.959	0.38
UDM	2.190	0.06
EU	6.786	0.17
PDD	22.410	0.58
PARENA	5.610	0.14
ECOLOGISTAS-MT	5.267	0.14
MPD	2.433	0.06
PVM	19.577	0.50
PAZS	16.626	0.43
PLD	26.929	0.69
PANAOC	852	0.02
ADACD	17.275	0.44
MDM	152.836	3.93
PRDS	399	0.01
PT	1.239	0.03
Leitores registados	9.871.949	
Total de votos	4.387.250	
Votos válidos	3.893.858	

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017). Elaboração do autor.

Por conta de Moçambique ser um Estado unitário, sob o ponto de vista de organização político-administrativa, onde predomina o partido majoritário, onde nas relações entre o executivo e o legislativo predomina o executivo, onde nas relações entre poderes verifica-se a fusão entre os poderes e não *checks and balance*, com a predominância do executivo e pelo fato do Presidente Guebuza não ter priorizado o diálogo permanente com a oposição, tal como fazia o seu antecessor, a oposição foi perdendo peso na arena política institucionalizada, ou seja, a oposição nunca teve o poder de fazer passar uma lei ou vetar, por conta da insuficiência dos deputados no parlamento, no tempo de Chissano, havia canais alternativos

¹⁴ MACAUHUB, FMI prevê crescimento económico de 8,3% para Moçambique em 2014. Disponível em: «<http://www.macauihub.com.mo/pt/2014/01/17/fmi-preve-crescimento-economico-de-83-para-mocambique-em-2014/>». Acesso em: 01 maio 2015.

que ele o Presidente e a oposição usavam para desbloquear vários processos políticos através de cedências extraparlamentares, contudo com a entrada do Presidente Guebuza, esses canais se fecharam, ficando o parlamento como o único caminho para diálogo político. A oposição, neste caso em concreto, a RENAMO foi perdendo protagonismo. Seguiu-se um ambiente crispado caracterizado pela troca de acusações. A ala da FRELIMO questionava o fato de a RENAMO concentrar em seu poder homens armados, por sua vez a RENAMO defendia-se com o protocolo dos acordos gerais de Roma e queixava-se de exclusão política e socioeconómica, estes episódios levaram o país a uma crise político-militar.

Desde o dia 4 de abril de 2013 o país foi palco das confrontações envolvendo Forças de Intervenção Rápida (FIR) e os ex-guerrilheiros da RENAMO, em Muxúnguè, posto administrativo do distrito de Chibabava, zona sul da província de Sofala, centro de Moçambique. Desde essa altura, Moçambique passou a flutuar entre a aparente estabilidade socioeconómica e a manifesta tensão político-militar.

No seguimento da tensão política/militar, no dia 21 de Outubro de 2013, as forças armadas de defesa de Moçambique (FADM) atacaram a base central da RENAMO, onde residia o seu líder Afonso Dlhakama¹⁵, em Satunjira, nas matas de Gorongosa. Este conseguiu escapular para uma parte incerta¹⁶, tornando-se, cada vez mais difíceis as condições do diálogo que vinha acontecendo entre o governo e a RENAMO, deixando o país em um estado de guerra.

Entretanto, deu-se uma trégua para a realização das eleições, mediante cedência de parte a parte, desta vez, a FRELIMO com o novo timoneiro, neste caso em concreto Filipe Jacinto Nhusy, que devido à instabilidade da oposição ganhou as eleições tranquilamente.

Como se tem notado desde a introdução do sistema democrático em Moçambique, a FRELIMO tem sido o partido dominante, seja por mérito próprio, seja por deslizos que os partidos da oposição cometeram ao longo da curta história democrática, sobretudo nas eleições de 2004 e 2009, quando nas vésperas das eleições a RENAMO entrou nos conflitos internos que culminaram com as expulsões de Raul Domingos e Daviz Simango. Esses episódios tiveram efeitos imediatos nas disputas eleitorais subsequentes.

Merece destaque, também, a existência de um grande concorrente dos partidos em Moçambique: a escolha de parte do eleitorado pela abstenção e pelo voto em branco. Este

¹⁵ Um dos signatários de acordo geral de paz, assinado em 04 de Outubro de 1992, em Roma, capital da Itália, pondo o termino do conflito armado que durava dezesseis anos no país.

¹⁶ CLUB OF MOZAMBIQUE, FADM ocupam Satungira, desconhece-se paradeiro de Dhlakama. Disponível em: <http://www.clubofmozambique.com/pt/sectionnews.php?secao=mocambique&id=26689&tipo=one>. Acesso em: 18 maio 2014

comportamento pode ser considerado ato de protexto contra o sistema vigente. Estudos mostram que desde as primeiras eleições em Moçambique a abstenção apresentou tendência de subir e teve com pico os 66,5% registados nas eleições de 2004 e desde então a abstenção se situou acima dos 50%, levantando outro problema relacionado à legitimidade do Presidente, que não sai de um escrutínio muito participada. Outro elemento não menos importante tem a ver com os votos em branco, que depois das primeiras eleições de 1994, sem este tipo de votos, as eleições subsequentes caracterizaram-se por uma tendência de aumento de votos em branco (Tabela 5).

Tabela 5: Participação e Abstenção Eleitoral, Votos Válidos, Votos Nulos, Votos em Branco, em Moçambique, nas Eleições de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.

VARIÁVEIS		1994	1999	2004	2009	2014
FRELIMO	Nº abs.	2.115.793	1.985.261	1.889.054	2.907.335	2.575.995
	%	44,3	49,0	62,0	74,7	57,1
RENAMO	Nº abs.	1.803.506	1.579.487	905.289	688.782	1.495.137
	%	37,8	39,0	29,7	17,7	33,2
Votos Válido	Nº abs.	4.773.225	4.051.211	3.045.429	3.893.858	4.508.142
	%	88,3	85,2	91,7	88,8	84,8
Votos Nulos	Nº abs.	630.974	239.172	158.875	143.893	252.535
	%	11,7	5,0	4,8	3,3	4,7
Votos em Branco	Nº abs.	-	463.011	166.560	349.499	458.919
	%	-	9,7	5,0	7,9	8,6
Abstenção Eleitoral	Nº abs.	744.643	2.345.711	6.587.003	5.484.699	5.647.849
	%	12,1	33,0	66,5	55,6	51,5
Participação Eleitoral	Nº abs.	5.404.199	4.753.394	3.322.051	4.387.250	5.316.936
	%	87,9	67,0	33,5	44,4	48,5
Registados	Nº abs.	6.148.842	7.099.105	9.909.054	9.871.949	10.964.785
	%	100	100	100	100	100

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017).

https://pt.wikipedia.org/wiki/Elei%C3%A7%C3%B5es_gerais_em_Mo%C3%A7ambique_em_2014#Resultados
[4]. <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim494.html>. Elaboração do autor.

4 HIPÓTESES E METODOLOGIA DA PESQUISA

4.1 HIPÓTESES

Qual é o padrão do perfil dos deputados na arena da Assembleia da República nas legislaturas de 1994, 1999, 2004 e 2014? Como estratégia metodológica, foram elaboradas oito hipóteses, fundamentadas teórica e empiricamente em resposta à questão norteadora do estudo.

A categorização que este trabalho segue, em relação às variáveis demográfica, social e política, foi adaptada dos trabalhos de Perissinotto e Miríade (2009) e Bolognesi, et al (2016) e, em relação às variáveis institucional e socioeconômica, foi adaptada dos trabalhos de Araújo e Alves (2007).

a) Dimensão Demográfica

No que diz respeito à questão do gênero, pesquisas apontam para o domínio dos homens em relação às mulheres (JUNIOR, SERGIO et al, 2016; P. ARAÚJO, 2013) e a uma tendência da exclusão da mulher na política (C. ARAÚJO; JOSÉ ALVES, 2007). Por hipótese neste trabalho entende-se que:

- ❖ H1 – Há uma reduzida participação das mulheres e jovens na arena da representação política em relação aos homens adultos na Assembleia da República em Moçambique.

No que diz respeito à escolaridade, estudos mostram que há uma tendência de predominância de ensino superior entre os deputados eleitos e um número reduzido número de parlamentares com cursos médios e técnicos médios (JUNIOR, SERGIO et al, 2016; MUCINHATO, 2014). Neste trabalho a hipótese é de que:

- ❖ H2 – A maior proporção dos representantes possui cursos superiores em relação aos representantes menos escolarizados.

Lijphart (2003) mostra que uma democracia onde a arena política se reflete na diversidade de preferências de vários grupos que compõe a sociedade, passa pela introdução de democracia consensual, muito particularmente pela introdução de sistema eleitoral de representação proporcional. "A opção é a mais atraente para os países que estão elaborando as suas primeiras Constituições democráticas, (...) e até urgente para sociedades que apresentam profundas divisões étnicas e culturais" (LIJPHART, 2003, p.339). O papel das democracias

consensuais, muito em particular na perspectiva de sistema eleitorais de representação proporcional e seus derivados, sobretudo, no quesito de cláusula de barreira; cota de gênero e cadeiras reservadas para grupos étnicos é destacado pela Mendes e Anastasia (2009) como pressuposto básico para dispersão do poder do topo para base, caminho único para agregação das preferências de todos os estratos sociais.

- ❖ H3 – acredita-se que Assembleia da República não é espelho da sociedade moçambicana.

b) Dimensão Social

Em relação aos parlamentares advogados e empresários, foi registado um decréscimo entre estes. Contudo, tais profissões continuam a dominar os parlamentos eleitos (MARENCO; SERNA, 2007; MUCINHATO, 2014; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009).

Nesta lista acrescentam-se os engenheiros, médicos e economistas entre as profissões com maior taxa de sucesso eleitoral (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Pesquisa de Perissinotto e Miríade, (2009) mostra uma tendência de sub-representação dos funcionários públicos, assalariados urbanos, comerciantes, reforçando-se a ideia dos autores, de que na verdade é uma constatação universal: "esses dados reforçam os achados de vários estudos sobre elites políticas. Por exemplo, em geral, esses estudos mostram que quase não há trabalhadores manuais nas elites políticas das democracias ocidentais" (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p.305).

Apesar de a literatura apontar para direção contrária, para o caso de Moçambique, acredita-se neste trabalho que:

- ❖ H4 – Os professores constituem a profissão da elite entre os deputados da Assembleia da República de Moçambique, por sua vez, os funcionários públicos estão sub-representados.

c) Dimensão Política

A variável "político profissional" é a que confere maior taxa de sucesso para eleição das elites parlamentares e, também, é a mais importante nos estudos sobre recrutamento das elites parlamentares (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). A expectativa é de que:

- ❖ H5 – Há maior presença de políticos profissionais em detrimento de políticos ocasionais no parlamento moçambicano.

Para Marengo e Serna (2007, p.96), os partidos de direita tendencialmente recrutam "nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agroindustrial e comércio". Por seu turno, os partidos de esquerda, tem a tendência de recrutar na classe média e na classe dos trabalhadores e, por último, os partidos mais ao centro apresentam um modelo de recrutamento mais pluralista. Em relação ao contexto moçambicano figura-se muito difícil, pelo menos até aqui, identificar os partidos segundo os seus marcos ideológicos, daí que apesar da hipótese não se sustentar na literatura, acredita-se que:

- ❖ H6 – O partido FRELIMO tendencialmente é constituído pelos profissionais da função pública, enquanto que os partidos da oposição são constituídos maioritariamente pelos professores com nível superior de escolaridade.

d) Dimensão Institucional

Quanto à variável Magnitude Eleitoral, o estudo de C. Araújo e José Alves, (2007, p. 568), mostra que são nos distritos pequenos e com menor número de vagas em disputa que as mulheres tendem a ser mais bem sucedidas, em termos eleitorais. Nicolau (1995) mostra no seu trabalho que quanto maior magnitude de distrito eleitoral, maior a possibilidade dos pequenos partidos conseguirem assentos no congresso. Sendo assim neste trabalho optou-se pelos achados de Nicolau (1995):

- ❖ H7 – Quanto mais cresce a magnitude do distrito eleitoral, mais cresce a participação da eleição das mulheres.

e) Dimensão Socioeconômica

A literatura mostra que "as chances de as mulheres serem eleitas em Estados com menor IDH tende a ser bem mais elevada" (C. ARAÚJO; JOSÉ ALVES, 2007, p. 555). A hipótese deste trabalho é que:

- ❖ H8 – Quanto maior o IDH das Províncias, menor a participação das mulheres nas eleições, ou seja, menor a taxa de mulheres eleitas a deputadas.

4.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

Sob o ponto de vista da abordagem do problema a pesquisa se situa nos métodos quantitativos, na medida em que a análise de dados e os seus resultados estão embutidos no campo estatístico analisando desse modo da agregação das observações por variável de interesse que pode ser gênero, profissão.

Sob o ponto de vista dos objetivos, este estudo combina a abordagem exploratória, neste caso mapeando a geografia das elites parlamentares em Moçambique, e o estudo explicativo, procurando estabelecer relações de casualidades entre as variáveis relevantes (Quadro 2).

Em termos de procedimentos técnicos trata-se de:

- ❖ Estudo bibliográfico para o mapeamento teórico da pesquisa: livros e artigos científicos
- ❖ Estudo documental para o levantamento de todo material escrito sobre o assunto em estudo, a exemplo de atas das reuniões; manuais; artigos jornalísticos sobre a matéria; leis, decretos.

4.2.1 VARIÁVEIS DA PESQUISA

Quadro 2. Variáveis do Estudo

Variáveis Independentes		Variáveis Dependentes
Dimensão Político	Naturalidade	Perfil dos deputados
	Político profissional	
	Representantes de Partidos Políticos: FRELIMO, RENAMO, UD, MDM	
Dimensão Demográfico	Gênero: masculino e feminino	
	Idade	
	Escolaridade	
Dimensão Social	Profissão: Jurista, Professor, Médico, Empresário, Comerciante, Militar, Engenheiro, Jornalista, Economista, outros.	
Socioeconômica	IDH das Províncias	
Institucional	Magnitude do Distrito Eleitoral	

Fonte: Elaboração do autor.

4.2.2 BASE DE DADOS

Foram utilizados os dados disponíveis nos acervos da Assembleia da República de Moçambique referentes às eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014.

4.2.3 INSTRUMENTO DE SISTEMATIZAÇÃO DOS DADOS

Os dados desta pesquisa foram processados na base de aplicativos de digitais especializados no gerenciamento de dados, designadamente: Excel e SPSS versão 23.

4.2.4 UNIVERSO DA PESQUISA

Esta pesquisa centrou-se no estudo do perfil dos deputados eleitos à Assembleia da República em quatro legislaturas, designadamente: 244 deputados, em 1994; 246 em 1999; 249 em 2004 e finalmente 250 em 2014.

Quadro 3 –Distribuição longitudinal das Cadeiras analisadas

Ano da Eleição	Número de Cadeiras	Nº de Casos Analisados	
		Abs.	%
1994	250	244	97,6
1999	250	246	98,4
2004	250	249	99,6
2014	250	250	100,0
Total	1.000	989	98,9

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Outro elemento que precisa ser especificado é o fato de algumas variáveis não terem sido trabalhados em todas as legislaturas devido à insuficiência de informações. Assim, nos mandatos de 1994, 1999 e 2004 foram estudadas todas as variáveis propostos para pesquisa, entretanto, para a legislatura de 2014, designadamente foram estudadas apenas as variáveis: província da eleição, magnitude do distrito eleitoral, sexo ou gênero, partidos políticos, IDH e Produto Interno Bruto (PIB).

4.2.5 APRESENTAÇÃO DE DADOS

Quanto à apresentação dos dados, estes são exibidos mediante uso de Tabelas e Gráficos para mostrar a distribuição em números absolutos e em percentual das variáveis em estudo: gênero, faixa etária, nível de escolaridade, profissão, IDH das Províncias e Magnitude do Distrito Eleitoral.

4.2.6 OPERACIONALIZAÇÃO DOS CONCEITOS

A operacionalização dos conceitos constitui um "terreno escorregadio" nos estudos de perfil dos deputados, assim como, nos estudos sobre o recrutamento das elites parlamentares. Um dos problemas que é levantado tem a ver com a qualidade das informações disponíveis nos órgãos indicados, Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no caso do Brasil, como segue:

Conforme já mencionado, o TSE pede a auto definição ocupacional por parte dos candidatos, que gera sobreposição entre ocupação e formação acadêmica. Estas duas variáveis distintas podem estar associadas entre si, ou não. O fato de alguém se dizer político, empresário ou servidor público, não exclui a possibilidade de que seja, simultaneamente, advogado, engenheiro ou médico, (P. ARAÚJO, 2013, p.8).

Tal qual ocorre no Brasil, para o caso de Moçambique o problema está relacionado à qualidade do material disponível e de informações não disponíveis. Outro elemento, não menos importante, tem a ver com o modelo de disponibilização das informações por parte dos deputados, a exemplo da informação referente à renda que não está disponível na Base de Dados sobre os deputados na Assembleia da República.

O segundo problema está relacionado à proximidade entre os conceitos "profissão" e o "nível acadêmico", que gera dificuldades de identificação das fronteiras entre os dois polos:

Outro problema a ser considerado é que a formação acadêmica, em uma área, muitas vezes apresentada pelo parlamentar como profissão, não gera necessariamente uma única atuação profissional. (...) Tampouco o título acadêmico garante que o seu detentor irá utilizá-lo com a finalidade a que se propõe. Diversos são os casos, por exemplo, de engenheiros que acabam executando atividades profissionais na área da economia, em função da facilidade que possuem com a matemática e disciplinas afins (NEIVA; IZUMI, 2014, p.169).

A terceira dificuldade insere-se no carácter de multiplicidade de ofícios que o indivíduo pode desempenhar, tal como destaca Codato (2014, p.352) "número não desprezível de indivíduos pode exercer duas ou três atividades profissionais, ao mesmo tempo: médico e

professor, ou político, advogado e jornalista, por exemplo". O problema, no momento de codificação, é saber qual será o ofício a ser escolhido no processo de codificação e o que fazer com os outros ofícios? Este problema tem tido respostas diferentes, assumidas em função dos objetivos da pesquisa. Por exemplo, Neiva e Izumi (2014), no trabalho intitulado "Perfil Profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros, em dois séculos de história", tiveram a experiência de agrupar e operacionalizar os conceitos perante uma multiplicidade de possibilidades: "em parte, o problema foi reduzido ao agregarmos aquelas que eram claramente próximas, por exemplo, médicos, dentistas e farmacêuticos foram agrupados em uma única categoria chamada 'profissionais da saúde'" (NEIVA; IZUMI, 2014, p.169).

Por seu turno, Codato destaca uma importante experiência de operacionalização dos conceitos:

Carvalho, diante de uma elite imperial que acumula, no Brasil do século XIX, múltiplas ocupações, optou por uma saída própria e de acordo com a questão fundamental que orienta o seu estudo: a carreira profissional principal é aquela que mais influencia a habilidade do indivíduo para exercer cargos públicos na burocracia do Estado imperial (1996 apud CODATO, 2014, p. 352).

4.2.7 OPERACIONALIZAÇÃO DAS VARIÁVEIS

4.2.7.1 Perfil Político

a) A categoria 'Político Profissional'¹⁷ engloba as seguintes condições: todos os parlamentares que no passado ou no presente momento ocupam cargos políticos (Ministros; Governadores Provinciais; Administradores Distritais).

b) A categoria 'Representantes de Partidos Políticos' engloba todos os deputados eleitos pelos Partidos Políticos (FRELIMO, RENAMO, UD e MDM).

4.2.7.2 Perfil Demográfico

De acordo com Perissonoto e Veiga (2014, p. 52) as variáveis desta dimensão têm uma especificidade: "tais variáveis se misturam, pois variáveis demográficas descrevem o

¹⁷ Em Perissinotto e Veiga, (2014, p. 52) político profissional significa aquele indivíduo que "se dedica continuamente e integralmente apenas à política e tem nela a sua única fonte de remuneração". Também, os mesmos autores entendem político profissional como negação de político ocasional que significaria aqueles que "exerce a política como profissão secundária". Neste trabalho Político Profissional, a partir dos deputados que conseguem renovar os seus mandatos de legislatura em legislatura.

perfil de uma população específica (sexo, idade, instrução, renda, raça, religião etc.) e, nesse sentido, elas contemplam também a dimensão social dessa população"¹⁸.

a) Gênero: foi adotada a classificação tradicional, em feminino e masculino.

b) Idade: foram criadas seis faixas de idade (<21 anos; 21 a 25 anos; 26 a 30 anos; 31 a 40 anos; 41 a 60 anos; acima de 60 anos de idade).

c) Escolaridade: o grau de escolaridade foi classificado em conformidade aos padrões definidos pelo sistema de educação de Moçambique, de forma agregada e desagregada. São esses os graus: Primário (incompleto e completo); Básico (incompleto e completo); Médio (incompleto e completo); Graduação (incompleta e completa); Pós-graduação (incompleta e completa).

4.2.7.3 Perfil Social

a) Quanto à Profissão do deputado eleito adotou-se a seguinte classificação:

- ✓ O conceito de **magistratura** compreende: juízes e juristas;
- ✓ O conceito de **profissões tradicionais** compreende: advogado; médicos e engenheiros;
- ✓ O conceito de **funcionários públicos** engloba: desenhador; serralheiro; despachante; eletrecista; motorista; oficial de registo; escritor; modista; medicina tradicional; doméstica; alfandegário; técnico de planificação; técnico de transmissão; técnico de comércio; carpinteiro; função pública; escritoria; costureira, debuxador; aduaneiro; mecânico; técnico agrário; Agropecuário; agente da farmácia, técnico de medicina e técnico de saúde.
- ✓ O conceito de estudante;
- ✓ O conceito de **professor** inclui, tanto, os professores do ensino superior, quanto dos demais níveis subalternos.
- ✓ O conceito de **empresários** compreende: empresário; gestor económicos; comerciante; administradores das empresas.

¹⁸ Explicação pessoal de Renato Perissinotto, recebida pelo monseff@gmail.com as 16 de fev de 2018, às 11:15.

- ✓ O conceito de **político profissional** compreende os que se declararam políticos; governador provincial; administrador do distrito; presidentes dos municípios; diplomata; ministros do executivo; deputados que renovaram o mandato.
 - ✓ O conceito de **ciências humanas** compreende sociólogos, historiadores; geógrafo; psicólogos.
 - ✓ O conceito de **comunicação** compreende: jornalista; relações públicas.
 - ✓ O conceito de **contabilidade** compreende: bancário; contabilista; técnicos de contas e os próprios contabilistas.
- b) Naturalidade – Com esta variável procurou-se identificar os deputados em função das suas origens considerando-se duas dimensões de análise:
- na primeira dimensão a identificação foi feita no âmbito da Província (Província de Niassa, Cabo Delgado, Nampula, Zambézia, Tete; Manica, Sofala, Inhambane, Gaza, Província de Maputo e Cidade de Maputo);
 - na segunda dimensão a identificação foi feita no âmbito regional (Região Norte - Província de Niassa, Cabo Delgado, Nampula; Região Centro – Zambézia, Tete, Manica, Sofala; e a Região Sul - Gaza, Província de Maputo e Cidade de Maputo).

4.2.7.4 Socioeconómico

a) IDH das Províncias – Os dados do IDH foram classificados de acordo com o PNUD, por faixa de desenvolvimento: IDH Muito Alto (0,800 - 1,000); IDH Alto (0,700 - 0,799); IDH Médio (0,600 - 0,699); IDH Baixo (0,500 - 0,599) e IDH Muito Baixo (0,000 - 0,499).

4.2.7.5 Institucional

Os dados da Magnitude do Distrito Eleitoral, que se referem ao número de cadeiras de um distrito eleitoral, foram apresentados no modelo de Nicolau (1995) que classifica a magnitude do distrito eleitoral em: Média (de 10 a 15); Grande (de 16 a 38) e Mega (de 39 a 60), conforme Tabela 6, a seguir.

Tabela 6: Magnitude Eleitoral, segundo as Regiões, as Províncias, nas Eleições de 1994 a 2014

Distrito Eleitoral	1994		1999		2004		2009		2014	
	Nº abs.	%								
Norte	87	34,8	85	34	84	33,6	81	32,4	83	33,2
Niassa	11	4,4	13	5,2	12	4,8	14	5,6	14	5,6
C. Delgado	32	12,8	22	8,8	22	8,8	22	8,8	22	8,8
Nampula	44	17,6	50	20,0	50	20,0	45	18,0	47	18,8
Centro	98	39,2	103	41,2	102	40,8	101	40,4	104	41,6
Zambézia	49	19,6	49	19,6	48	19,2	45	18,0	45	18,0
Tete	15	6,0	18	7,2	18	7,2	20	8,0	22	8,8
Manica	13	5,2	15	6,0	14	5,6	16	6,4	16	6,4
Sofala	21	8,4	21	8,4	22	8,8	20	8,0	21	8,4
Sul	65	26,0	62	24,8	62	24,8	66	26,4	61	24,4
Inhambane	18	7,2	17	6,8	16	6,4	16	6,4	14	5,6
Gaza	16	6,4	16	6,4	17	6,8	16	6,4	14	5,6
Maputo P.	13	5,2	13	5,2	13	5,2	16	6,4	17	6,8
Maputo C.	18	7,2	16	6,4	16	6,4	18	7,2	16	6,4
Europa	00	0,0	00	0,0	1	0,4	1	0,4	1	0,4
África	00	0,0	00	0,0	1	0,4	1	0,4	1	0,4
TOTAL	250	100								

Fonte: Comissão Nacional de Eleitoral (CNE, 2017). Elaboração do autor.

4.2.8 ANÁLISE DOS DADOS

4.2.8.1 Dados em Painel

Para a análise dos dados deste trabalho usou-se a técnica de regressão múltipla de dados em painel, pois a regressão permite estudar uma série de variáveis em simultânea, um dos objetivos metodológicos desta pesquisa.

A técnica de dados em painel permite ao pesquisador usar dados constituídos por indivíduos diferentes ao longo do tempo (FÁVERO, 2013; MARTINS, 2009; MARQUES, 2000). "Um painel de uma dada variável económica x e uma amostra (conjunto de observações) na qual os indivíduos (ou firmas, ...) são observados ao longo de T períodos de tempo" (MARTINS, 2006, p. 1).

$$Y_{it} = \beta_{0i} + x_{it}\beta_1 + \varepsilon_{it}$$

Em muitas ocasiões os dados em painel são classificados em efeitos fixos e efeitos aleatórios. Na perspectiva de Fávero (2013, p. 134), "A vantagem do modelo de efeitos fixos

é que pode ser obtido um estimador consistente do efeito marginal do j -ésimo regressor de $E(y_{it}|\beta_{0i}, x_{it})$, dado que $x_{j,it}$ varia no tempo". Ainda na mesma linha o autor discute a importância dos efeitos aleatórios "A vantagem do modelo de efeitos aleatórios é que este estima todos os coeficientes, mesmo dos regressores invariantes no tempo, e, portanto, os efeitos marginais" (Ibid.).

Por seu turno, Marques (2000, p. 19), mostra outro tipo de vantagens e a sua negação na aplicação de dados em painel de feitos fixos ou de efeitos aleatórios:

Assim, se o que se pretende é efectuar inferência relativamente a uma população, a partir de uma amostra aleatória da mesma, os efeitos aleatórios serão a escolha apropriada. Se se pretende estudar o comportamento de uma unidade individual em concreto, então os efeitos fixos são a escolha óbvia na medida em que é indiferente considerar-se a amostra como aleatória ou não. Em particular, no caso de se estar a estudar um grupo de N países, toda a inferência terá que ser condicional em ordem ao grupo específico sob observação.

A robustez de um trabalho científico passa pela realiação de teste de hipóteses que vai garantir a qualidade ou não dos resultados obtidos em uma pesquisa, em dados em painel testar a existência ou não de homocedasticidade, Multicolinearidade, autocorrelação e distribuição normal dos erros é um fator de extrema importância como forma de garantir a qualidade de ajuste do modelo.

Para aferir a ausência de autocorrelação no modelo, Marques (2000) destaca uma multiplicidade de procedimentos de testes que se pode realizar, com destaque para o teste de LM de Breusch-Gdfrey que "consiste na estimação de uma equação auxiliar com os resíduos da equação principal como variável dependente e com as variáveis explicativas do modelo original e os resíduos do mesmo modelo desfasados, seguida de um teste à significância destes últimos mediante estatística" (MARQUES, 2000, p. 73). Ainda podem ser encontrados os testes de Durbin-Watson; teste m_2 de Arellano e Bond, e por último o teste LM5 de Baltage Marques (2000).

No que diz respeito ao teste da existência ou não da homoscedasticidade, Marques (2000, p. 76) diz que:

Caso se rejeite a hipótese nula de homoscedasticidade, justifica-se a correcção da matriz de covariâncias dos estimadores (within, por exemplo) pelo método consistente de White, com ou sem correcção de grupo, dependendo da hipótese alternativa prever homoscedasticidade intra-grupo, ou não, respectivamente.

4.2.8.2 Técnicas de Análise dos Dados

a) Regressão Linear Múltipla

$$Y = \beta_0 + \beta_1 X_1 + \dots + \beta_k X_k + E$$

A regressão linear múltipla foi usada para analisar a influência da magnitude do distrito eleitoral, o índice de desenvolvimento humano, o produto interno bruto na eleição das mulheres.

b) Correlação

Tal como mostra Barbetta (2002) a correlação entre a variável dependente denominada de Y e as variáveis independentes conhecidas como X, varia de 1 a -1. Ou seja, existe uma correlação assim que se deslocar de zero em direção ao 1, assim como para o sentido contrário, neste caso para o -1. A grande diferença que existe é da força da associação.

O que mede a força da correlação é o coeficiente de correlação mede associação entre duas variáveis,

$$r = \frac{\sum x'y'}{n}$$

"Onde: n é o tamanho da amostra, isto é, o número de pares (x, y) observados e (x'. y') é a soma dos produtos x'.y' dos pares de valores padronizados, isto é, para cada par (x', y'), faz-se o produto x'.y' e, depois, somam-se os resultados desses produtos." (BARBETTA, 2002, p.276).

Neste trabalho, estas técnicas foram usadas para medir a força da associação entre as variáveis: eleição das mulheres na sua relação com a magnitude do distrito eleitoral; índice do desenvolvimento humano e produto interno bruto.

c) Teste Qui-quadrado

Outra técnica usada neste estudo foi o Teste Qui-quadrado, que na perspectiva de Cervi (2017, p.6):

O teste de qui-quadrado (χ^2) foi proposto pelo estatístico Karl Pearson em 1900 e por isso é conhecido por χ^2 de Pearson. Serve para comprovar se existem diferenças

estatisticamente significativas entre duas distribuições quaisquer ou entre casos de uma mesma distribuição. É usado em variáveis categóricas e parte da mesma hipótese nula de que não existem diferenças significativas entre as distribuições comparadas.

$$X^2 = \frac{\sum (F_o - F_e)^2}{F_e}$$

Onde F_o é a frequência observado e o F_e é a frequência esperada.

O teste de Qui-quadrado na perspectiva de Cervi (2017, p.261), "permite verificar se existe associação entre duas variáveis, a partir de um conjunto de observações; é um processo de inferência em que se parte dos dados para se tirar conclusões sobre o universo de onde estes dados foram extraídos."

Neste estudo o Qui-quadrado foi usado para testar a associação ou não das seguintes: Relação entre as variáveis Partidos Políticos e o Grau de Escolaridade; Escolaridade x Magnitude Eleitoral; Relação entre as variáveis Partido Político e Gênero; Relação entre as variáveis Partidos Políticos e o IDH.

d) Coeficiente de determinação

Foi usado para medir a intensidade da correlação entre as variáveis 'magnitude do distrito eleitoral', 'índice de desenvolvimento humano', 'produto interno bruto' na eleição das mulheres.

5 QUEM SÃO OS DEPUTADOS ELEITOS EM MOÇAMBIQUE, DE 1994 A 2014?

Antes de responder a questão da pesquisa com a apresentação dos resultados, importa fazer referência que a Assembleia da República de Moçambique, tal como é conhecida na atualidade, é protótipo da Assembleia Popular, que foi fundada, em 1977, à luz da constituição de 1975.

A primeira legislatura iniciou em 1977 e cessou as suas funções em 1986, contando com a participação de 111 deputados, com uma presença massiva de 98 homens (88%), contra 13 mulheres (12%). Em 1987, a Assembleia Popular iniciou as atividades da segunda legislatura, que viria a terminar em 1990, com uma legislatura que durou apenas três anos. Nesta legislatura houve um acréscimo de número de deputados, tendo contado com 223, sendo 199 homens (89%) e 24 mulheres (11%), conforme Tabela 7.

Tabela 7. Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero, nas eleições de 1977 a 2014

ANOS	HOMENS		MULHERES		TOTAL	
	Nº abs.	%	Nº abs.	%	Nº abs.	%
1977-1986	98	88,0	13	12,0	111	100,0
1987-1990	199	89,0	24	11,0	223	100,0
1990-1994	210	84,0	40	16,0	250	100,0
1994-1999	181	72,0	69	28,0	250	100,0
1999-2004	173	69,0	77	31,0	250	100,0
2004-2009	154	62,0	96	38,0	250	100,0
2009-2014	-	-	-	-	250	100,0

Fonte: Assembleia da República. Elaboração do autor.

A terceira legislatura, que também marca o fim da Assembleia Popular, que era composto por membros do partido no poder, neste caso, a FRELIMO, começou a sua atividade em 1990, já com o total de 250 cadeiras, estrutura que é usada, ainda, nos dias atuais. Esta legislatura, entre várias realizações, encarregou-se de aprovar a primeira constituição democrática, a Constituição de 1990.

Um dos aspectos que merece atenção é o fato de a Assembleia Popular não obedecer a uma estrutura rígida em termos da duração de mandatos. O primeiro mandato da Assembleia Popular foi de nove anos, o segundo de três e a terceira durou quatro anos.

Da quarta legislatura que começa em 1994, até a atual, que iniciou as suas funções em 2014, aconteceram dentro de uma estrutura multipartidária, com uma duração de mandato de cinco anos.

5.1 PERFIL DOS DEPUTADOS ELEITOS QUANTO À NATURALIDADE, AOS ASPECTOS DEMOGRÁFICOS, POLÍTICOS, E SOCIAL

Para traçar o perfil dos deputados eleitos em Moçambique este trabalho fez uso de uma categorização adaptada dos trabalhos de Perissinotto e Miríade (2009), Bolognesi, et al (2016) e Araújo e Alves (2007). Além da naturalidade dos eleitos, são analisados aspectos inerentes a diversas dimensões: demográfica, social, institucional e socioeconômica.

5.1.1 Naturalidade

A ideia de analisar a questão da naturalidade e as cadeiras oferecidas em uma unidade territorial, escolhida aleatoriamente, não é muito discutida nos estudos das elites parlamentares. Contudo, Lijphart (2003) mostra que uma democracia onde a arena política se reflete na diversidade de preferências de vários grupos que compõe a sociedade, passa pela introdução de democracia consensual, muito particularmente pela introdução de sistema eleitoral de representação proporcional. Conforme destaca Lijphart (2003, p. 339):

"a opção é a mais atraente para os países que estão elaborando as suas primeiras Constituições democráticas, ou que aspiram a uma reforma democrática, e até urgente para sociedades que apresentam profundas divisões étnicas e culturais, mas é também relevante para os países mais homogêneos".

O papel das democracias consensuais, muito em particular na perspectiva de sistema eleitorais de representação proporcional e seus derivados, sobretudo, no quesito de cláusula de barreira, cota de gênero e cadeiras reservadas para grupos étnicos, é destacado pela Mendes e Anastasia (2009) como pressuposto básico para dispersão do poder do topo para base, caminho único para agregação das preferencias de todos os estratos sociais.

Outro elemento não menos importante, tem a ver com a posição defendida, primeiro por Pitkin (1967) e mais tarde replicado em diversos estudos, como é o caso do estudo de Philips (2001) e de Simoni (2006) que dá conta de que o parlamento deve ser espelho da sociedade, só nestas condições as sociedades podem alcançar uma democracia plena, ou seja, para que Moçambique uma democracia plena, neste quisito, todas as características da sociedade moçambicana devem estar representadas na Assembleia da República.

Neste trabalho entende-se que a melhor forma de dispersão do poder – conforme ideia defendida tanto pelo Lijphart (2003), quanto por Mendes e Anastasia (2009), bem como a

ideia defendida por Pitkin (1967) de que o parlamento deve ser reflexo da sociedade onde está inserida, de Philips (2001) e Simoni (2006) –, no contexto moçambicano, só pode se aproximar dessas ideias caso as cadeiras alocadas a cada distrito eleitoral sejam ocupadas pelos deputados oriundos dos mesmos, visto que as clivagens étnicas e culturais se dão dentro dessas unidades territoriais. Por hipótese acredita-se que Assembleia da República não espelha aquilo que são as características ou perfins da sociedade moçambicana.

Sendo Moçambique um país multicultural foi de interesse do pesquisador perceber a forma como se refletiam no perfil dos deputados a integração da diversidade cultural e étnica na arena política nacional, condição única para dispersão do poder pelo conjunto da população. Marta Mendes e Fátima Anastasia (2009) ampliam a lista de elementos que permite a dispersão do poder, acrescentando a questão das cotas de gêneros em processos eleitorais e a existência de cadeiras reservadas a grupos étnicos minoritários. Estas fórmulas permitem a dispersão do poder do topo para a base, alcançando o cidadão. Lijphart (2003) mostra que este modelo é mais condizente com os países com profundas clivagens étnicas e culturais.

Seguindo a lógica do índice que se criou para medir a representatividade das identidades provinciais pode-se dizer que de longe as identidades culturais estão representadas, mesmo não tendo explorado a questão da proveniência étnica dos deputados, umas das limitações desta pesquisa, contudo, a maioria das cadeiras disponibilizados para província foram ocupados pelos nativos daquelas províncias.

Nesta perspectiva, com o cruzamento das variáveis “naturalidade e província onde o deputado foi eleito” a pesquisa mostra que há províncias que conservam a questão da naturalidade na distribuição das cadeiras. Entretanto, há outras províncias que não conseguiram conservar essa identidade cultural e étnica. As províncias de Nampula, Manica e Niassa foram as que mais conservaram e identidade provincial e cultural, isto considerando o número de representantes parlamentares dessas províncias: 83.3%; 79.2% e 76.5%, respectivamente (Tabela 8).

Existem as províncias como Zambézia (71.6%), Gaza (71.7%), Tete (67.9%), Sofala (65%) e Cabo Delgado (73.5%) que se destacam na posição intermédia na representatividade dos deputados por identidade provincial. Ainda que, no máximo 75% das cadeiras tenham sido ocupadas pelos nativos, dado a caráter multicultural da geografia identitária de Moçambique, como mostra Ngunga (2001) o país é formado por 41 grupos linguísticos, portanto, se 25% das cadeiras não são ocupadas pelos nativos, isso causa alguma

preocupação, questionando até que ponto as preferências de todos os grupos étnicos do país estão representados na Assembleia da República.

Tabela 8 – Percentual de Parlamentares eleitos nas eleições de 1994, 1999 e 2004, segundo a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos.

NATURALIDADE	PROVÍNCIA ONDE FOI ELEITO										
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambezia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade
Niassa	76,5%	2,9%	17,6%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%
Cabo Delgado	0,0%	73,5%	6,0%	4,8%	3,6%	0,0%	1,2%	3,6%	1,2%	0,0%	6,0%
Nampula	4,9%	1,0%	83,3%	3,9%	0,0%	0,0%	1,0%	0,0%	0,0%	1,0%	4,9%
Zambezia	0,0%	0,0%	19,5%	71,6%	1,2%	1,2%	6,5%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Tete	3,6%	0,0%	16,1%	1,8%	67,9%	1,8%	5,4%	0,0%	0,0%	0,0%	3,6%
Manica	0,0%	0,0%	6,3%	0,0%	2,1%	79,2%	10,4%	2,1%	0,0%	0,0%	0,0%
Sofala	0,0%	0,0%	8,3%	13,3%	3,3%	3,3%	65,0%	1,7%	0,0%	0,0%	3,3%
Inhambane	0,0%	0,0%	6,2%	0,0%	1,5%	4,6%	1,5%	53,8%	7,7%	10,8%	12,3%
Gaza	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	1,9%	1,9%	71,7%	3,8%	20,8%
Maputo Província	0,0%	7,1%	0,0%	7,1%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	35,7%	35,7%
Maputo Cidade	2,1%	0,0%	8,3%	2,1%	0,0%	2,1%	2,1%	10,4%	4,2%	18,8%	50,0%
Estrangeiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	14,3%	0,0%	0,0%	0,0%	85,7%
Total	4,6%	8,7%	20,8%	18,9%	6,4%	6,4%	8,7%	6,6%	6,2%	3,2%	9,2%

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Destaca-se, também, o grupo de províncias com uma baixa representatividade dos deputados nativos, como é o caso de Maputo Província (35,7%) e da cidade do Maputo (50%). Em relação a essas, indaga-se como é que são encaminhadas as preferências dos vários grupos dessas unidades territoriais, considerando que aqueles que conhecem a geografia identitária daquelas unidades territoriais não estão no parlamento para encaminhar as preferências dos seus concidadãos (Quadro 5).

Quadro 4- Representatividade dos Deputados por Provincial, Eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014

Representatividade dos Deputados por Identidade Provincial			
Muito baixa 0 – 25	Baixa 26 – 50	Alta 56 – 75	Muito Alta 76 – 100
	Maputo Província Maputo Cidade	Zambézia Gaza Tete Sofala Cabo Delgado Inhambane	Nampula Niassa Manica

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Nota: O índice em números percentuais que mede o grau de representatividade dos deputados por identidade provincial foi calculado com base na condição de naturalidade do deputado eleito.

Merece referência neste estudo o grau de dispersão dos deputados, pelas províncias, considerando-se a naturalidade. Existem províncias que têm os seus nativos dispersos por um grande número de Províncias e nesta condição destacam-se: Maputo Cidade, que é um distrito eleitoral com deputados altamente dispersos (8-10), oferecendo seus nativos a quase todas as províncias.

Logo depois seguem as províncias com uma dispersão média que se situam entre (4-7), significa que os deputados nativos de uma determinada unidade territorial podem ser encontrados de quatro a sete províncias como representantes parlamentares desses lugares. Nessas províncias podem ser encontradas as seguintes províncias: Zambézia, Gaza, Tete, Sofala, Cabo Delgado, Manica e Maputo Província.

Por último existem províncias com baixa dispersão (1-3) e neste quesito a Província de Niassa foi a única que não registrou maiores índices de dispersão, pois os 23,5% dos deputados nativos de Niassa foram representar apenas três províncias na Assembleia da República (Quadro 6).

Quadro 5 – Dispersão dos Deputados nas Eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014

DISPERSÃO DOS DEPUTADOS		
Baixa (1 a 3)	Média (4-7)	Alta (8 a 10)
Niassa	Zambézia Gaza Tete Sofala Cabo Delgado Inhambane Manica Maputo Província	Maputo Cidade

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Nota: Índice que mede os níveis de dispersão dos deputados de um distrito eleitoral em relação a outros distritos eleitorais (Alto = 8 – 10; Médio = 4 – 7; Baixo = 1 – 3).

Em termos de proporção entre os deputados nativos e não nativos eleitos em um determinado distrito eleitoral, o que se pode dizer é que essa diferença de proporções é acentuada em Nampula, Manica, Niassa e Cabo Delgado, onde em cada 5 a 3 deputados nativos eleitos apenas 1 é não nativo. No extremo oposto a Província de Maputo, Cidade de Maputo e Inhambane, que registraram proporções mais baixas (Tabela 9).

Tabela 9 – Deputados eleitos segundo a Região, a Província e o Número de Eleitos naturais e não naturais da Província – Eleições de 1994, 1999 e 2004.

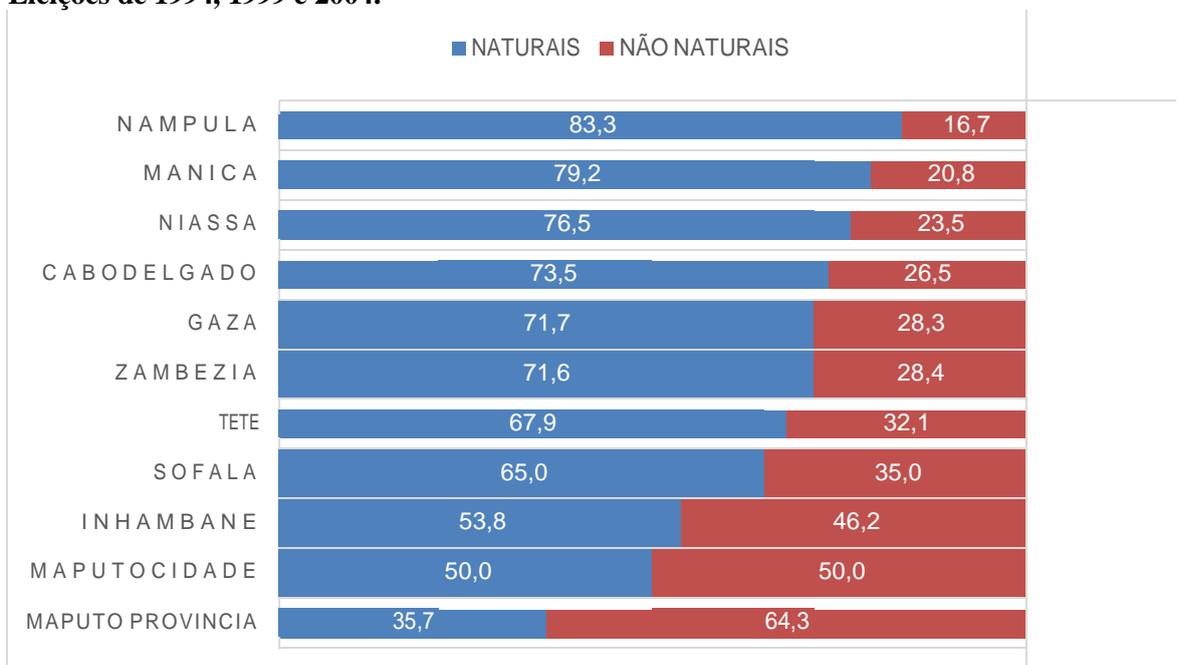
REGIÃO	Distrito Eleitoral	Número de Eleitos	Natural da Província		Natural de Outras províncias / países	
			Abs.	%	Abs.	%
NORTE	Niassa	34	26	76,5	08	23,5
	Cabo Delgado	83	61	73,5	22	26,5
	Nampula	102	85	83,3	17	16,7
CENTRO	Zambezia	169	121	71,6	48	28,4
	Tete	56	38	67,9	18	32,1
	Manica	48	38	79,2	10	20,8
	Sofala	60	39	65,0	21	35,0
SUL	Inhambane	65	35	53,8	30	46,2
	Gaza	53	38	71,7	15	28,3
	Maputo Província	14	05	35,7	09	64,3
	Maputo Cidade	48	24	50,0	24	50,0
Total		732	510	69,7	222	30,3

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Ainda em a relação à naturalidade dos deputados com as cadeiras disponibilizadas em cada Província, os dados mostram que, excetuando-se Manica e Gaza que estão deslocados das suas posições em termos da classificação geográfica, o que se pode dizer é que quanto mais se deslocar do norte para o sul, o número de deputados eleitos nas suas províncias vai

decrecendo. Ou seja, o número de deputados eleitos não nativos em distritos eleitorais vai diminuindo de sul para o norte (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percentual de deputados naturais e não naturais da Província onde foi eleito – Eleições de 1994, 1999 e 2004.



Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Moçambique é um país multicultural, com mais de 41 grupos linguísticos (NGUNGA, 2001), distribuídos em 11 distritos eleitorais. Assim, para que a Assembleia seja espaço de agregação das preferências dos mais de 41 grupos étnicos, as cadeiras alocadas aos distritos eleitorais precisariam ser ocupadas pelos deputados naturais dessas unidades territoriais, criando possibilidade para que ideias ou preferências de grupos minoritários ou excluídos possam ser canalizadas para a arena decisória, é nestas condições que a Assembleia da República pode se tornar espelho da sua sociedade, tal como é entendido por Pitkin (1967), Philips (2001) e Simoni (2006). No que diz respeito à representatividade dos deputados por identidade provincial, os dados mostram uma maior concentração das províncias em torno da categoria alta, que agrega província que elegeram entre 56% e 75% dos deputados nativos dessas unidades territoriais. Seis províncias têm até 75% dos deputados nativos e os restantes, 25% vem das outras províncias, encontram-se esta situação as províncias de Inhambane, Zambézia, Gaza; Tete, Sofala e Cabo Delgado. No que se refere à dispersão dos deputados, para outros distritos eleitorais, apenas Niassa registra uma dispersão baixa, ou seja, os nativos de Niassa foram eleitos em até três distritos eleitorais e Maputo Cidade que teve dispersão onde os seus nativos foram eleitos em até 10 distritos eleitorais diferentes. As demais

unidades territoriais têm os seus nativos eleitos de 4 até 7 distritos eleitorais. Os dados mostram também que a dispersão dos deputados diminui de Sul para Norte e por sua vez a representatividade dos deputados por identidade provincial aumenta de sul para norte. Esta realidade vai ao encontro da hipótese traçada para esta pesquisa de que a Assembleia da República não é espelho da sociedade moçambicana, pois, as cadeiras atribuídas para as províncias não na totalidade ocupadas pelos seus nativos.

5.1.2 Dimensão Demográfica

a) Escolaridade

As pesquisas de Junior, Sergio et al (2016) e Mucinhato (2014) mostram que em termos da escolaridade há uma tendência de predominância de ensino superior entre os deputados eleitos e um número reduzido de parlamentares com cursos médios e técnicos médios. Neste trabalho a hipótese é de que há maior proporção dos representantes com cursos superiores em relação aos representantes menos escolarizados.

No que diz respeito à escolaridade, para esta pesquisa usou-se a seguinte categorização: Primário incompleto; Primário completo; Básico incompleto; Básico completo; Médio incompleto; Médio completo; Graduação incompleta; Graduação completa; Pós-graduação incompleta; Pós-graduação completa.

A quarta legislatura da Assembleia da República, que constitui a primeira legislatura da era democrática, 76,3% dos congressistas não tinham cursos superiores, ou seja, flutuava entre Primário incompleto que era o nível de escolaridade mais predominante (18%) e ensino médio completo, que apresentava-se com 15,6%. Os Congressistas com ensino superior corporizavam apenas 23,7%, divididos entre a graduação incompleta até à pós-graduação completa. A graduação completa é a mais representativa com 14%, a pós-graduação é a menos representativa com apenas 1,2%.

Esta constatação vai na "contra mão" daquilo que tem sido a tendência das pesquisas dentro da ciência política, muito em particular, na linha dos estudos das elites parlamentares. Como já se teve oportunidade de discutir a revisão da literatura deste trabalho há um alinhamento entre diversas pesquisas, com destaque para estudos de Sergio et al (2016), Mucinhato (2014), Perissinotto e Miríade (2009) indicando uma presença massiva dos congressistas com o nível superior e uma reduzida participação de congressistas com níveis subalternos.

Na quinta legislatura, neste caso de 1999-2004, manteve-se a tendência de predominância de deputados que não têm os cursos superiores, contudo, com uma pequena variação percentual, ou seja, de 76,3%, para 73,3%, isso mostra que apesar de ser um ligeiro decréscimo, a escolaridade estava a começar a mostrar sinais de evolução, mesmo dentro dos parlamentares sem ensino superior, se na quarta legislatura era dominada por parlamentares com ensino primário incompleto com 18%, essa tendência dilacerou-se na quinta legislatura, tendo sido notáveis os parlamentares com Básico incompleto e Médio completo, com 21,1 cada (Tabela 10).

Por sua vez, houve, sim, uma pequena progressão, em três percentuais dos parlamentares com ensino superior na Assembleia da República de Moçambique, na quinta legislatura. O crescimento deveu-se em grande medida do aumento dos parlamentares com graduação concluída, pois, se na quarta legislatura, esta categoria registou 14,3, na quinta legislatura esses números conheceram um aumento em 5%. Mas também este aumento de parlamentares com graduação concluída pode estar relacionado com o decréscimo que outras variáveis dentro desta categoria conheceram, nomeadamente: parlamentares com pós-graduação concluída baixaram de 1,2% para 0,8%; os parlamentares com graduação incompleta, que na quarta legislatura haviam registrado 4,1% na sua presença naquela instituição do poder do povo, na quinta legislatura baixaram 2% (Tabela 10).

Tabela 10 – Grau de escolaridade dos deputados eleitos em Moçambique, nas eleições de 1994, 1999 e 2004

Escolaridade	1994		1999		2004	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Primário incompleto	44	18,0	29	11,8	28	11,2
Primário completo	9	3,7	7	2,8	05	2,0
Básico incompleto	39	16,0	52	21,1	40	16,1
Básico completo	30	12,3	18	7,3	20	8,0
Médio incompleto	26	10,7	23	9,3	07	2,8
Médio completo	38	15,6	52	21,1	87	34,9
Graduação incompleta	10	4,1	7	2,8	02	0,8
Graduação completa	35	14,3	48	19,5	46	18,5
Pós-graduação incompleta	7	2,9	7	2,8	12	4,8
Pós-graduação completa	3	1,2	2	0,8	02	0,8
Sem informação	3	1,2	1	0,4	-	-
Total	244	100,0	246	100,0	249	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Na VI legislatura a tendência de domínio dos parlamentares sem o nível superior continuou prevalecendo 75% dos parlamentares não tinham formação superior, apenas 25% tinham nível superior de formação (Tabela 11).

Ora, há outra tendência que ocorre dentro das categorias parlamentares com até nível médio e aqueles que têm nível superior. Estas três legislaturas em estudo mostraram uma evolução na trajetória dos níveis de formação na Assembleia da República de Moçambique, percurso que começa com uma concentração de parlamentares com ensino primário incompleto, na quarta legislatura, e o percurso termina indicando mais deputados com nível médio, neste caso, 34,9 %. Relativamente aos parlamentares com ensino superior, a graduação continua a dominar, com uma subida gradual dos parlamentares com pós-graduação incompleta, que saiu dos 2,8% na V legislatura para 4,8% na sexta legislatura (Tabela 11).

Na globalidade, o estudo mostra o domínio de parlamentares que não possuem nível superior, caminhando na contramão naquilo que tem sido a tendência global das pesquisas dentro das elites parlamentares.

Tabela 11 – Grau de Escolaridade dos deputados eleitos em Moçambique, nas eleições de 1994, 1999 e 2004

Escolaridade	1994		1999		2004	
	N. Abs	%	N. Abs	%	N. Abs	%
Até nível médio	186	76,3	129	73,3	187	75
Nível Superior	58	23,7	117	26,7	62	25
Total	244	100,0	246	100,0	249	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Um outro aspecto que merece apontamento, tem a ver com a variação do nível da escolaridade dos deputados da Assembleia da República de Moçambique em função da filiação partidária e em conexão com a variação em termos de período de legislatura.

A FRELIMO lidera em termos de parlamentares com ensino superior na legislatura de 1994, ou seja, deputados com graduação completa, neste caso, com 10.2%, contra 3.7% e 0.4% da RENAMO e UD, respectivamente. A FRELIMO lidera, também, na categoria de parlamentares com ensino médio completo com 8.2%, contudo, a RENAMO também andou muito perto desses números, tendo-se afirmado com 6.6%. Quem esteve longe dos dois gigantes da política moçambicana, foi a UD que não foi para além dos 0.8%. Onde houve equilíbrio foi na categoria de pós-graduação completa, onde tanto a FRELIMO, a RENAMO, assim como UD não foram além de 0.4%. Se analisar o assunto a partir da lógica de governo/oposição, a oposição, neste caso a RENAMO e a UD levam vantagem em relação a FRELIMO (Tabela 12).

Em sentido inverso, a RENAMO lidera nos índices dos parlamentares com baixo nível de escolaridade, ou seja, na categoria de ensino primário incompleto, este partido contou com 12.7% de parlamentares com ensino primário incompleto, a FRELIMO ficou

bem distante do seu rival direto, neste caso, a FRELIMO, tendo sido representado por 4.5% de parlamentares com este nível de escolaridade (Tabela 12).

A RENAMO voltou a liderar entre os parlamentares com nível básico incompleto com 9.4%, desta feita a FRELIMO não andou muito longe do seu opositor, tendo registado 6.6%.

Na globalidade, especificamente nesta legislatura os dados mostram que os partidos políticos em Moçambique estão mais representados deputados entre a população menos escolarizados. Ou seja, apesar da FRELIMO liderar na categoria nos índices dos deputados com ensino superior isso não quer dizer que este partido esteja representado por deputados com ensino superior.

Na legislatura de 1994, 35.3% dos deputados da FRELIMO têm o nível académico que parte de ensino primário incompleto até ensino médio completo, apenas 15.5% dos deputados da FRELIMO têm a qualificação do nível superior (Tabela 12).

Por seu turno, a RENAMO 38% dos representantes parlamentares deste partido não têm a qualificação do nível superior, restando apenas 6.1% dos deputados que nível superior, ou seja, nível de formação que varia de graduação incompleta até ao pós-graduação completa (Tabela 12).

Tabela 12 – Grau de Escolaridade e Partido Político dos Deputados Eleitos em 1994.

Escolaridade	Partido Político							
	FRELIMO		RENAMO		UD		Total	
	Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
Primário incompleto	11	4,5%	31	12,7%	2	0,8%	44	18,0%
Primário completo	4	1,6%	4	1,6%	1	0,4%	9	3,7%
Básico incompleto	16	6,6%	23	9,4%	0	0,0%	39	16,0%
Básico completo	16	6,6%	14	5,7%	0	0,0%	30	12,3%
Médio incompleto	19	7,8%	5	2,0%	2	0,8%	26	10,7%
Médio completo	20	8,2%	16	6,6%	2	0,8%	38	15,6%
Graduação incompleta	7	2,9%	3	1,2%	0	0,0%	10	4,1%
Graduação completa	25	10,2%	9	3,7%	1	0,4%	35	14,3%
Pós-graduação incompleta	5	2,0%	2	0,8%	0	0,0%	7	2,9%
Pós-graduação completa	1	0,4%	1	0,4%	1	0,4%	3	1,2%
Outros	3	1,2%	0	0,0%	0	0,0%	3	1,2%
Total	127	52,0%	108	44,3%	9	3,7%	244	100,0%

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

No que diz respeito à legislatura de 1999, a presença de pessoal menos escolarizada nos representantes parlamentares da FRELIMO conheceu um agravamento de 6%, situando-se nesta legislatura em 41%. Também o pessoal com qualificação superior, ou seja, de graduação incompleta até à pós-graduação completa, conheceu um decréscimo de 3%, ou seja, passou de 15% para 12.5%. No sentido contrário foi a tendência vivenciada pela

RENAMO, se na legislatura anterior, este partido liderava as estatísticas em termos de parlamentares com níveis primário e até ao nível médio, esse cenário mudou na legislatura seguinte, com os índices a mostrarem uma tendência de redução de pessoal menos escolarizadas naquele partido, ou seja, de 38% dos representantes menos escolarizados em 1994, a RENAMO passou para 32.5%, uma redução de quase 6% e também os parlamentares com o nível superior aumentou na RENAMO passando de 6% em 1994 para 13.4%, um aumento em 7% (Tabela 13).

No que está ligado às especificidades dos níveis de qualificação académica entre os parlamentares dos dois partidos na legislatura de 1999, pode-se dizer que a RENAMO continuou a liderar com os parlamentares com ensino primário incompleta com 6.5%, ainda que a diferença entre os dois tenha sido mínima, pois, a FRELIMO registou 5.3%. Para a FRELIMO estes dados significaram um aumento do pessoal com ensino primário incompleta, ainda que esse aumento seja ínfimo, pois na última legislatura o partido FRELIMO havia-se situado nos 4.5%. Para RENAMO significou uma redução pela metade de parlamentares com ensino primário incompleta (Tabela 13).

Ainda olhando nos dados da RENAMO, importa referir que os parlamentares do nível superior foram os mais beneficiados com a redução de pessoal com ensino primário incompleto, visto que, este partido passou de 3.7% de pessoal com graduação completa na legislatura anterior para 10.6% na legislatura de 1999. Esta posição, não só se fez sentir dentro do partido, como também fez-se refletir na Assembleia da República, como um todo, uma vez que a RENAMO destronou a FRELIMO que na legislatura anterior liderava o parlamento com os representantes com o ensino superior. Ou seja, a FRELIMO passou de 10,2% para 8.9%, por seu turno a RENAMO passou dos 3.7% para 10.6% (Tabela 13).

A FRELIMO continuou a liderar as estatísticas dos parlamentares com ensino médio completo, com uma ligeira subida do pessoal com este nível académico, de 8.2%, para 12.6%, e a RENAMO voltou a colocar-se na segunda posição, também registou uma ligeira subida de representantes com ensino médio completo, pois, passou de 6.6% para 8.5% (Tabela 13).

Os dois partidos tiveram os mesmos resultados no que diz respeito ao ensino básico completo, com 3.7% cada, e no que diz respeito a pós-graduação completa, todos com 0,4%, se bem que na legislatura anterior os três partidos (FRELIMO, RENAMO e UD) que tiveram acesso à cadeiras representativas na Assembleia da República tiveram os mesmos resultados, com 0.4%, o mesmo resultado conseguido na legislatura em análise (Tabela 13).

Tabela 13 – Grau de escolaridade e os partidos políticos na legislatura de 1999 em Moçambique

ESCOLARIDADE	PARTIDOS POLÍTICOS					
	FRELIMO		RENAMO		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Primário incompleto	13	5,3%	16	6,5%	29	11,8%
Primário completo	2	0,8%	5	2,0%	7	2,8%
Básico incompleto	31	12,6%	21	8,5%	52	21,1%
Básico completo	9	3,7%	9	3,7%	18	7,3%
Médio incompleto	15	6,1%	8	3,3%	23	9,3%
Médio completo	31	12,6%	21	8,5%	52	21,1%
Graduação incompleta	3	1,2%	4	1,6%	7	2,8%
Graduação completa	22	8,9%	26	10,6%	48	19,5%
Pós-graduação incompleta	5	2,0%	2	0,8%	7	2,8%
Pós-graduação completa	1	0,4%	1	0,4%	2	0,8%
Outros	0	0,0%	1	0,4%	1	0,4%
Total	132	53,7%	114	46,3%	246	100,0%

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

A legislatura de 2004 foi amplamente dominada pela FRELIMO que obteve nada mais que 160 deputados, tendo a RENAMO conseguido 90 deputados. À medida que vai-se aumentando o número de legislatura a formação não superior entre os representantes parlamentares tem assumido posição dominadora na Assembleia da República, ou seja, nas últimas três legislaturas a tendência foi mesmo de crescimento de representantes que não tinham a formação académica superior, 35.3% na legislatura de 1994, 41% em 1999 e 49.1% em 2004. Esses resultados mostram essa tendência de domínio de níveis académicos subalternos no parlamento e na bancada da FRELIMO.

No que diz respeito aos parlamentares com ensino superior, na FRELIMO não tem demonstrado grandes flutuações: 15.5% em 1994, 12.5% em 1999 e de novo 15.3% em 2004. Por sua vez, a RENAMO faz uma trajetória inversa àquela que é feita pela FRELIMO. Este partido, tendencialmente, tem demonstrado a diminuição de representantes parlamentares sem ensino superior em Moçambique. Ou seja, se na legislatura de 1994 os parlamentares sem nível superior detinham a maioria na RENAMO, gradualmente essa tendência vai baixando de legislatura em legislatura 32.5% em 1999 e 26.2% em 2004. Relativamente ao ensino superior, ainda que os dados mostrassem uma tendência de crescimento de parlamentares com formação académica superior, nas duas primeiras legislaturas multipartidárias, contudo, quando essa tendência é confrontada com a legislatura de 2004, a tendência de crescimento de representantes com ensino superior na RENAMO fica por terra, na medida em que, na

legislatura 2004, esse crescimento, não só estagnou, como também conheceu um período de retrocesso, ou seja, de 13.3% para 9.3%.

Tanto a FRELIMO, quanto a RENAMO concentraram as suas atenções no pessoal do nível médio completo, as estatísticas mostram essa tendência. Na FRELIMO, 23.4% representa os deputados com nível médio completo, seguido de, nível básico com 12.5%, e a graduação completa com 11.3%. Na bancada da RENAMO o cenário é quase idêntico, nível médio completo com 11.7%, seguido de graduação completa com 6.9% e ensino primário incompleto com 6.5%.

Dentro da trajetória da Assembleia da República há uma tendência que se manteve em todas as legislaturas. A RENAMO sempre liderou no parlamento em termos de deputados com a mais baixa qualificação naquela casa, neste caso, ensino primário incompleto: 12.7% em 1994; 6.5% em 1999 e novamente 6.5% em 2004, contra 4.5% da FRELIMO em 1994; 5.3% em 1999 e 4.5% em 2004 (Tabela 14).

Outro elemento não menos importante, tem a ver com os parlamentares com a pós-graduação que tanto sob o ponto de vista partidário, quanto na trajetória da Assembleia da República se manteve nas mesmas proporções, ou seja, tanto para FRELIMO, assim como para RENAMO se situou nos 0.4%, o mesmo cenário verificou-se na trajetória da Assembleia da República de 1994 até 2004, o registo foi de 0.4%.

Tabela 14 – Grau de escolaridade e os partidos políticos na legislatura de 2004, em Moçambique

Escolaridade	PARTIDO POLÍTICO					
	FRELIMO		RENAMO		Total	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Primário incompleto	12	4,8%	16	6,5%	28	11,3%
Primário completo	3	1,2%	2	0,8%	5	2,0%
Básico incompleto	31	12,5%	9	3,6%	40	16,1%
Básico completo	12	4,8%	8	3,2%	20	8,1%
Médio incompleto	6	2,4%	1	0,4%	7	2,8%
Médio completo	58	23,4%	29	11,7%	87	35,1%
Graduação incompleta	2	0,8%	0	0,0%	2	0,8%
Graduação completa	28	11,3%	17	6,9%	45	18,1%
Pós-graduação incompleta	7	2,8%	5	2,0%	12	4,8%
Pós-graduação completa	1	0,4%	1	0,4%	2	0,8%
Total	160	64,5%	88	35,5%	248	100,0%

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

No entanto, fazendo o teste de hipótese nas três legislaturas em estudo para comprovar a associação entre a variação entre os partidos políticos e a escolaridade pode-se dizer que há variação entre as legislaturas.

Relativamente à legislatura de 1994-1999, os resultados obtidos através do teste qui-quadrado mostram uma associação entre a escolaridade e os partidos políticos, ou seja, o teste rejeitou a hipótese nula H_0 que para o caso da pesquisa diz que não existe associação entre a escolaridade e os partidos políticos em Moçambique, confirmando-se a hipótese alternativa que diz que existe uma associação entre a escolaridade e os partidos políticos, ou seja: $X^2(8)=28,398$; $P < 0,001$. Não só, nenhuma das 6 células da contagem esperada estiveram abaixo dos 5%, cumprindo-se assim as propriedades para a realização do teste Qui-quadrado. Outro elemento, não menos importante, foi o valor mínimo da contagem esperada, que atingiu 37%.

O mesmo já não pode falar em relação às legislaturas de 1999-2004 e 2004-2009. No que diz respeito a 1999 o resultado do teste de 6,301, com o grau de liberdade estimado em 4%, com o valor do $P > 0,001$, ou seja, $P=0,178$; os mínimos de contagem esperado ficou abaixo do exigido neste caso: $4,15 < 5$. Nesta perspectiva, confirma-se a H_0 que diz não haver associação entre a variação da escolaridade e os partidos políticos, na legislatura de 1999, ou seja, os resultados a partir dos dados disponíveis não se pode estabelecer uma relação entre as variáveis em análise neste quisito. O mesmo raciocínio se aplica para o caso de 2004, em que o Qui-quadrado deu $X^2(4)=7,443$; $P > 0,001$. Ou seja, $P=0,114$. Apenas uma célula correspondente a 10%, com o mínimo de contagem esperada de 4,97 (Quadro 7).

Quadro 6 - Teste Qui-quadrado – Relação entre as variáveis ‘Partidos Políticos’ e o ‘Grau de Escolaridade’

Ano	Descrição	Valor	gl	Significância Assintótica (Bilateral)
1994	Qui-quadrado de Pearson	28,398 ^a	8	,000
	Razão de verossimilhança	31,184	8	,000
	Associação Linear por Linear	13,672	1	,000
	Nº de Casos Válidos	241		
a. 6 cells (40,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 37				
1999	Qui-quadrado de Pearson	6,301 ^b	4	,178
	Razão de verossimilhança	6,325	4	,176
	Associação Linear por Linear	,245	1	,621
	Nº de Casos Válidos	245		
b. 2 cells (20,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,15				
2004	Qui-quadrado de Pearson	7,443 ^b	4	,114
	Razão de verossimilhança	7,226	4	,124
	Associação Linear por Linear	,533	1	,465
	Nº de Casos Válidos	248		
b. 1 cells (10,0%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 4,97				

Fonte: Elaboração do Autor.

Ainda neste capítulo procurou-se estudar, também, a relação a escolaridade e magnitude do distrito eleitoral. Foi notório que os distritos eleitorais com mega magnitudes os

deputados com ensino primário e básico têm mais possibilidades de se eleger, do que em unidades territoriais com uma magnitude eleitoral baixas. Ou seja, estes dois níveis de ensino tiveram mais representatividade em mega distritos com 50% para representantes com o nível básico e 43.4% para representante com nível primário. Em médios distritos os deputados com nível primário tiveram 18% dos representantes eleitos, enquanto que, os deputados com nível básico apenas conseguiram 12.1%.

Por sua vez, os representantes parlamentares com os níveis académicos como pós-graduação; graduação e nível médio foram mais eleitos em distritos de magnitude intermédia. Ou seja, 63.6% dos representantes com pós-graduação; 51% dos representantes parlamentares com nível de graduação e por último, 44.8% dos representantes parlamentares com nível médio. Todos estes eleitos em distritos de magnitude intermédia.

Nos distritos com magnitude de menores dimensões houve equilíbrio em termos de representatividade dos diversos níveis académicos. Estes resultados estão alinhados com a ideia de que quanto mais cresce a magnitude do distrito eleitoral, mais probabilidade dos pequenos se eleger, (Tabela 15)

Tabela 15. Perfil dos Deputados eleitos em Moçambique, segundo o Grau de Escolaridade e a Magnitude Eleitoral, nas legislaturas de 1994, 1999 e 2004.

Grau de Escolaridade	Magnitude Eleitoral										
	Média			Grande			Mega			Total Linha	
	Abs.	% Linha	% Coluna	Abs.	% Linha	% Coluna	Abs.	% Linha	% Coluna	Abs.	%
Primário	22	18,0%	18,5%	47	38,5%	14,6%	53	43,4%	18,2%	122	100%
Básico	24	12,1%	20,2%	75	37,7%	23,3%	100	50,3%	34,2%	199	100%
Médio	44	19,0%	37,0%	104	44,8%	32,3%	84	36,2%	28,8%	232	100%
Graduação	25	17,0%	21,0%	75	51,0%	23,3%	47	32,0%	16,1%	147	100%
Pós-graduação	4	12,1%	3,4%	21	63,6%	6,5%	8	24,2%	2,7%	33	100%
Total Coluna	119		100,0%	322		100,0%	292		100,0%	733	

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

O teste de Qui-quadrado do cruzamento das variáveis escolaridade e magnitude eleitoral mostra uma associação entre ambos, tendo o valor de qui-quadrado foi 21,941, com o grau de liberdade de 8%, e o valor de P 0,005, logo rejeitas-se a H_0 nula que diz que não existe uma associação entre a escolaridade e magnitude do distrito eleitoral (Quadro 8).

Quadro 7 – Teste Qui-quadrado Escolaridade x Magnitude Eleitoral

Descrição	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)
Pearson Chi-Square	21,941 ^a	8	,005
likelihood Ratio	21,896	8	,005
Linear-by-Linear Association	6,384	1	,012
N of Valid Cases	733		

Fonte: Elaboração do Autor.

Em suma, o que se pode dizer é que na Assembleia da República de Moçambique predomina os parlamentares que não possuem nível académico superior, ou seja: em 1994, os parlamentares sem nível superior (76,3%) contra parlamentares com o ensino superior (23,7%); o mesmo cenário se repetiu nas restantes legislaturas, em 1999 os parlamentares sem nível superior (73,3%) contra parlamentares com o ensino superior (26,7%), e finalmente em 2004 os parlamentares sem nível superior (75%) contra parlamentares com o ensino superior (25%).

Esta pesquisa mostra uma tendência diferente daquilo que tem sido os resultados das pesquisas, sobretudo no contexto brasileiro, pois na Assembleia da República de Moçambique reina representantes parlamentares que não possuem ensino superior. Estes resultados marcam a diferença com os resultados encontrados no contexto brasileiro, sobretudo nos estudos de Araújo e Alves (2007) e o estudo de Perissinoto e Miríade (2009) nos quais o ensino superior afeta a taxa do sucesso para a eleição dos deputados no congresso, ou seja estão em superioridade numérica em relação aos restantes níveis académicos. Um outro conjunto de estudos com destaque para as pesquisas de Simoni Junior (2015), Simoni Junior (2016), Mucinhato (2014), Perissinotto e Bolognesi (2010) mostram uma superioridade numérica dos representantes parlamentares com o nível superior.

Os resultados encontrados na realidade moçambicana rejeita a hipótese assumida nesta pesquisa de que a maior proporção dos representantes possuem cursos superiores em relação aos representantes menos escolarizados, pois em Moçambique os deputados que não possuem ensino superior são a maioria. Isso acontece, porque tanto a FRELIMO, assim como a RENAMO apostam em deputados que não possuem ensino superior, os dados das três legislaturas comprovam essa tendência, é verdade que nas duas últimas legislaturas o teste de Qui-quadrado deu resultado insignificante proibindo desse modo qualquer tipo de associação entre a variação partidária e o nível de escolaridade.

b) Gênero e Idade

No que diz respeito à questão do gênero, pesquisas apontam para o domínio dos homens em relação às mulheres (JUNIOR, SERGIO et al, 2016; P. ARAÚJO, 2013) e a uma tendência da exclusão da mulher na política (C. ARAÚJO; JOSÉ ALVES, 2007). A hipótese

inicial deste trabalho é que há uma reduzida participação das mulheres e jovens na arena da representação política em relação aos homens adultos na Assembleia da República em Moçambique.

O gênero e a idade, em comunhão com profissão e escolaridade, são variáveis importantes para se compreender o padrão do perfil das elites parlamentares. Neste espaço descreve-se o comportamento das variáveis gênero e idade dos parlamentares moçambicanos, em três legislaturas nomeadamente na IV legislatura (1994-1999); V legislatura (1999-2004); VI legislatura (2004-2009). Por insuficiência de dados na VIII legislatura (2014-2019), em andamento, analisou-se, apenas, os dados agregados referentes ao gênero (Tabela 16).

Tabela 16- Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero e a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014 – Números absolutos e relativos.

Ano	Gênero	Faixa de Idade										Total	
		21 a 30		31 a 40		41 a 50		51 a 60		61 ou mais		No.	%
		No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%		
1994	Feminino	1	0,40	30	12,3	26	10,7	6	2,5	2	0,8	65	26,7
	Masculino	12	4,9	67	27,5	64	26,2	33	13,5	3	1,2	179	73,3
	Total	13	5,3	97	39,8	90	36,9	39	16,0	5	2,0	244	100,0
1999	Feminino	11	4,5	22	8,9	31	12,6	7	2,8	2	0,8	73	29,6
	Masculino	6	2,4	45	18,2	72	29,3	39	15,9	11	4,5	173	70,3
	Total	17	6,9	67	27,1	103	41,9	46	18,7	13	5,3	246	100,0
2004	Feminino	3	1,2	20	8,0	35	14,1	21	8,4	5	2,0	84	33,7
	Masculino	6	2,4	39	15,7	65	26,1	40	16,1	15	6,0	165	66,3
	Total	9	3,6	59	23,7	100	40,2	61	24,5	20	8,0	249	100,0
2014	Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87	34,9
	Masculino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	65,1
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249	100,0

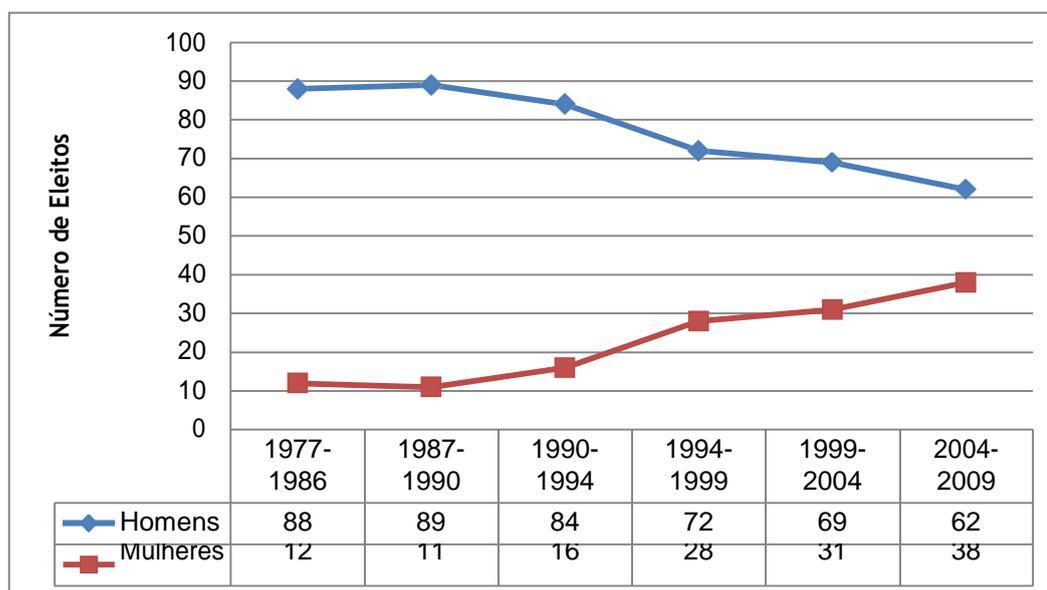
Nota: Para o ano de 2014 não estão disponíveis as informações segundo as faixas de idade.

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Como pode ser observado no Gráfico 4, os homens sempre dominaram a arena política, desde a implantação do sistema pluripartidário em 1990, operacionalizado nas eleições de 1994, alias é preciso frizar que mesmo antes da entrada do novo sistema político os homens eram dominantes no parlamento em Moçambique (Tabela 7, p.71). Tal como mostram os dados em todas as legislaturas os homens sempre foram dominantes e, provavelmente, continuarão a dominar por algum tempo se o cenário não se inverter, pese embora as genero feminino constitui a maioria da população moçambicana com uma proporção que ronda os 52%, INE (2018). Contudo, apesar do domínio do gênero masculino, a presença das mulheres vai ganhando forma de legislatura em legislatura, ou seja, a presença no parlamento vai conhecendo um crescimento, apesar de na última legislatura, na VIII, ter registrado uma tendência de estagnação. Ou seja, as mulheres vão conquistando o seu espaço

nas arenas políticas em Moçambique. Na primeira legislatura da era democrática os homens ocupavam mais de dois terços das cadeiras no parlamento, contudo, ao longo do percurso, as mulheres conseguiram passar a barreira de um terço, apesar da estagnação tal como a pesquisa mostra, na VIII legislatura.

Gráfico 4 – Deputados eleitos, segundo o Gênero, nas Eleições de 1977 a 2009



Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Em termos da distribuição das idades entres os parlamentares da Assembleia da República de Moçambique, a primeira constatação, nas três legislaturas pesquisadas, é de que a população das idades compreendida entre 21-30 e 60 ou mais está sub-representada, na medida em que, o seu peso varia entre 2.0% e 8%, embora a população seja majoritariamente constituído pelos jovens, tal como mostra o relatório de estratégia de cooperação Suíça/Moçambique, 2017-2020; em contra partida, a faixa de idade entre 41-50 é a mais representada, com 36.9% em 1994; 41.9 em 1999 e 40.2% em 2004, respectivamente. Em segundo lugar, encontram-se parlamentares que têm as idades compreendidas entre 31-40 com o seguinte registo 39.8 em 1994; 27.1 em 1999 e 23.7 em 2004. Em terceiro lugar estão colocados os parlamentares com as idades entre 51-60 com 16%, 18.7%, 24.5% em 1994, 1999, 2004 respectivamente (Tabela 17).

Estes dados também permitem descrever com que idade os parlamentares são eleitos ou com que idades aposentam-se. É justamente essa tarefa que se desenvolve neste espaço. Araújo e Alves (2007) mostram que as mulheres afetam a taxa de sucesso para eleição no congresso depois dos 35 anos, mais ainda, que em dados de pesquisa de 2006, mulheres até 30

anos representavam apenas 4% no Congresso. No caso de Moçambique, os representantes parlamentares com 31 anos em diante representavam, essa tendência ou até bem pior em alguns casos. Na primeira legislatura da era democrática as mulheres de até 30 anos representavam apenas 1.5%, cenário que viria a conhecer melhorias na legislatura subsequente, contudo nas, na legislatura de 2004 tudo voltaria ao ponto crítico, a pesar de uma ligeira subida (3.6%).

Entretanto, é preciso perceber que neste quesito, no caso de Moçambique, não foram encontradas largas diferenças com aquilo que tem sido o percurso dos homens das mesmas idades ao nível global, ou seja, a participação dos homens entre 21-30 flutua entre 3.6% e 6.7%. O que se pode aprender com estes dados é que o sistema como um todo tem penalizado, tanto os homens, assim como para as mulheres que se situam entre 21-30 (Tabela 17).

Outro elemento, não menos importante, diz respeito ao fato de o parlamento moçambicano ser penalizador com indivíduos de 61 anos para cima, pois em ambos os sexos os índices mais baixos foram registados pelos homens na legislatura de 1994, que registaram 1.7% dos representantes parlamentares dentro dessa faixa etária, e o índice mais elevado é de 9.1%, também registado para os homens (Tabela 17).

Tabela 17 – Participação relativa dos Deputados e Deputadas eleitas em Moçambique, segundo a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999 e 2004.

Ano	Gênero	Faixa de Idade					Total
		21 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 ou mais	
1994	Feminino	1,5	46,2	40,0	9,2	3,1	100,0
	Masculino	6,7	37,4	35,8	18,4	1,7	100,0
1999	Feminino	15,1	30,1	42,5	9,6	2,7	100,0
	Masculino	3,5	26,0	41,6	22,5	6,4	100,0
2004	Feminino	3,6	23,8	41,7	25,0	6,0	100,0
	Masculino	3,6	23,6	39,4	24,2	9,1	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Ainda tratando a questão do gênero, neste espaço a pesquisa focalizou na distribuição do gênero ao longo do tempo, bem como a relação do gênero com os partidos políticos. Os dados para o mandato de 1994, mostram um partido FRELIMO receptivo para o gênero feminino, visto que de todas as mulheres eleitas naquela legislatura 83.1% entraram pela bancada da FRELIMO. Por sua vez, os partidos da oposição, nomeadamente a FRELIMO e o UD, mostraram-se fechados para o gênero feminino. A RENAMO elegeu apenas 15.4% e a UD apenas elegeu 1.5% das mulheres (Tabela 18).

Entretanto, a RENAMO lidera as estatísticas da eleição de gênero masculino com 54.7%, seguido da FRELIMO com 40.8%, e por último a UD elegeu 4.5% dos deputados do gênero masculino. Importa referir que a UD não chegou a eleger uma mulher na sua bancada.

Quanto à legislatura de 1999, a tendência manteve-se com uma pequena variação, na medida em que, ainda que a FRELIMO e a RENAMO tenham seguido a tendência da primeira legislatura democrática, de a FRELIMO ser um partido aberto em relação às mulheres e a RENAMO mostrar-se um partido tendencialmente masculino, no mandato de 1999 essa tendência se manteve. Contudo, os números da FRELIMO decresceram e o número de mulheres na RENAMO cresceu o dobro, ou seja, de 15.4% de 1994, esse número cresceu em 1999 para 28.8%, enquanto a FRELIMO conheceu um decréscimo tendo se situado nos 71.2%.

No caso do aumento das mulheres pode-se cogitar por hipótese que a RENAMO não conseguiu ir além dos 15% de mulheres na sua bancada em 1994, pois ainda estava em uma fase de transição de um movimento de guerrilha, constituído de indivíduos que passaram a maior tempo das suas vidas trincheiradas nas florestas, para um partido político.

Por seu turno, os dados da eleição do gênero masculino, no mandato de 1999, revelam uma tendência de estagnação nos dois partidos, não obstante uma pequena variação dos números nos dois partidos, ou seja, a proporção dos deputados do gênero masculino no partido FRELIMO ascenderam em 6%, isto é, passaram de 40.8% para 46.2%, enquanto na RENAMO, a proporção diminuiu em 0.9% (Tabela 18).

No mandato de 2004, a FRELIMO voltou a registar um ascendente em termos da proporção dos representantes parlamentares do gênero feminino, desta vez, os números subiram até aos 76.2%, enquanto a proporção dos deputados da RENAMO do sexo feminino se situaram em torno dos 23.8%, uma tendência de decréscimo, se se comparar com os números da legislatura anterior.

Em relação à distribuição dos homens pelas duas bancas, neste caso, FRELIMO e RENAMO, pode-se dizer que o partido da oposição perdeu a hegemonia de ser aquele que detêm a maior proporção dos representantes parlamentares do gênero masculino. Perdendo esse espaço para FRELIMO no mandato de 2004, que elegeu 58.5%, contra 41.5% dos deputados da bancada parlamentar da RENAMO, que comparativamente às legislaturas anteriores este partido havia se posicionado em um lugar de hegemonia em relação aos seus opositores da FRELIMO.

Em relação ao mandato de 2014, um dado importante que importa fazer referência, tem a ver com a entrada do terceiro partido político na arena política nacional, neste caso, o

partido Movimento Democrático de Moçambique (MDM), que na legislatura de 2014 conseguiu apenas 16 assentos parlamentares.

Se, em muitos casos, assistiu-se a um fenómeno de flutuação dos dados de uma legislatura para outra, entretanto, a eleição das mulheres pela bancada da RENAMO tem demonstrado uma tendência de decréscimo, ou seja, enquanto na legislatura de 1999 registrou uma subida, em todos os mandatos seguintes a tendência foi sempre de decréscimo, tendo registado na última legislatura 21.8%. Por seu turno, o partido FRELIMO tem mostrado sinais de consolidação dos seus registos em tornos dos 70% da proporção dos representantes parlamentares do sexo feminino. Já o MDM tem seguido a tendência dos partidos da oposição, de serem partidos masculinos, ou seja, os registos do MDM mostram essa tendência, 8.8% de representantes masculinos contra 2.3% das mulheres.

No que diz respeito à proporção de homens, a FRELIMO e a RENAMO assemelham-se, apesar da ligeira vantagem do partido no governo, que registou 47.5% contra 41.8% da RENAMO.

Tabela 18 – Participação dos Parlamentares eleitos em Moçambique, segundo o Partido Político e o Género, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014.

Ano	Partido	Gênero				Total	
		Feminino		Masculin		Nº.	%
		Nº.	%	Nº.	%		
1994	FRELIMO	54	83,10%	73	40,80%	127	52,00%
	RENAMO	10	15,40%	98	54,70%	108	44,30%
	UD	1	1,50%	8	4,50%	9	3,70%
	MDM	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Total	65	100,00%	179	100,00%	244	100,00%
1999	FRELIMO	52	71,20%	80	46,20%	132	53,70%
	RENAMO	21	28,80%	93	53,80%	114	46,30%
	UD	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	MDM	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Total	73	100,00%	173	100,00%	246	100,00%
2004	FRELIMO	64	76,20%	96	58,50%	160	64,50%
	RENAMO	20	23,80%	68	41,50%	88	35,50%
	UD	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	MDM	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	Total	84	100,00%	164	100,00%	248	100,00%
2014	FRELIMO	66	75,90%	76	47,50%	142	57,50%
	RENAMO	19	21,80%	70	43,80%	89	36,00%
	UD	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
	MDM	2	2,30%	14	8,80%	16	6,50%
	Total	87	100,00%	160	100,00%	247	100,00%

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Feito o teste de hipótese da relação entre partidos políticos e gênero, os resultados foram significativos para todos os cruzamentos, ou seja, em 1994 o resultado deu o seguinte: $X^2(2)=34.192$; $P<0,005$, ou seja, $P=0,000$ contudo uma célula de contagem esperada situou-se em $5>2,40$, factor que não é aconselhável em estatística. Nesta perspetiva, rejeita-se a H_0 que diz que não existe associação entre as variáveis partidos políticos e o gênero, confirmando-se desse modo a hipótese alternativa que diz que existe uma associação entre partidos políticos e o gênero.

O cenário foi o mesmo na legislatura de 1999, ou seja, $X^2(1)=12.983$; $P<0,005$, isto é, $P=0,000$. A contagem mínima esperada é 33.83, muito superior que 5 que é o mínimo exigido estatisticamente. Nesta contexto, rejeita-se a H_0 que afirma que não há associação entre partidos políticos e o gênero, desse modo, confirmando-se a hipótese alternativa que diz que existe uma associação entre partidos políticos e o gênero.

Em 2004, feito o teste de Qui-quadrado, o cenário continuou sendo o mesmo que aquele que foi observado em legislaturas, onde $X^2(1)=7.562$; $P=0,006$. Onde a contagem mínima esperada é de 29.81, confirmando-se desse modo a hipótese alternativo que mostra uma associação entre a variação do género com os partidos.

Em 2014, o teste deu resultados positivos em termos da associação entre a variação do género com os partidos. O teste Qui-quadrado mostra que $X^2(2)= 19.015$; $P<0,005$, a contagem mínima esperada situou-se nos 5.64 ou seja $5<5.64$. Deste modo, rejeita-se a H_0 que diz que não existe associação entre as variáveis partidos políticos e o gênero, aceitando-se a hipótese arltrenativa que associa a variação do com os partidos políticos (Quadro 9).

Quadro 8 - Testes Qui-quadrado – Relação entre as variáveis Partido Político e Gênero

Ano	Descrição	Valor	Gl	Significância Assintótica (Bilateral)
1994	Qui-quadrado de Pearson	34.192 ^a	2	,000
	Razão de verossimilhança	36,743	2	,000
	Associação Linear por Linear	30,025	1	,000
	Nº de Casos Válidos	244		
a. 1 células (16.7%) esperava uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 2.40.				
1999	Qui-quadrado de Pearson	12.893 ^b	1	,000
	Correção de continuidade ^b	11,908	1	,001
	Razão de verossimilhança	13,251	1	,000
	Associação Linear por Linear	12,841	1	,000
	Nº de Casos Válidos	246		
a. 0 células (0.0%) esperava uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 33.83. b. Computado apenas para uma tabela 2x2.				
2004	Qui-quadrado de Pearson	7.562 ^a	1	,006
	Correção de continuidade ^b	6,811	1	,009
	Razão de verossimilhança	7,835	1	,005
	Associação Linear por Linear	7,532	1	,006
	Nº de Casos Válidos	248		
a. 0 células (0.0%) esperavam uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 29.81. b. Computado apenas para uma tabela 2x2				
2014	Qui-quadrado de Pearson	19.015 ^a	2	,000
	Razão de verossimilhança	20,009	2	,000
	Associação Linear por Linear	15,035	1	,000
	Nº de Casos Válidos	247		
a. 0 células (0.0%) esperava uma contagem menor que 5. A contagem mínima esperada é 5.64.				

Fonte: Elaboração do Autor.

A primeira constatação é da maior proporção dos homens em relação às mulheres em todas as legislaturas na Assembleia da República em Moçambique. Este registo acompanha aquilo que tem sido apresentado pelos resultados das pesquisas, com destaque para os estudos desenvolvidos pelos seguintes estudiosos: Araújo (2013), Perissinotto e Bolognesi (2010),

Perissinotto e Miríade, (2009). Em todos os resultados apresentados pelos autores aqui mencionados existe uma diferença muito maior entre a proporção dos homens e das mulheres.

A pesquisa foi um pouco além daquilo que as hipóteses pediam, procurando perceber a variação entre os partidos políticos e o género. Os resultados mostram um partido FRELIMO mais acolhedor em relação às mulheres e os partidos da oposição que sempre tiveram pouca abertura com o género feminino. Feito o teste de Qui-quadrado para comprovar a associação entre as duas variáveis, que deu resultado positivo do teste, cenário que autoriza os pesquisadores a falarem com autoridade sobre os resultados da pesquisa.

Outro elemento tem a ver com a questão da variável idade e a hipótese é de que os jovens estão em proporções menores em relação aos homens adultos. De acordo com os estudos aqui referidos (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010; PERISSINOTTO; MIRÍADE,

2009), os homens com mais de 40 anos afetam a taxa do sucesso na eleição dos deputados na Assembleia da República. No caso de Moçambique, verificou-se uma proporção reduzida dos representantes parlamentares com idades compreendidas entre 21-30 e de 60 anos para frente. Ou seja, para estas idades os processos eleitorais foram penalizadores, enquanto os deputados com 41 a 50 foram os mais representados.

Nesta perspectiva, confirma-se para a realidade moçambicana a hipótese que dá conta de uma reduzida participação das mulheres e jovens na arena da representação política em relação aos homens adultos na Assembleia da República.

5.1.3 Dimensão Social

Em relação aos parlamentares advogados e empresários, estudos mostram um decréscimo entre estes profissionais. Contudo, tais profissões continuam a dominar os parlamentos eleitos (MARENCO; SERNA, 2007; MUCINHATO, 2014; PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009). Nesta lista acrescentam-se os engenheiros, médicos e economistas entre as profissões com maior presença nos parlamentos (PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). Pesquisa de Perissinotto e Miríade, (2009) mostra uma tendência de sub-representação dos funcionários públicos, assalariados urbanos, comerciantes, reforçando-se a ideia dos autores, de que na verdade é uma constatação universal: "esses dados reforçam os achados de vários estudos sobre elites políticas. Por exemplo, em geral, esses estudos mostram que quase não há trabalhadores manuais nas elites políticas das democracias ocidentais" (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009, p.305). Apesar de a literatura apontar para direção contrária, para o caso de Moçambique, acredita-se neste trabalho que os professores constituem a profissão da elite entre os deputados da Assembleia da República de Moçambique, por sua vez, os funcionários públicos estão sub-representados.

A profissão ou ocupação, como é denominado no âmbito dos estudos das elites, tem sido "terreno escorregadio" para muitos pesquisadores, sobretudo no momento da categorização de uma multiplicidade de profissões que são apresentadas pelos parlamentares no momento das suas candidaturas.

Neste item do trabalho são apresentados, inicialmente, o comportamento dos dados agregados da variável profissão, na sua trajetória, ao longo das três legislaturas, nomeadamente: 1994, 1999 e 2004.

Desde logo, os "Funcionários Públicos" tomaram dianteira liderando as estatísticas, com quase metade dos deputados, neste caso com 43.4%, neste percurso pode-se falar,

também, da relevância dos professores que ocupam a segunda posição. A presença massiva dos "Funcionários Públicos" pode estar associado ao fato deste conceito agregar uma multiplicidade de ofícios, caso contrário os professores estariam a frente. Como já se fez referência, os professores ocuparam a segunda posição com 17.6%, seguidos por empresários, que também constituem um conjunto agregados de ofícios.

As ocupações como "profissões tradicionais", conceito este que agrega ofícios como advogados, médicos e engenheiros, que em outros contextos ou em pesquisas desenvolvidas em outros continentes como ocidente e América-Latina, foram as mais importantes para explicar o padrão da elites parlamentares, no contexto moçambicano não se destacaram, pois, estiveram longe do topo da tabela classificativa (Tabela 19).

Tabela 19 – Participação absoluta e relativa dos Parlamentares eleitos em Moçambique, segundo a Profissão - 1994, 1999 e 2004.

PROFISSÃO AGREGADA	ANOS					
	1994		1999		2004	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Magistrado	7	2,9	6	2,4	8	3,2
Economista	7	2,9	9	3,7	2	4,0
Professor	43	17,6	68	27,6	82	36,9
Teólogo	1	0,4	-	-	-	-
Político	1	0,4	22	8,9	13	5,2
Militar na Reserva	7	2,9	8	3,3	9	3,6
Comunicação	7	2,9	7	2,8	7	2,8
Contabilidade	13	5,3	7	2,8	5	2,0
Ciências Humanas	5	2,0	5	2,0	-	-
Profissões Tradicionais	11	4,5	8	3,3	2	0,8
Empresários	36	14,8	14	5,7	26	10,4
Funcionário Público	106	43,4	92	37,4	95	38,2
Total	244	100,0	246	100,0	249	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

A comunicação é uma profissão, que é apontado desde Weber (1994), como aquela que tem mais potencial para compor a elite política de um Estado, dada a proximidade que os profissionais desta área têm com o poder político. Contudo, no contexto moçambicano, pelo menos, na legislatura de 1994, esta profissão não conseguiu se afirmar como relevante na composição das elites parlamentares do país (Tabela 19).

Esperava-se, também, maior destaque daqueles que vivem da política, ou seja, os políticos. Contudo, na legislatura de 1994 este não passou de 0,4%. Por último, enquanto no contexto brasileiro os religiosos conseguem formar uma bancada, pela importância que estes assumem na política daquele país, no contexto moçambicano estes não têm espaço, embora falte identificar se eles procuram se eleger ou não, o que não é objetivo desta pesquisa. Nesta

perspectiva, os religiosos ou teólogos, como são designados nesta pesquisas, não foram para além de 0,4% (Tabela 19).

Os dados da legislatura de 1999 revelaram outras tendências, ou seja, apesar de os "Funcionários Públicos" terem-se mantido como ocupação mais frequente na Assembleia da República em Moçambique, com 37.4%, comparando-se com a legislatura anterior, a tendência é de decréscimo, ou seja, este conjunto de ofícios decresceram em 6%. Por seu turno, os professores, que na última legislatura haviam ocupado a segunda posição, continuaram a ocupá-lo, com uma diferença nesta legislatura de terem conquistado mais espaço na arena legislativa do país, um acréscimo de 10%. Ou seja, os professores passaram de 17.6% da legislatura de 1994 para 27.6% em 1999, sendo a profissão que mais cresceu na Assembleia da República (Tabela 19).

Enquanto na legislatura de 1994 os políticos profissionais não tiveram uma ampla representatividade, na legislatura de 1999 cresceram e chegaram aos 8.9%. Por sua vez, os empresários, que na legislatura de 1994 haviam conhecido um registo aceitável comparado a outras profissões, no mandato de 1999, tal como aconteceu com os funcionários públicos, conheceram uma ampla derrota, saindo dos 14.8% em 1994 para 5.7%, em 1999. A mesma tendência foi seguida pelas profissões tradicionais, de 4.5% para 3.3%, no período (Tabela 19).

Outro elemento que merece destaque é o fato de na segunda legislatura democrática muitas profissões terem mostrado uma tendência de decréscimo. Entre essas profissões pode-se apontar: magistrado, que cai 0.5%; teólogos, que no último mandato haviam conseguido 0.4%, em 1999 desapareceram; profissões tradicionais caem 1.2%; funcionários públicos, que caem 6%; empresários que caem, aproximadamente, 10 pontos percentuais (Tabela 19).

No sentido inverso pode-se encontrar profissões como professores, economistas e políticos, na transição destes dois mandatos tiveram saldo positivo (Tabela 19).

Na última legislatura em análise, 2004, manteve-se a tendência de crescimento de professores como uma das profissões mais frequentes na Assembleia da República, com acréscimo de 10 pontos percentuais, como ocorreu na transição das duas últimas legislaturas (17,6%, 27,6% e 36,9%, 1994, 1999 e 2004, respectivamente). Os "Funcionários Públicos" que constituem as profissões dominantes na Assembleia da República voltaram a conhecer um discreto crescimento de menos de um por cento. Outra profissão que voltou a conhecer um incremento é dos empresários, que passou de 5,7%, em 1999, para 10,4% em 2004.

No sentido inverso, enquanto na legislatura de 1999 observou-se o desaparecimento de parlamentares teólogos, no mandato de 2004 foi a vez de parlamentares com profissão ligada

às ciências humanas, que desaparecerem no parlamento moçambicano. Os políticos também foram penalizados neste mandato, pois, depois de um crescimento na legislatura de 1999, no mandato seguinte voltaram a cair, saindo de 8.9% em 1999, para 5.2% em 2004.

Na Tabela 20, a seguir, encontram-se os dados agregados referentes à profissão dos deputados eleitos para as três legislaturas em análise: 1994; 1999 e 2004.

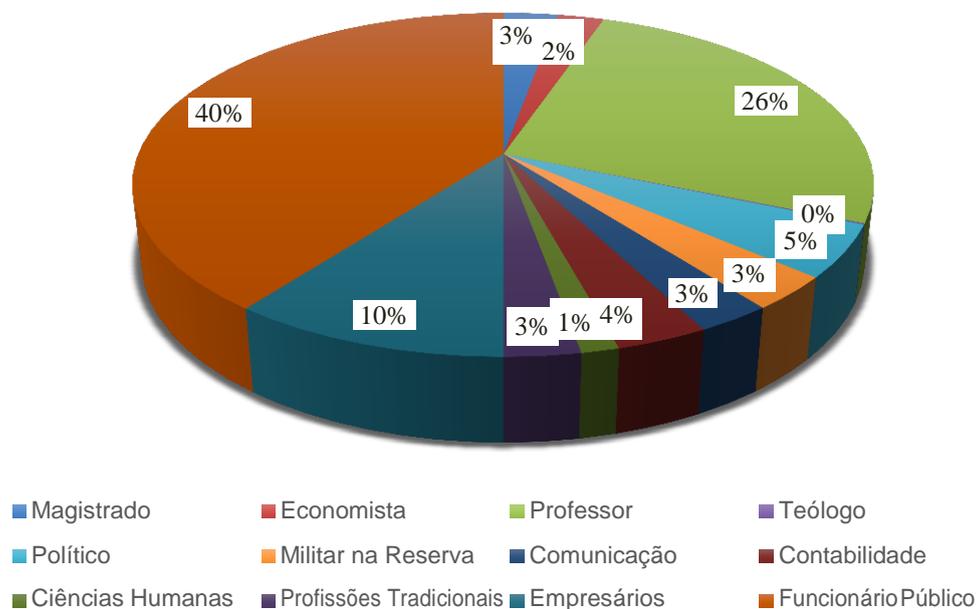
Tabela 20 – Participação Absoluta e Relativa dos Deputados Eleitos, segundo a Profissão, nas três legislaturas - 1994, 1999 e 2004.

PROFISSÃO	Participação	
	Abs.	%
Magistrado	21	2,8
Economista	18	2,4
Professor	193	26,1
Teólogo	01	0,1
Político	36	4,9
Militar na Reserva	24	3,2
Comunicação	21	2,8
Contabilidade	25	3,4
Ciências Humanas	10	1,4
Profissões Tradicionais	21	2,8
Empresários	76	10,3
Funcionário Público	293	39,6
Total	739	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Os funcionários públicos, categoria que inclui uma multiplicidade de ofícios, representa a profissão mais frequente entre os legisladores (39.6%), seguida dos professores com participação de 26%. A terceira ocupação mais frequente na Assembleia da República é a dos empresários, que participa com 10.3% das vagas (Gráfico 5).

Gráfico 5. Participação Relativa dos Deputados Eleitos, segundo a Profissão, nas três legislaturas - 1994, 1999 e 2004.



Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

A realidade moçambicana caminha na contra-mão em relação aquilo que tem sido apontado pelas pesquisas, em nível internacional. As três profissões dominantes no contexto moçambicano são sub-representadas no contexto internacional, sobretudo nos países do primeiro mundo. Em sentido contrário, as profissões tradicionais ou liberais que inclui os advogado, médicos e engenheiros, que no contexto do primeiro mundo são as mais dominantes, em Moçambique encontram-se sub-representados, com apenas 2.8%. Encontram-se, também, sub-representados as profissões como economista (2.4%), profissional em comunicação (2.8%), político profissional (4.9%), Militar na Reserva (3.2%), conforme (Tabela 20).

As ilações que podem ser feitas com base nos dados é que as elites parlamentares moçambicanos são de profissões modestas, se comparadas com as elites políticas dos países desenvolvidos. As ditas profissões tradicionais, ou liberais, a exemplo dos advogados, médicos e engenheiros, têm sido apontadas como sendo as mais representativas entre os parlamentares, nos diversos países do mundo, enquanto as menos representadas são as de funcionários públicos, assalariados urbanos e comerciantes, conforme os estudos desenvolvidos por Marenco e Serna (2007), Mucinhato (2014), Perissinotto e Miríade (2009) e Rodrigues (2009).

Entretanto, a pesar de as pesquisas indicarem uma maior representatividade das profissões tradicionais e uma reduzida participação das “profissões subalternas”, no contexto Moçambicano a situação foi oposta: as profissões tradicionais, que constituem profissões da elite, ao nível global, em Maputo, por exemplo, são as profissões que estão entre as menos representadas no parlamento; por sua vez, aquelas que são apontadas como subalternas, como os funcionários públicos, são maioria no contexto de Maputo. Entre aquelas profissões hegemônicas encontramos, também, os professores, que partilham essa visibilidade com os funcionários públicos. Caso não fossem desagregados os dados, os professores seriam a profissão majoritária na Assembleia da República.

Nesta perspectiva confirma-se, em parte, a hipótese que diz que os professores constituem a profissão da elite entre os deputados da Assembleia da República de Moçambique. Por sua vez, rejeita-se a hipótese que diz que profissões como funcionários públicos estão sub-representadas, pois no contexto moçambicano vê-se uma maior visibilidade dos funcionários públicos e professores e menos dos advogados, médicos e engenheiros.

Outro elemento que foi de interesse nesta pesquisa foi a necessidade mostrar quais as profissões predominantes nos partidos políticos. Para Marengo e Serna (2007, p.96) mostram que os partidos de direita tendencialmente recrutam "nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agroindustrial e comércio". Por seu turno, os partidos de esquerda, tendem a recrutar na classe média e na classe dos trabalhadores e, por último, os partidos mais ao centro apresentam um modelo de recrutamento mais pluralista. Em relação ao contexto moçambicano figura-se muito difícil, pelo menos até aqui, identificar os partidos segundo os seus marcos ideológicos, daí que apesar da hipótese não se sustentar na literatura, acredita-se que o partido FRELIMO tendencialmente recruta na função pública, enquanto que os partidos da oposição recrutam entre os professores com nível superior de escolaridade.

Neste item analisa-se a relação entre as variáveis ‘profissão’, em dados agregados, e a sua relação com os ‘partidos políticos’. No mandato de 1994, observou-se uma pluralização de perfis na bancada da FRELIMO, visto que todas as profissões estiveram ali representadas, embora algumas profissões mais representadas que outras. O destaque vai para os funcionários públicos, professores e empresários que estiveram mais representados em relação às outras profissões.

Entretanto, se as profissões estiveram uma distribuição pluralista no partido do poder, nos partidos da oposição, em particular na RENAMO, observou-se uma concentração em

torno dos funcionários públicos com uma presença de 21.3%, seguido dos professores, com 9.4% e por último os empresários, que tiveram uma presença de 8.6%.

Há um aspecto muito interessante entre os partidos da oposição, que diz respeito ao fato de não ter sido registrado nenhum deputado entre as seguintes profissões: teólogo, político, militar na reserva, comunicação, ciências humanas e economista (Tabela 21)

Tabela 21: Deputados eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 1994

PROFISSÃO AGREGADA	PARTIDOS POLÍTICOS							
	FRELIMO		RENAMO		UD		TOTAL	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Magistrado	6	2.5	1	0.4	0	0.0	7	2.9
Economista	7	2.9	0	0.0	0	0.0	7	2.9
Professor	18	7.4	23	9.4	2	0.8	43	17.6
Teólogo	1	0.4	0	0.0	0	0.0	1	0.4
Político	1	0.4	0	0.0	0	0.0	1	0.4
Militar Na Reserva	7	2.9	0	0.0	0	0.0	7	2.9
Comunicação	7	2.9	0	0.0	0	0.0	7	2.9
Contabilidade	7	2.9	5	2.0	1	0.4	13	5.3
Ciências Humanas	5	2.0	0	0.0	0	0.0	5	2.0
Profissões Tradicionais	4	1.6	6	2.5	1	0.4	11	4.5
Empresários	12	5.4	21	8.6	3	1.2	36	14.8
Funcionário Público	52	21.3	52	21.3	2	0.8	106	43.4
TOTAL	127	52.0	108	44.3	9	3.7	244	100

Fonte: Assembléia da República (AR), Elaboração do autor.

Na legislatura de 1999 observam-se mudanças, quando a RENAMO procurou ser mais pluralista. Ou seja, a legislatura de 1999, seguiu aquilo que é a hipótese da pesquisa, é verdade que, não havia como validar a hipótese que diz que RENAMO é majoritariamente formado pelos professores de ensino superior, pois, pessoal do ensino superior foi dos menos representados na Assembleia da República. Contudo, o mandato de 1999 revela uma tendência entre professores, no geral: em 1994, os professores obtiveram o segundo maior registro das profissões intra-partido, sendo que a RENAMO esteve à frente do partido FRELIMO, no que diz respeito à percentagem dos representantes políticos que tinham o seu ofício como professor, antes da sua eleição para esta nova função. Nas eleições de 1999, a RENAMO veio consolidar essa tendência dentro e fora do partido, ou seja, dentro do partido a RENAMO assumiu essa posição de ser partido dos professores: os professores (15.4%) destronaram os funcionários públicos (14.6%), conforme Tabelas 20 e 21.

Por seu turno, o partido FRELIMO, em 1999, seguiu a trajetória da hipótese levantada para esta pesquisa, que dá conta de que este partido recruta na função pública. Aliás, dentro do partido essa tendência já vinha ocorrendo desde a legislatura passada, na medida em que os deputados vindos da função pública lideravam os registros dentro do partido, com 21.3%,

contra 7.4 % registro conseguido pelos professores. Entretanto, foi em 1999 que a FRELIMO superou o partido da oposição, que no mandato anterior haviam conseguido os mesmos registos (Tabela 22).

Tabela 22: Deputados Eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 1999

PROFISSÃO AGREGADA	PARTIDOS POLÍTICOS					
	FRELIMO		RENAMO		TOTAL	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Magistrado	6	2.4	0	0.0	6	2.4
Economista	6	2.4	3	1.2	9	3.7
Professor	30	12.2	38	15.4	68	27.6
Teólogo	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Político	7	2.8	15	6.1	22	8.9
Militar Na Reserva	8	3.2	0	0.0	8	3.2
Comunicação	7	2.8	0	0.0	7	2.8
Contabilidade	4	1.6	3	1.2	7	2.8
Ciências Humanas	4	1.6	1	0.4	5	2.0
Profissões Tradicionais	0	0.0	8	3.2	8	3.2
Empresários	4	1.6	10	4.1	14	5.7
Funcionário Público	56	22.8	36	14.6	92	37.4
Total	132	53.7	114	58.5	246	100

Fonte: Assembléia da República (AR), Elaboração do autor.

A última legislatura mostra uma tendência de consolidação da ideia de que a FRELIMO recruta os seus deputados entre os funcionários públicos. Ou seja, o histórico da FRELIMO foi caracterizado pelo crescimento dos funcionários públicos ao longo das legislaturas pesquisadas, 21.3% em 1994, 22.8% em 1999 e finalmente 24.6, em 2004. Entretanto, apesar de ainda ser notória a pluralidade de profissões dentro da bancada da FRELIMO, gradualmente vai-se notando a concentração em alguns polos, como é o caso dos funcionários públicos e professores. No que concerne ao partido RENAMO os dados não evidenciaram uma tendência de hegemonia dos professores naquela banca. Ou seja, neste quesito o perfil dos deputados da RENAMO se concentra entre funcionários públicos e os professores (Tabela 23).

Ainda na fase inicial do estudo, acreditava-se que o cenário político moçambicano dificilmente podia estar alinhado com a literatura internacional, especialmente quanto ao perfil dos deputados eleitos, conforme os pressupostos colocados por Marengo e Serna (2007, p.96). Para estes autores os partidos da direita tendencialmente recrutam "nas profissões universitárias liberais, nas categorias de propriedade e controle de empresas e nas categorias de produção agro-industrial e comércio", por seu turno os partidos da esquerda tem a tendência de recrutar na classe média e na classe dos trabalhadores, e por último, os partidos mais ao centro apresentam um modelo de recrutamento mais pluralista. Em Moçambique

ainda não existem estudos que detalham a categorização ideológica dos partidos de ‘esquerda’, ‘centro’ e ‘direita’, usada por Marengo e Serna (2007) quando associam ao perfil dos deputados. A hipótese assumida neste trabalho foi de categorizar em função da realidade moçambicana, sem se deslocar muito da literatura, ou seja, por hipótese entendeu-se que a FRELIMO recrutava os funcionários públicos e a RENAMO os professores. Entretanto, os resultados concordam com a hipótese no que diz respeito à ideia que aponta que a FRELIMO recruta entre os funcionários público, contudo, não se confirma a ideia que de a RENAMO é representado maioritariamente pelos professores.

Tabela 23: Deputados Eleitos segundo a Profissão Agregada e os Partidos Políticos, em 2004

PROFISSÃO AGREGADA	PARTIDOS POLÍTICOS					
	FRELIMO		RENAMO		TOTAL	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Magistrado	6	2.4	2	0.8	8	3.2
Economista	1	0.4	1	0.4	2	0.8
Professor	48	19.4	33	13.3	81	32.7
Teólogo	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Político	13	5.2	0	0.0	13	5.2
Militar Na Reserva	9	3.6	0	0.0	9	3.6
Comunicação	6	2.4	1	0.4	7	2.8
Contabilidade	3	1.2	2	0.8	5	2.0
Ciências Humanas	0	0.0	0	0.0	0	0.0
Profissões Tradicionais	1	0.4	1	0.4	2	0.8
Empresários	12	4.8	14	5.6	26	10.5
Funcionário Público	61	24.6	34	13.7	95	38.3
TOTAL	160	71.2	88	35.5	248	100

Fonte: Assembléia da República (AR), Elaboração do autor.

5.1.4 Dimensão Política

Estudos sobre as elites parlamentares mostram que a variável "político profissional" é a que confere maior importância na explicação da eleição das elites parlamentares (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009; PERISSINOTTO; BOLOGNESI, 2010). A expectativa era de que haja maior presença de políticos profissionais em detrimento de políticos ocasionais no parlamento moçambicano.

Em muitos estudos desenvolvidos no contexto brasileiro esta variável afeta as chances de eleição, ou seja, tem um peso significativo na explicação do padrão de perfil dos deputados, bem como de processos de recrutamento de representantes políticos. Por essa razão neste estudo prestou-se muita atenção a esta variável para perceber o contexto

moçambicano, não na sua vertente de recrutamento, contudo em uma perspectiva maior presença ou não dos deputados ou não.

Importa referenciar que o conceito “político profissional”, é usado para definir a condição do deputado que antes da sua eleição à função parlamentar desenvolvia atividade remunerada no âmbito da política governamental. Por extensão, o conceito engloba funções como antigos ministros do executivo, governadores provinciais (estaduais), administradores, presidentes dos conselhos municipais, secretários dos partidos políticos e deputados.

Em relação aos dados referentes a esta variável, na primeira legislatura da era democrática 91% dos eleitos não eram políticos profissionais, restando apenas 9% que já eram políticos profissionais. Recorda-se que no tempo pretérito às eleições, somente a FRELIMO existia como partido, ou seja, as eleições que deram corpo ao mandato de 1994, aconteceram no período de transição entre o monopartidarismo (FRELIMO) e era multipartidarismo, por hipótese pode estar relacionado com a baixa representatividade dos políticos profissionais.

No entanto, se no primeiro mandato da era democrata os políticos profissionais estiveram menos representados, no mandato de 1999, esta categoria de parlamentares aumentou em 33.3%, contudo, os não políticos profissionais ou políticos ocasionais dominaram novamente a Assembleia da República, ainda que nesta legislatura tenham conhecido um decréscimo. Os políticos ocasionais tiveram 57.7% contra 91% que havia conseguido na primeira legislatura da era democrática.

Na legislatura de 2004, foi um mandato de estagnação para as duas categorias de representantes parlamentares. Já que as variações das duas categorias têm uma relação inversamente proporcional, ou seja, quando as estatísticas de uma das categorias sobem ou descem, as da outra categoria tendem a mover-se no sentido contrário. Nesta perspectiva, ainda que houvesse subida para os políticos profissionais e uma ligeira descida dos políticos ocasionais, contudo os políticos ocasionais dominaram os corredores da Assembleia da República.

Na globalidade, a Assembleia da República é espaço dos políticos ocasionais, ou seja, o conjunto das três legislativas pesquisadas neste trabalho, os políticos ocasionais representam 68.2% das cadeiras na Assembleia da República, por sua vez, os políticos profissionais representam nada mais que 31.8% dos representantes parlamentares na Assembleia da República (Tabela 24).

Tabela 24. Participação dos Deputados Eleitos quanto à Condição Político Profissional

Políticos Profissionais	LEGISLATURAS							
	1994		1999		2004		Total	
	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%	Nº Abs.	%
Sim	22	9,0	104	42,3	109	43,8	235	31,8
Não	222	91,0	142	57,7	140	56,2	504	68,2
Total	244	100,0	246	100,0	249	100,0	739	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Estudiosos do tema, sobretudo Perissinotto e Miríade (2009), Perissinotto e Bolognesi (2010), têm insistido em mostrar o papel impactante do político profissional na explicação do processo seletivo das elites parlamentares. Neste trabalho procurou-se perceber a proporção entre dos políticos profissionais e os profissionais ocasionais. O que se pode dizer é que os políticos ocasionais estão em proporções maiores em relação aos políticos profissionais, embora seja verdade que os políticos profissionais estão gradualmente recuperando o terreno, ficando nula a hipótese da pesquisa que a ponta para maior presença dos profissionais políticos no parlamento moçambicano.

5.2 RELAÇÃO ENTRE O PERFIL SOCIAL DOS DEPUTADOS ELEITOS E O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DAS PROVÍNCIAS

A literatura mostra que "as chances de as mulheres serem eleitas em Estados com menor IDH tendem a ser bem mais elevadas" (C. ARAÚJO; JOSÉ ALVES, 2007, p. 555). A hipótese deste trabalho é que quanto maior o IDH das Províncias, menor a participação das mulheres nas eleições, ou seja, menor a taxa de mulheres eleitas a deputadas.

Neste item do estudo procurou-se cruzar as variáveis 'Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)' com as variáveis 'Partido Político' e 'Gênero Feminino' com o objetivo de identificar alguma influência do IDH na representatividade dos partidos políticos e o gênero feminino. Importa, antes de entrar na interpretação dos dados, fazer referência ao fato de que no modelo de classificação de IDH dos países, desenvolvido pela PNUD, as províncias moçambicanas ocupam as posições mais baixas, nomeadamente: Médio (0,600 – 0,699); Baixo (0,500 – 0,599); Muito Baixo (0,000 – 0,499). Nesta perspectiva, para efeito deste

estudo excluiu-se as categorias Muito Alto (0,800 – 1,000) e Alto (0,700 – 0,799), por não serem adequadas para a realidade moçambicana.

Na primeira legislatura da era democrática, 1994, o que os dados mostram é que nenhum partido elegeu um representante parlamentar em uma Província com IDH do nível médio. Este fato encontra a explicação no fato de que naquele ano não existia uma província com o nível médio de acordo com a classificação da PNUD, ou seja, Maputo Província, com 0.480 de IDH e a Cidade de Maputo, com 0.568 de IDH, são as unidades territoriais que estiveram mais próximas do nível médio.

Nas unidades territoriais com IDH baixo a FRELIMO conseguiu eleger 15.7% dos deputados e a RENAMO apenas 0.9%. Os três partidos elegeram mais deputados nos IDH de nível mais baixo, ou seja, UD elegeu todos os seus deputados em unidades territoriais mais baixas em termos de IDH; por sua vez a RENAMO elegeu 99.1% dos seus deputados em unidades territoriais mais baixas. Em 1999, o cenário manteve-se com uma pequena subida do partido FRELIMO para 21%, assim como para a RENAMO que subiu em para 2.6%, contudo é nas unidades territoriais mais baixas que os dois partidos elegem mais deputados: 78.8% para FRELIMO e 97.4% para a RENAMO.

No mandato de 2004, surgiram algumas unidades territoriais com o IDH do nível médio: Maputo Província, com 0.551 e Cidade de Maputo, com 0.604. Por essa razão, na legislatura de 2004, a FRELIMO elegeu 10.7% os seus deputados nessas unidades territoriais e a RENAMO elegeu apenas 3.4% dos seus deputados; no nível baixo apenas a FRELIMO elegeu 5.7% dos seus deputados e a RENAMO não conseguiu um deputado sequer. Em unidades territoriais de níveis muito baixos, a RENAMO continuou com os níveis mais elevados, com 96.6% dos seus representantes eleitos naquelas unidades, neste caso, as unidades mais baixas em termos do IDH. A FRELIMO também elegeu larga maioria dos deputados em unidades territoriais mais baixas, neste caso com 83.6% (Tabela 25).

Tabela 25. Total de Parlamentares Eleitos de Moçambique, segundo o Partido Político e a Classificação do IDH das Províncias onde foram eleitos, em 1994, 1999, 2004 e 2014.

ANO	PARTIDO POLÍTICO	CLASSIFICAÇÃO DO IDH						TOTAL	
		MÉDIO		BAIXO		MUITO BAIXO			
		Abs	%	Abs	%	Abs	%	Abs	%
1994	FRELIMO	0	0,0%	20	15,7%	107	84,3%	127	100,0
	RENAMO	0	0,0%	1	0,9%	107	99,1%	108	100,0
	UD	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%	9	100,0
	Total	0	0,0%	21	8,6%	223	91,4%	244	100,0
1999	FRELIMO	0	0,0%	28	21,2%	104	78,8%	132	100,0
	RENAMO	0	0,0%	3	2,6%	111	97,4%	114	100,0
	UD	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	0	0,0%	31	12,6%	215	87,4%	246	100,0
2004	FRELIMO	17	10,7%	9	5,7%	133	83,6%	159	100,0
	RENAMO	3	3,4%	0	0,0%	85	96,6%	88	100,0
	UD	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total	20	8,1%	9	3,6%	218	88,3%	247	100,0
2014	FRELIMO	11	7,7%	24	16,9%	107	75,4%	142	100,0
	RENAMO	3	3,4%	5	5,6%	81	91,0%	89	100,0
	MDM	2	12,5%	2	12,5%	12	75,0%	16	100,0
	Total	16	6,5%	31	12,6%	200	81,0%	247	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Na legislatura de 2014, o MDM, que era o partido novo, conseguiu eleger 12.5% dos seus representantes em unidades territoriais com maiores IDH, ou seja, tanto na categoria de nível médio, tanto na categoria do nível baixo o Movimento Democrático de Moçambique conseguiu colocar 12.5% dos seus representantes, coisa que mesmo a RENAMO, nunca conseguiu se afirmar em províncias com maiores índices de desenvolvimento humano. Em 2014, a FRELIMO foi um dos partidos que conseguiu colocar os seus representantes em unidades territoriais grandes, onde teve um registro de 7.7%. A RENAMO colocou penas 3.4% dos seus deputados em unidades territoriais de maior IDH.

Nas unidades territoriais com IDH muito baixo a RENAMO elegeu mais deputados (91% do total) e, por sua vez, a FRELIMO e o MDM colocaram nessas unidades igual número de representantes parlamentares (75% cada).

Analisando o mesmo fenômeno a partir de dados agregados para as 4 legislaturas em estudo, pode-se afirmar que, ainda que todos os partidos tenham grande parte dos seus representantes eleitos em unidades territoriais com IDH mais baixos, a UD e a RENAMO com 100% e 96%, respectivamente, são partidos que mais se destacam nas unidades

territoriais com IDH mais baixo. A FRELIMO, seguido do MDM, são mais representativos nas unidades territoriais com IDH baixo: 14.5% e 12.5%, respectivamente. Por último nas unidades territoriais com IDH do nível médio o MDM com 12.5%, seguido da FRELIMO com 5%, são os partidos que mais se destacam nesta categoria.

Não se encontrou um trabalho que busca discutir a relação do IDH das Províncias e o desempenho dos partidos no contexto da eleição dos deputados. Contudo, existe um estudo muito próximo desenvolvido pela Clara Araújo e José Alves (2007) que mostra que as mulheres têm maior probabilidade de serem eleitas em unidades territoriais com menor IDH. Por seu turno, estudos desenvolvidos por Perissinotto e Miríade (2009) e por Perissinotto e Bolognesi (2010) mostram que ser homem aumenta a chance de sucesso eleitoral. Tal como as mulheres, que na política estão em uma situação de desvantagens em relação aos homens e, que por conta dessa desvantagem, estas só se elegem em unidades territoriais com menor IDH, o mesmo cenário se verifica na competição política em Moçambique.

A RENAMO, que sempre esteve em desvantagem em relação à FRELIMO, que é o partido no poder, este partido da oposição tem a maioria dos seus representantes parlamentares eleitos nas unidades territoriais com menor IDH. A mesma lógica se aplica à situação do poderio do gênero masculino nos processos de representação política, onde o fato de ser homem já é uma vantagem na competição política, a FRELIMO em Moçambique detém essa hegemonia. Vê-se, com esta pesquisa, a notória dispersão dos representantes parlamentares da FRELIMO em unidades territoriais, independentemente da variação do IDH, embora a maioria dos seus deputados tenha sido eleito em unidades territoriais de menor IDH. Os dados mostram, essencialmente, é que quanto mais crescem os índices de desenvolvimento humano, escassas são as possibilidades de a RENAMO eleger um deputado. No caso da FRELIMO, por se tratar do partido no poder, a possibilidade de eleger é maior em todas as unidades territoriais, independentemente da magnitude do IDH.

Entretanto, há um caso desviante na realidade moçambicana, evidenciado pelos dados da pesquisa: o caso chama-se MDM, que é um partido de menor expressão política no contexto da competição política no país. Este partido emergiu em 2009, conseguindo eleger oito deputados e nas eleições seguintes conseguiu eleger 17. Este partido, apesar de ter menor expressão, conseguiu eleger os representantes parlamentares em todas as unidades territoriais, independentemente do nível do IDH, contrariando as previsões teóricas (Tabela 26).

Tabela 26. Total de Parlamentares Eleitos de Moçambique, segundo o Partido Político e a Classificação do IDH das Províncias onde foram eleitos, em 1994, 1999, 2004 e 2014.

PARTIDO	CLASSIFICAÇÃO DO IDH							
	MÉDIO		BAIXO		MUITO BAIXO		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
FRELIMO	28	5,0%	81	14,5%	451	80,5%	560	100,00
RENAMO	6	1,5%	9	2,3%	384	96,2%	399	100,00
UD	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%	9	100,00
MDM	2	12,5%	2	12,5%	12	75,0%	16	100,00
TOTAL	36		92		856		984	
%	3,66		9,35		86,99		100,00	

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Nota: A classificação do IDH é feita pelo PNUD (Muito Alto = 0,800 – 1,000; Alto = 0,700 – 0,799; Médio = 0,600 – 0,699; Baixo = 0,500 – 0,599; Muito Baixo = 0,000 – 0,499).

O teste Qui-quadrado mostra que $X^2(6)=56,769$; $P<0,005$, ou seja, $P=0,000$. A contagem mínima esperada situou-se nos 33. Nessa perspectiva, rejeita-se a H_0 que diz que não existe associação entre as variáveis partidos políticos e IDH, aceitando-se a hipótese alternativa que mostra uma associação na variação do IDH com os partidos políticos (Quadro 9).

Quadro 9. Testes Qui-quadrado – Relação entre as variáveis ‘Partidos Políticos e o IDH’

Descrição	Value	Df	Asymptotic Significance (2-sided)
Pearson Chi-Square	56,769a	6	,000
Likelihood Ratio	64,983	6	,000
Linear-by-Linear Association	19,436	1	,000

Fonte: Elaboração do Autor.

Nota: a. 4 cells (33,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is 33.

5.3 INFLUÊNCIA DA MAGNITUDE ELEITORAL NO PERFIL DOS DEPUTADOS ELEITOS EM CADA UMA DAS LEGISLATURAS REFERIDAS.

Quanto à variável Magnitude Eleitoral, o estudo de C. Araújo e José Alves, (2007, p. 568) mostra que são nos distritos pequenos e com menor número de vagas em disputa que as mulheres tendem a ser mais bem sucedidas, em termos eleitorais. Por sua vez, Nicolau (1995) mostra no seu trabalho que quanto maior magnitude de distrito eleitoral, maior a possibilidade dos pequenos partidos conseguirem assentos no congresso. Neste trabalho a hipótese é de que quanto mais cresce a magnitude do distrito eleitoral mais cresce a participação da eleição das mulheres.

Para identificar a associação entre a magnitude eleitoral e a eleição das mulheres recorreu-se à técnica de correlação. Em uma primeira fase, cruzou-se a variável ‘gênero feminino (variável dependente) com as variáveis ‘magnitude do distrito eleitoral’, ‘IDH’ e ‘PIB por capita’ (variáveis independentes) para perceber a correlação entre as variáveis.

Nesta perspectiva, a ideia foi tentar rejeitar a hipótese nula de que não existe relação entre a variável dependente eleição da mulher e as variáveis independentes. Feito o cruzamento rejeitou-se a hipótese nula, que nega associação entre a eleição das mulheres e as variáveis independentes, confirmando-se assim a hipótese alternativa que diz que existe uma correlação entre as variáveis em estudo neste capítulo.

Nesta perspectiva, a eleição das mulheres tem uma correlação forte com a magnitude eleitoral estimado em 0,872155, ou seja, quando a magnitude eleitoral cresce, aumenta a presença das mulheres eleitas no parlamento moçambicano. Por sua vez, a eleição das mulheres tem uma correlação fraca e negativa com as variáveis IDH (-37122) e o PIB bruto (-26752), ou seja, quando baixam os índices das variáveis independentes, aumenta a presença das mulheres eleitas. Os resultados do modelo autorizam o pesquisador a procurar a força da associação entre eleição das mulheres com a magnitude eleitoral, que no caso de teste de correlação deu uma associação forte e positiva. O mesmo não acontece com as outras combinações, eleição das mulheres com o IDH e o PIB bruto, pois os resultados destes cruzamentos foram negativos (Quadro 10).

Quadro 10. Correlação Linear Múltipla das Variáveis: Gênero feminino e Magnitude Eleitoral; Índice do Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto.

Magnitude Eleitoral				
	<i>Magnitude_Eleitoral</i>	<i>IDH</i>	<i>PIB</i>	<i>Taxa_Sucesso</i>
Magnitude_Eleitoral	1			
IDH	-0,37122	1		
PIB	-0,26752	0,86664	1	
<i>Taxa_Sucesso</i>	0,872155***	-0,28848	-0,25003	1

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Sendo positivo o resultado do teste entre eleição das mulheres e a magnitude eleitoral, o passo seguinte foi tentar encontrar a intensidade dessa correlação e para isso fez-se uso da técnica de regressão linear múltipla.

Ao analisar os dados evidencia-se a existência de uma correlação significativa entre eleição das mulheres e magnitude eleitoral, primeiro porque $P=0,014 < 0,5$; segundo porque 1 está excluído dentro de intervalo de confiança, que parte de 0,021715 a 0,175742; terceiro porque $t=2,61$ está muito próximo de 1. Ou seja, pode-se chegar a seguinte conclusão: para cada cadeira conquistada pelas mulheres na competição eleitoral em Moçambique, a magnitude eleitoral contribui em 0,098729.

Entretanto, os resultados do teste de regressão encontrados para as outras duas variáveis (IDH e PIB) não foram significativos, ainda que os seus intervalos de confiança não incluam o 1. Ou seja, $-0,16101/0,085163$ para o caso de IDH; e $-0,4231/0,040066$ para o caso do PIB, contudo, o $P < 0,534$ no caso do IDH e caso do PIB $0,102 > P=0,5$ (Quadro 11).

Quadro 11. Regressão Linear Múltipla em dados de painel cruzando as variáveis: gênero feminino e magnitude do distrito eleitoral, Índice do Desenvolvimento Humano e Produto Interno Bruto.

Tx_Suc	Regressão Linear Múltipla					
	Coef.	Std. Err.	T	P>t	95% Conf.	Intervalo
Lmang	0,098729	0,037761	2,61	0,014	0,021715	0,175742
IDH	-0,03792	0,06035	-0,63	0,534	-0,16101	0,085163
_cons	-0,19152	0,113548	-1,69	0,102	-0,4231	0,040066

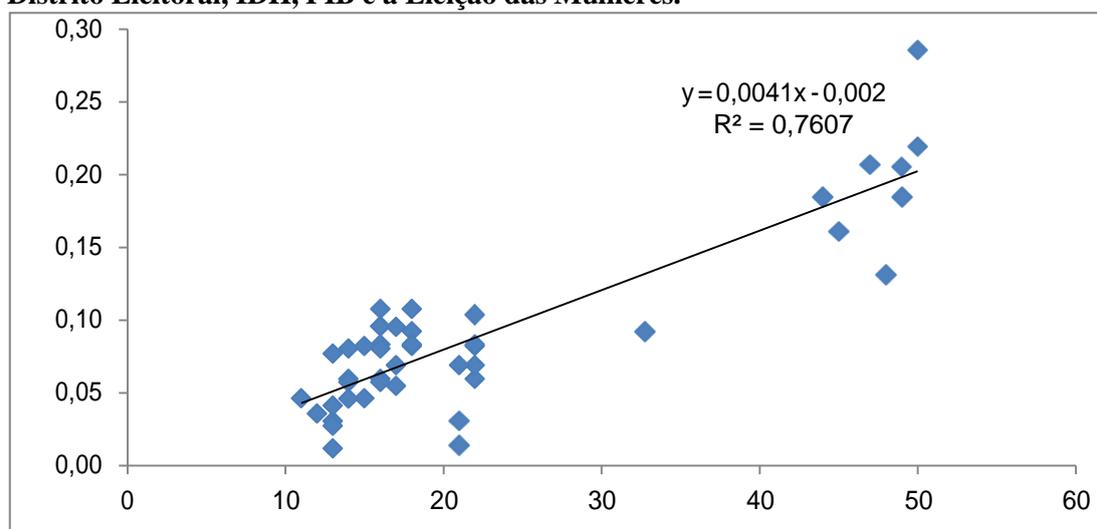
Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

Outro fator relevante tem a ver com a força da associação. Para este caso em análise, feito o teste de coeficiente de determinação, ou seja, o r^2 foi possível notar que o conjunto das três variáveis independentes: magnitude do distrito eleitoral; índice de desenvolvimento humano e PIB por capita, explicam a eleição das mulheres em 0,7607, ou seja, 76%. Os restantes 30% são explicados por variáveis desconhecidos, variáveis que não foram consideradas para esta pesquisa (Gráfico 6).

Deste modo, pode se dizer que é válida a hipótese que mostra haver uma tendência de maior presença das mulheres em distritos eleitorais de maior magnitude. Ou seja, quanto mais

crece a magnitude do distrito eleitoral, também cresce a probabilidade das mulheres se elegerem a deputado da Assembleia da República no contexto moçambicano.

Gráfico 6: Resultado do Teste de Coeficiente de Determinação da Correlação entre Magnitude de Distrito Eleitoral, IDH, PIB e a Eleição das Mulheres.



Fonte: Elaboração do autor.

Os resultados encontrados vão ao encontro daquilo que já tinha sido constatado por Nicolau (1995) quando mostra que em distritos com magnitude maior não existe a possibilidade de efeito mecânico de Duverger. Ou seja, não há possibilidades dos pequenos partidos perderem as cadeiras por conta dos derivados do sistema eleitoral, neste caso, o sistema eleitoral de representação proporcional. Isto significa que tanto os hegemônicos, como os não hegemônicos têm possibilidades de se elegerem nestas unidades territoriais. Esta pesquisa vem confirmar que é nessas unidades territoriais que as mulheres, enquanto grupo de não hegemônico, conseguem uma presença significativa.

A pesquisa de Clara Araújo (2007), mostrou uma tendência das mulheres se elegerem em distritos com magnitude eleitoral menor. Nesse estudo a autora mostra que os seus achados contrariam a tendência geral, que é das mulheres se elegerem nos distritos com magnitude eleitoral maior. No contexto moçambicano, os resultados desta pesquisa seguem a tendência geral, ou seja, em moçambique quanto mais cresce a magnitude eleitoral, aumenta a presença do género feminino no parlamento.

Ora, como analisado em parágrafos anteriores, a eleição das mulheres tem uma correlação forte com a magnitude eleitoral, ou seja, quando os índices da magnitude eleitoral sobem, aumenta a participação das mulheres eleitas no parlamento. Entretanto, a intensidade dessa força de correlação varia em função do tempo e espaço. Ou seja, a intensidade da força da correlação das variáveis, verificada em 1994, não é a mesma intensidade que foi

encontrada nos anos subsequentes, ainda que em todos os períodos analisados tivesse sido notória a correlação positiva entre as variáveis. O mesmo exemplo aplica-se à questão do espaço, pois a força de correlação verificada em Maputo é diferente da força observada em Cabo Delgado.

Tentando analisar caso a caso, a ideia que se tem é que 1994 foi o ano que se verificou uma intensidade muito forte na correlação entre a eleição das mulheres e a magnitude do distrito eleitoral. Foi, também, o ano em que se verificou a intensidade mais forte na escala estabelecida nesta pesquisa e as províncias de Maputo, Maputo Cidade e Gaza registaram o grau mais elevado na escala. Ou seja: muito forte em Maputo Província (0,1887795); Maputo Cidade (0,1880276) e província de Gaza (0,1757182). Vê-se que nessas províncias a magnitude do distrito eleitoral contribuiu bastante para a eleição das mulheres (Tabela 27).

Tabela 27. Peso da Magnitude do Distrito Eleitoral na Eleição das Mulheres, nas eleições de 1994 a 2014.

Província	—	<u>Regressão Linear Múltipla</u>			
		1994	1999	2004	2014
Niassa		0,0293424	0,1789803***	0,05306	0,0664735
Cabo Delgado		0,0464089	0,1876497***	0,0654341	0,0727429
Nampula		0,03747	0,1874698***	0,0962925*	0,0510212
Zambezia		0,0517607	0,1829981***	0,0957928*	0,0424112
Tete		0,1441675**	0,1742774***	0,1006956*	0,0419315
Manica		0,1029143*	0,0617504	0,0932143*	0,0409921
Sofala		0,1021148*	0,0798463	0,0794066	0,0683255
Inhambane		0,099996	0,0798263	0,0727429	0,0749492
Gaza		0,1757182***	0,0988567	0,0658539	0,0621361
Maputo Província		0,1887795***	0,0463289	0,0497219	0,0618323
Maputo Cidade		0,1880276***	0,060731	0,0671331	0,060517

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Nota: A classificação do peso da magnitude do distrito eleitoral na eleição das mulheres nas unidades territoriais: *** muito forte; **forte; *fraca.

Em 1994 a província de Tete classificou-se na posição intermediária, recebendo o grau "forte" (0,1441675). Por fim, encontram-se as províncias que embora tenham registrado uma correlação significativa entre a eleição das mulheres e a magnitude do distrito eleitoral, a intensidade dessa correlação foi fraca.

Em 1999, em relação às Províncias que registaram a intensidade de correlação mais forte entre a eleição das mulheres e a magnitude do distrito eleitoral, viu-se que a correlação não só aumentou como observou-se que novas províncias entraram na lista: Niassa (0,1789803), Cabo Delgado (0,1876497), Nampula (0,1874698), Zambezia (0,1829981), Tete (0,1742774). As demais províncias tiveram uma intensidade muito fraca.

Em 2004, a intensidade da correlação baixou muito, se comparado com os dados obtidos em 1994 e 1999, havia se situada no ponto mais elevado na escala desenvolvida para

análise destes dados, na legislatura de 2004 essa intensidade baixou para o nível de uma correlação fraca. A província de Tete liderou as unidades territoriais com correlação mais intensa entre a eleição das mulheres e a magnitude do distrito eleitoral, tendo registado 0,1006956 a intensidade da correlação. Mais perto de Tete estiveram: Nampula (0,0962925); Zambézia (0,0957928) e Manica (0,0932143). As restantes províncias tiveram uma intensidade de correlação muito fraca. Em 2014, foi a legislatura em que registou a intensidade mais baixa, todas as províncias registaram números que demonstram uma baixa intensidade.

7 CONCLUSÕES

Este estudo procurou responder a seguinte questão: qual é o padrão do perfil dos deputados eleitos na arena da Assembleia da República nas legislaturas de 1994, 1999, 2004 e 2014? Importa referir que o trabalho tinha como objetivo geral analisar o perfil das elites parlamentares em Moçambique, especificamente, buscando identificar o perfil dos deputados quanto aos aspectos políticos (político profissional, partidos políticos), demográficos (Gênero; Idade; Escolaridade) e Social (Profissão), verificar a relação entre perfil social dos deputados eleitos e o IDH das Províncias em Moçambique, e por último, identificar a influência da Magnitude Eleitoral no perfil dos deputados eleitos em cada uma das legislaturas referidas.

Moçambique é país multicultural com mais de 41 grupos linguísticos, distribuídos em 11 distritos eleitorais tal como destaca Ngunga (2001). Diante esta perspectiva, entende-se que para que a Assembleia da República seja espaço de agregação das preferências dos mais de 41 grupos étnicos, as cadeiras alocadas aos distritos devem ser ocupadas pelos deputados naturais dessas unidades territoriais. Tal condição criaria a possibilidade de as ideias ou preferências de grupos minoritários ou excluídos fossem canalizadas para a arena decisória. Somente nestas condições a Assembleia da República pode se tornar espelho da sua sociedade, tal como é entendido ou colocado por Pitkin (1967), Philips (2001) e Simoni (2006). No entanto, os dados deste estudo mostram que a Assembleia da República não é espelho da sociedade moçambicana, pois como mostram os resultados da pesquisa uma parte das cadeiras a deputado alocados às províncias não são ocupadas pelos nativos daqueles mesmos locais, fato que diminui a probabilidade da representatividade das preferências dos cidadãos na Assembleia da República. Apesar desta constatação, fazendo se comparação entre deputados nativos e não nativos eleitos na Assembleia da República, notou-se que há evidências de que a Assembleia da República está mais próxima de ser espelho do país, nas províncias do norte do país e à medida que se desloque de norte para o sul essa tendência vai diminuindo.

Por hipótese acreditava-se em uma reduzida participação das mulheres e jovens na arena da representação política, em detrimento de homens adultos. Realizada a pesquisa confirmou-se a supermacia dos homens em relação às mulheres e neste ponto, embora as mulheres representassem a maioria da população muçambicana. Estes resultados estão alinhados com as ideias de Junior, Sergio et al (2016) e P. Araújo (2013) que nas suas pesquisas apontam para o domínio dos homens em relação às mulheres. Os resultados deste estudo são congruentes com os argumentos de C. Araújo e José Alves (2007) que no seu

trabalho intitulado “Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas”, que mostra uma tendência da exclusão da mulher na política. Neste quesito, a FRELIMO mostrou-se mais aberto em relação ao gênero feminino, enquanto que os partidos da oposição privilegiaram sempre os representantes parlamentares do sexo masculino.

No que se refere à idade, foi notória a supremacia dos homens das idades entre 41 e 50 anos de idade, mesmo que a população moçambicana seja majoritariamente constituído pela jovens, contudo, na representação políticas estes são a minoria. Tanto os homens, quanto as mulheres de idades entre 21 e 30 anos e de 60 anos para cima, sempre foram a minoria na Assembleia. Esta constatação da pesquisa realizada em Maputo está alinhada com aquilo que tem sido apresentado por outras pesquisas, com destaque para os estudos de Perissinotto e Bolognesi (2010) e Perissinotto e Miríade (2009) que mostram como os homens começam a afetar a taxa de sucesso com 40 anos de idade, realidade vivenciada em Moçambique. É verdade que a pesquisa não foi desenvolvida no sentido de evidenciar a taxa de sucesso, mas sim descrever a tendência das idades na Assembleia da República.

Outro elemento importante de ser destacado como resultado deste estudo tem a ver com a distribuição da escolaridade entre os parlamentares na Assembleia da República. É verdade que a literatura mostra uma hegemonia do ensino superior em diversos congressos, sobretudo no mundo ocidental. Acreditava-se, desde o início da pesquisa, que em Moçambique destacavam-se os representantes parlamentares que não possuíam ensino superior e esta hipótese foi confirmada. Os resultados encontrados em Moçambique vão de encontro àquilo que tem sido apresentado como resultados de pesquisas, ou seja, marcam uma diferença com os estudos de Araújo e Alves (2007), Perissinotto e Miríade (2009), Junior, Sergio et al (2016) e Mucinhato (2014) que falam de predominância de ensino superior entre os deputados eleitos.

Pesquisas de Marenco Serna (2007), Mucinhato (2014), Perissinotto e Miríade (2009) mostram a hegemonia dos parlamentares advogados, empresários e médicos, ainda que nesses estudos os advogados tenham conhecido um decréscimo. Estudo de Perissinotto e Bolognesi (2010) conclui que os engenheiros, médicos e economistas são profissões com maior taxa de sucesso eleitoral. Em relação à realidade moçambicana, os dados mostraram um cenário diferente onde as ditas profissões tradicionais ou liberais (advogados; médicos e engenheiros) não ocuparam lugar de destaque. Estudo de Perissinotto e Miríade (2009) mostra uma tendência de sub-representação dos funcionários públicos, assalariados urbanos e comerciantes, no contexto moçambicano os funcionários públicos e professores foram as

profissões mais distribuídas entre os parlamentares e as profissões ditas tradicionais foram as menos frequentes no parlamento da República de Moçambique.

O mesmo resultado observado para as categorias ‘profissão’ e ‘escolaridade’, foi encontrado na análise referente à variável ‘político profissional’. Ou seja, enquanto em estudos realizados por Perissinotto os políticos profissionais foram tidos como fator impactante na explicação do padrão de processos eleitoral dos deputados, nesta pesquisa, os políticos ocasionais foram mais dominantes, ainda que os políticos profissionais tenham conhecido um crescimento relativo.

Uma das últimas questões analisadas neste estudo foi a influência da magnitude do distrito eleitoral e do IDH na eleição das mulheres. Feito o cruzamento das variáveis, mediante uso da técnica de regressão linear múltipla observou-se uma correlação entre magnitude do distrito eleitoral e a participação das mulheres. Ou seja, quanto mais cresce a magnitude, cresce também, a possibilidade de participação de uma mulher no parlamento moçambicano. Quanto à relação da participação das mulheres com o IDH das Províncias, não foi evidenciada uma correlação significativa.

Outra relação que o estudo buscou identificar foi do IDH com os resultado eleitoral por partido político. O resultado foi que os partidos menos fortes, neste caso a RENAMO, predominantemente conseguiram eleger os seus membros em unidades territoriais com menor IDH, enquanto a FRELIMO, por ser um partido forte, ainda que eleja a maioria dos seus deputados em províncias com menor IDH, consegue eleger, também, em unidades territoriais com IDH mais elevados.

Por último, pode-se dizer que ser homem, de idade entre 41 a 50 anos, com formação não superior é o padrão do perfil do deputado moçambicano.

REFERÊNCIAS

- ANASTASIA, Fátima; NUNES, Felipe, A Reforma da Representação. In: AVRITZER, Leonardo; ANASTASIA, Fátima (org.). Reforma política no Brasil – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- ARAÚJO, Clara; ALVES, José. Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as cotas. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, no 3, 2007, pp. 535 a 577.
- ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. “Trajetórias políticas e chances eleitorais: Analisando o ‘gênero’ das candidaturas em 2010”. In: *Revista de sociologia e política* V. 21, Nº 46: 69-91 jun. 2013.
- ARAUJO, Paulo. As eleições bicamerais e o perfil dos parlamentares no Congresso Nacional: candidatos eleitos e não eleitos da 52ª legislatura. *Teoria & Pesquisa REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, v. 22, n. 1, p. 1-17, jan./jun. 2013. <http://dx.doi.org/10.4322/tp.2013.006>.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística Aplicada às Ciências Sociais 5ª edição revisada* Editora da UFSC, Florianópolis, 2002.
- BOUENE, Felizardo. *Moçambique: 30 anos de independência*. Centro de Estudos Africanos de Universidade do Porto, nº8, 2005.
- BRAGA, M.; VEIGA, L. F.; MIRÍADE, A., Recrutamento e perfil dos candidatos e eleitos à Câmara dos Deputados nas eleições de 2006. *RBCS*, v.24, p.123-142, 2009.
- BRAGA, Maria do Socorro. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.454-485.
- BRAGANÇA, Aquino; DEPELCHIN, Jacques. Da idealização da FRELIMO à compreensão da HISTÓRIA de Moçambique. *ESTUDOS MOÇAMBICANOS*, {5/6} 1986, 29-52.
- BRITO, et al, *Crônicas de uma Eleição Falhada Moçambique*, Outubro de 2014, Relatório de Investigação nº1, Maputo' 2015. Disponível em: «www.iese.ac.mz/noticias/IESE_RR1». Acesso em: 11 nov. 2015.
- BRITO, Luís, O sistema eleitoral uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luís, et al, *Desafios para Moçambique*, IESE, 2010.
- BROWN, Adam R.; JACOBSON Gary C. , party, performance, and strategic politicians: the dynamics of elections for senator and governor in 2006. Disponível em: <http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/153244000800800403>. Acesso em 15 jun. 2017
- CASTELLS, Manuel, *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERVI, Emerson Urizzi, *Manual de Métodos Quantitativos para iniciantes em ciência política*, volume 1, Curitiba, 2017.
- CHINWEIZU, A África e os países capitalistas, In: *História geral da África, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e ChristopheWondji*. – Brasília : UNESCO, 2010.

CODATO, Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. *OPINIÃO PÚBLICA*, Campinas, vol. 20, nº 3, dezembro, 2014, p. 346-362.

CORADINI, Odaci L., “Categorias sócio-profissionais, titulação escolar e disputas eleitorais” em *Revista de Sociologia e Política*. Vol. 20, núm. 41, pp. 109-22. 2012. doi: <http://>

COSTA, Humero, Debilidade do sistema partidário e crise de representação política no Brasil. Disponível em: "www.uel.br/completos/homero costa". Acesso em: 27 ago. 2017.

DE MELLO, Arnon, Portugal e as colónias da África. Senado Federal em Brasília. 29 abril 1974.

DIAMOND E MORLINO, *Assessing the Quality of Democracy*. The John Hopkins University Press, 2005.dx.doi.org.

DIREITO, Bárbara, políticas coloniais de terras em Moçambique: o caso de Manica e Sofala sob a companhia de Moçambique, 1892-1942. Tese de doutorado na Universidade de Lisboa. 2013.

EDINGER e Searing, *Social Background in Elite Analysis: a Methodological Inquiry*. The American Political Science Review, 61(2): 428-445. 1967.<http://dx.doi.org/10.2307/1953255>.

FÁVERO, Luiz, Dados em painel em contabilidade e finanças: teoria e aplicação, *BBR*, Vitória, v. 10, n. 1, Art. 6, p. 131 - 156, jan.-mar. 2013.

FORQUILHA, Salvador, Reformas de descentralização e redução da pobreza num contexto de estado neo-patrimonial. In: Britos, Luís et al (org.), *Pobreza, desigualdades e vulnerabilidade em Moçambique*, IESE, Maputo, 2010.

FOWLER, Linda; MCCLURE, Robert, *Political Ambition: Who Decides to Run for Congress*. Yale, Yale University Press. 1990.

FRANCISCO, António, *Sociedade Civil em Moçambique: Expectativas e Desafios*, Não há duas sem três? Do bad things come in threes? Apresentação no Centro Cultural da ISPM, Chimoio, 01 de Setembro, 2010, p. 03-05. Disponível em: www.iese.ac.mz/lib/noticias/2010. Acesso em: 15 nov. 2015.

GUIMARÃES; Samuel, Nação, nacionalismo, Estado. *ESTUDOS AVANÇADOS* 22 (62), 2008.

HALL Peter; TAYLOR, Rosemary, as três versões do neo-institucionalismo, *LUA NOVA* Nº 58-2003.

IBRAIMO, Ibraimo, *O direito e fiscalidade: um contributo para o direito fiscal em Moçambique*, Maputo, 2002.

INÁCIO, Mágna, *Conectando deputados, partidos e governo sob o presidencialismo de coalizão no Brasil e no Chile 2010*

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, *vamos todos contar moçambique resultados preliminares, censo 2017 e definitivos de 2007 e 1997*. 2017. Disponível em:

"<http://www.ine.gov.mz/operacoes-estatisticas/censos/censo-2007/censo-2017/mapa-dos-dados-preliminares-2017-2007-e-1997.pdf/view>"

ISAACMAN, Allen; VANSINA, Jan, Iniciativas e resistência africanas na África central, 1880-1914. In: BOAHEN, Albert, HISTÓRIA GERAL DA ÁFRICA • VII África sob dominação colonial, 1880-1935. 2.ed. rev. – Brasília : UNESCO, 2010. 1040 p. ISBN: 978-85-7652-129-7

JUNIOR, Sergio et al. A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? Colomb. int. 87, issn0121-5612, eissn1900-6004 Mayo-agosto 2016, pp. 109-143, doi: <http://dx.doi.org/10.7440/colombiant87.2016.05>.

LEMOS, L.; RANINCHESKI, S., Carreiras políticas no Senado brasileiro: um estudo das composições do Plenário e da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania na década de 90. In: LEMOS, L. (org.), O Senado Federal brasileiro no pós- constituinte. Brasília: Senado Federal, 2008.

LIJPHART, Arend, Modelos de democracia: desempenho e padrões de governos em 36 países. Civilização brasileira, Rio de Janeiro, 2003.

LUNDIN, Iraê Baptista, Eleições Gerais 2004 – Um eleitorado Ausente. In: In: MAZULA, Brazão, Moçambique: ELEIÇÕES GERAIS 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral, Maputo, 2006.

MACAGNO, Lorenzo, fragmentos de uma imaginação nacional* revista brasileira de ciências sociais - vol. 24, nº70, junho/2009.

MACAMO, Inácio, Economia Política de Jornalismo e Possibilidades. In: Dourado, Jacqueline (Orgs.), Economia Política de Jornalismo, Tendências, Perspectiva e Desenvolvimento Regional, 1ª edição, EDUFPI, Teresina- Piauí, 2016.

MACAUHUB, FMI prevê crescimento económico de 8,3% para Moçambique em 2014. Disponível em: «<http://www.macauhup.com.mo/pt/2014/01/17/fmi-preve-crescimento-economico-de-83-para-mocambique-em-2014/>». Acesso em: 01 maio 2015.

MACUANE, José Jaime Liberalização Política e Democratização na África: Uma Análise Qualitativa. Dados vol.43 no.4 Rio de Janeiro 2000. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582000000400003>.

MANIN, Bernard. "As Metamorfoses do Governo Representativo". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 29, pp. 5-34. 1995.

MARQUES, Luís, Modelos Dinâmicos com Dados em Painel: revisão de literatura. Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, Outubro, 2000.

MARTINS, Luís, Dpt. de métodos Quantitativos, ISCTE. EG. Lisboa, 29/09/2006.

MASSINGUE, Nelsa, A eficácia do condicionalismo da ajuda externa: o caso das privatizações em Moçambique, 1990-2000. Disponível: <http://www.iese.ac.mz/lib/nm/Eficacia%20do%20Condicionalismo%20da%20Ajuda.pdf>". Acesso em: 17 Abril 2008.

MENDES, Mata; ANASTASIA, Fátima, Modelos de democracia e percepções das elites parlamentares na América Latina. In: ANASTASIA, Fátima et al (org.), Elites parlamentares na América Latina . ed. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2009.

MIGUEL, João, Políticas de Comunicação em Moçambique e Desafios de "sociedade de Informação". In: BRITTOS, Valério CRUZ (Org.), *Economia Política De Comunicação*, Estratégias e desafios no Capitalismo global, São Leopoldo, 2008.

MINISTÉRIO DE PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Relatório sobre os objectivos de milénio, Moçambique, 2010.

MOISES, Um índice para medir a Força do legislativo. . In: MOISÉS, José Álvaro (org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

MONTEIRO, Lorena et al, Teorias da democracia e a práxis política e social brasileira: limites e possibilidades, Sociologias, Porto Alegre, ano 17, n o 38, jan/abr 2015, p. 156-191,

MUCINHATO, Rafael, Quem são os deputados Brasileiros? Um balanço do perfil biográfico de 1986 a 2012. In: MOISÉS, José Álvaro (org.). O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2014.

NEIVA, Pedro; IZUMI, Maurício; Perfil Profissional e distribuição regional dos senadores brasileiros em dois séculos de história. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 29 N° 84. Fevereiro, 2014.

NGUNGA, Arlindo, Monolingual education in a multilingual setting: the case of Mozambique. *Journal of Multicultural Discourses*, v. 6, n. 2, 177-196, 2011.

NICOLAU, J. Sistemas Eleitorais: uma introdução, Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

NICOLAU, Jairo; SCHMITT, Rogério, sistema eleitoral e sistema partidário. In: sistema partidário brasileiro 1985-1994: um estudo sobre a fragmentação, tese de doutorado de Jairo Marconi Nicolau, iuperj. 1995.

NORRIS, Pippa, Building political parties: Reforming legal regulations and internal rules Report for International IDEA: revised draft @ January 5, 2005.

NORRIS, Pippa, Recruitment. In R. S. Katz e W. Crotty (eds.). *Handbook on political parties*. London: Sage Publications, 2005. p. 89-108.

NUVUNGA, Adriano, Experiências com Partidos Políticos em Novas Democracias. O ‘deixa andar’ no quadro institucional em Moçambique. In: Experiências com partidos políticos em novas democracias CADERNOS ADENAUER VIII (2007), N°3.

O'DONNELL, Daniel, Sobre o estado, a democratização e alguns problemas conceituais uma visão latino-americana com uma rápida olhada em alguns países pós-comunistas. *NOVOS ESTUDOS* N.º 36. Julho, 1993.

PEREIRA, João; SHENGA, Carlos, Mozambique, relatório do país. Fortalecimento da Democracia Parlamentar nos Países da SADC. Instituto Sul-africano para questões internacionais, 2005. ISBN:1-919969-37-3.

PERISSINOTO, Renato e MIRÍADE, Angel, Caminhos para o Parlamento: Candidatos e Eleitos nas Eleições para Deputado Federal em 2006", Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 52, nº2, 2009, pp. 301 a 333.

PERISSINOTTO, Renato, BOLOGNESI, Bruno, Electoral Success and Political Institutionalization in the Federal Deputy Elections in Brazil (1998, 2002 and 2006). Brazilian Political Science Review. Vol. 4, Nº 1, pp. 10-32. 2010.

PERISSINOTTO, Renato; VEIGA, Luciana. Profissionalização política, processo seletivo e recursos partidários: uma análise da percepção dos candidatos do PT, PMDB, PSDB e DEM nas eleições para Deputado Federal de 2010. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, nº 1, abril, 2014, p. 49-66.

PHILIPS, DE UMA POLÍTICA DE PRESENÇA? A UMA POLÍTICA DE PRESENÇA? ANO 9, 2º SEMESTRE, 2001;

PHIRI, et al, A Zambézia do Norte: a região do Lago Malawi. In: Bethwell Allan (ed.), História geral da África, V: África do século XVI ao XVIII– Brasília : UNESCO, 2010.

PITKIN, The concept of representation. Berkeley, Los Angeles: University of California Press.1967.

PLANO DE ACÇÃO PARA REDUÇÃO DA POBREZA (PARP), 2011-2014, Maputo, 3 de Maio de 2011. Disponível: "<http://www.speed-program.com/wp-content/uploads/2017/08/Poverty-Reduction-Action-Plan-PARP-Mozambique-2011-2014.pdf>." Acesso em: 15 dez. 2017.

POWER e TUCKER, “Revisiting Electoral Volatility in Post-Communist Countries: New Data, New Results, and New Approaches”. British Journal of Political Science (online). 2014.

POWER, Eleonor; TUCKER, Joshua “Revisiting Electoral Volatility in Post-Communist Countries: New Data, New Results, and New Approaches”. British Journal of Political Science (online). 2014.

QUANDT, William, The comparative studies of political elites. Santa Mônica: Rand Corporation.1969.

RODRIGUES, L. M. Quem é Quem na Constituinte: uma Análise Sociopolítica dos Partidos e Deputados. São Paulo: Oesp-Maltese, 1987.

RODRIGUES, L. M., Mudanças na classe política brasileiro. Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: "www.centroedelstein.org.br"

RODRIGUES, Leôncio. Partidos, Ideologia e Composição Social. São Paulo: Edusp, 2002.

SANCHES, Edalina, “Novo contexto mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014. In: OPPENHEIMER, Jochen; LEITE Joana, Textos da

Conferência Internacional “Espaço Lusófono” 1974/2014 - Trajectórias Económicas e Políticas. Fundação Calouste Gulbenkian. 29 a 31 de Maio de 2014. ISBN978-989-96473.

SANCHES, Edalina, Novo contexto mas velha política”: a evolução do sistema partidário moçambicano entre 1994 e 2014. In: “Espaço Lusófono” 1974/2014 - Trajectórias Económicas e Políticas. Fundação Calouste Gulbenkian. 29- 31 Maio 2014.

SANDE, Zaqueu, "7 milhões", revisão do debate e desafios para diversificação da base produtiva. In: Britos, Luís et al (org.), desafios para Moçambique, 2011.

SANTOS, F. Deputados federais e instituições legislativas no Brasil: 1946-99. In: Santos, F. et al (orgs.). Elites políticas e económicas no Brasil contemporâneo. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

SANTOS, Glauber, *Cálculo amostral*: calculadora on-line. Disponível em: <http://www.calculoamostral.vai.la>. Acesso em: 20 fev. 2017.

SARTORI, Giovanni Nem presidencialismo, nem parlamentarismo. NOVOS ESTUDOS N° 35, 1993.

SILVA, Sofia, Volatilidade Eleitoral nos 28 Estados-membros da União Europeia desde 1945 a 2012. Dissertação. Instituto Universitário de Lisboa. Setembro, 2014.

SILVA, Volatilidade Eleitoral nos 28 Estados-membros da União Europeia desde 1945 a 2012. Dissertação. Instituto Universitário de Lisboa. Setembro, 2014.

SIMON, Jr, I Seminário Internacional de Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre – Setembro de 2015. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/Simoni-Jr-Mucinhato-e-Mingardi-O-perfil-biogr%C3%A1fico-do-alto-clero-da-C%C3%A2mara-dos-Deputados-do-Brasil.pdf>. Acesso em 14 fev. 2018.

SIMONI JUNIOR, A elite parlamentar brasileira de 1995 a 2010: até que ponto vai a popularização da classe política? 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7440/colombiaint87.2016.05>.

SITOE, Abstencões: perspectivas e desafios para a consolidação da democracia. In: MAZULA, Moçambique: ELEIÇÕES GERAIS 2004, Um olhar do Observatório Eleitoral, Maputo, 2006.

SITOE, Eduardo, Abstencões: perspectivas e desafios para a consolidação da democracia. In: MAZULA, Brazão, Moçambique: eleições gerais 2004, um olhar do observatório eleitoral, Maputo, 2006.

STONE, Walter J.; MAISEL, L. Sandy, The Not-So-Simple Calculus of Winning: Potential U.S. House Candidates' Nomination and General Election Chances. *Journal of Politics*. v. 65, Issue 4, pages 951–977, nov. 2003.

TAVARES, José, Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teorias, instituições, estratégias. Rio de Janeiro. Relume-Dumará, 1994.

URBINATI, Nadia, Crise e metamorfoses da democracia, RBCS Vol. 28 n° 82 junho/2013

WEBER, Max, The profession and vocation of politics. In: LASSMAN, P.; SPEIRS, R. (eds.). Weber: political writings. Cambridge: Cambridge University Press, p. 309-369, 1994.

WUYTS, Marc, Economia Política do colonialismo português em Moçambique. Est. Moç. (1) 1980: 9-22.

APÊNDICES

Tabela 28. Deputados eleitos em Moçambique, segundo o gênero e a faixa de idade, nas eleições de 1994, 1999, 2004 e 2014 – Números absolutos e relativos

Ano	Gênero	Faixa de Idade											
		21 a 30		31 a 40		41 a 50		51 a 60		61 ou mais		Total	
		No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%	No.	%
1994	Feminino	1	7,7	30	30,9	26	28,9	6	15,4	2	40,0	65	27,0
	Masculino	12	92,3	67	69,1	64	71,1	33	84,6	3	60,0	179	73,0
	Total	13	100,0	97	100,0	90	100,0	39	100,0	5	100,0	244	100,0
	%	5,3		39,8		36,9		16,0		2,0		100,0	
1999	Feminino	11	64,7	22	32,8	31	30,1	7	15,2	2	15,4	73	29,7
	Masculino	6	35,3	45	67,2	72	69,9	39	84,8	11	84,6	173	70,3
	Total	17	100,0	67	100,0	103	100,0	46	100,0	13	100,0	246	100,0
	%	6,9		27,2		41,9		18,7		5,3		100,0	
2004	Feminino	3	33,3	20	33,9	35	35,0	21	34,4	5	25,0	84	33,7
	Masculino	6	66,7	39	66,1	65	65,0	40	65,6	15	75,0	165	66,3
	Total	9	100,0	59	100,0	100	100,0	61	100,0	20	100,0	249	100,0
	%	3,6		23,7		40,2		24,5		8,0		100,0	
2014	Feminino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87	34,9
	Masculino	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	162	65,1
	Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	249	100,0

Fonte: Assembleia da República (AR). Elaboração do autor.

Quadro 12. Teste Qui-quadrado da Relação entre a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos os deputados de Moçambique, nas eleições de 1994, 1999 e 2004.

Descrição	Value	df	Asymptotic Significance (2-sided)
Pearson Chi-Square	3410,517 ^a	121	,000
Likelihood Ratio	1857,161	121	,000
Linear-by-Linear Association	459,086	1	,000
N of Valid Cases	739		

Nota: a. 94 cells (65,3%) have expected count less than 5. The minimum expected count is ,02.

Fonte: Elaboração do Autor.

Tabela 29. Parlamentares eleitos nas eleições de 1994, 1999 e 2004, segundo a Naturalidade e a Província onde foram Eleitos.

NATURALIDADE	PROVÍNCIAS ONDE FORAM ELEITOS												Total
	Niassa	Cabo Delgado	Nampula	Zambezia	Tete	Manica	Sofala	Inhambane	Gaza	Maputo Província	Maputo Cidade	Estrangeiro	
Niassa	26 76,5%	1 2,9%	6 17,6%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 2,9%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	34 100,0%
Cabo Delgado	0 0,0%	61 73,5%	5 6,0%	4 4,8%	3 3,6%	0 0,0%	1 1,2%	3 3,6%	1 1,2%	0 0,0%	5 6,0%	0 0,0%	83 100,0%
Nampula	5 4,9%	1 1,0%	85 83,3%	4 3,9%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,0%	5 4,9%	0 0,0%	102 100,0%
Zambezia	0 0,0%	0 0,0%	33 19,5%	121 71,6%	2 1,2%	2 1,2%	11 6,5%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	169 100,0%
Tete	2 3,6%	0 0,0%	9 16,1%	1 1,8%	38 67,9%	1 1,8%	3 5,4%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 3,6%	0 0,0%	56 100,0%
Manica	0 0,0%	0 0,0%	3 6,3%	0 0,0%	1 2,1%	38 79,2%	5 10,4%	1 2,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	48 100,0%
Sofala	0 0,0%	0 0,0%	5 8,3%	8 13,3%	2 3,3%	2 3,3%	39 65,0%	1 1,7%	0 0,0%	0 0,0%	2 3,3%	1 1,7%	60 100,0%
Inhambane	0 0,0%	0 0,0%	4 6,2%	0 0,0%	1 1,5%	3 4,6%	1 1,5%	35 53,8%	5 7,7%	7 10,8%	8 12,3%	1 1,5%	65 100,0%
Gaza	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 1,9%	1 1,9%	38 71,7%	2 3,8%	11 20,8%	0 0,0%	53 100,0%
Maputo Província	0 0,0%	1 7,1%	0 0,0%	1 7,1%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	2 14,3%	0 0,0%	5 35,7%	5 35,7%	0 0,0%	14 100,0%
Maputo Cidade	1 2,1%	0 0,0%	4 8,3%	1 2,1%	0 0,0%	1 2,1%	1 2,1%	5 10,4%	2 4,2%	9 18,8%	24 50,0%	0 0,0%	48 100,0%
Estrangeiro	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	1 14,3%	0 0,0%	0 0,0%	0 0,0%	6 85,7%	0 0,0%	7 100,0%
Total	34 4,6%	64 8,7%	154 20,8%	140 18,9%	47 6,4%	47 6,4%	64 8,7%	49 6,6%	46 6,2%	24 3,2%	68 9,2%	2 ,3%	739 100,0%

Fonte: Assembleia da República (AR), Elaboração do autor.

